



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 54ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**28/11/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/11/2013.

54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA 2014

FINALIDADE	PÁGINA
Reunião destinada a deliberação das emendas - CRE ao Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.	15
Relator das emendas na CRE: Senador Ricardo Ferraço.	

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 101/2013 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	28
2	MSF 102/2013 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	80
3	MSF 103/2013 - Não Terminativo -	SEN. MOZARILDO CAVALCANTI	116
4	MSF 104/2013 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	155

5	MSF 105/2013 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	186
---	--	------------------------------------	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)		SUPLENTE
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6427
Anibal Diniz(PT)(52)(13)(16)(17)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Vital do Rêgo(PMDB)(48)(67)	PB (61) 3303-6747
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(32)(35)(48)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303 6083
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(20)(21)(22)(29)(36)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Osvaldo Sobrinho(PTB)(38)(53)(65)(66)(18)	MT (61) 3303-1146/3303-1148/ 3303-4061
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(42)(54)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(33)(34)(43)(44)(57)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(27)(28)(45)(57)(64)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
- (65) 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
- (66) Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
- (67) Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 28 de novembro de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
54ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberação de Emendas ao PLOA 2014
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inclusão de documentos

1ª PARTE**Deliberação de Emendas ao PLOA 2014****Finalidade:**

Reunião destinada a deliberação das emendas - CRE ao Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

Relator das emendas na CRE: Senador Ricardo Ferraço.

Anexos da Pauta

[Quadro de Emendas apresentadas](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****[MENSAGEM \(SF\) Nº 101, de 2013](#)****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2**[MENSAGEM \(SF\) Nº 102, de 2013](#)****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
[Relatório](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) *Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 - SF.*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 41, DE 2013

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deverá estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de:

a) **curriculum vitae**, no qual constem:

1. as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

2. a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

b) no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado:

1. quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

2. quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

3. de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

4. quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

5. quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

c) argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade;

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores contendo:

1. informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;

2. relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

II – o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:

a) o relator apresentará o relatório à comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

b) será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o relatório por meio do portal do Senado Federal;

c) o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas;

d) o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, ouvi-lo, em arguição pública, sobre

assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

f) o relatório será votado;

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (Const., art. 52, IV), aplicando-se o procedimento descrito no inciso II deste artigo, no que couber;

.....
§ 1º A manifestação do Senado Federal e das comissões sobre a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (Const., art. 52, IV).

§ 2º A resposta negativa às hipóteses previstas nos itens 1, 2, 4 e 5 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§ 3º A declaração de que trata o item 3 da alínea “b” do inciso I deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de agosto de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

mm/prs11-008

1ª PARTE - DELIBERAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA

1

Número da Emenda	Tipo de Emenda	Autor
001	Aprop - Acréscimo	Sen Delcídio do Amaral
002	Aprop - Acréscimo	Sen Delcídio do Amaral
003	Aprop - Acréscimo	Sen Delcídio do Amaral
004	Aprop - Acréscimo	Sen Delcídio do Amaral
005	Aprop - Acréscimo	Sen Aloysio Nunes Ferreira
006	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
007	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
008	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
009	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
010	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
011	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
012	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
013	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
014	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
015	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
016	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
017	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
018	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
019	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
020	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
021	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
022	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
023	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
024	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
025	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
026	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
027	Aprop - Acréscimo	Sen Lídice da Mata
028	Aprop - Acréscimo	Sen Cristovam Buarque
029	Aprop - Acréscimo	Sen Cristovam Buarque
030	Aprop - Acréscimo	Sen Cristovam Buarque
031	Aprop - Acréscimo	Sen Ana Amélia
032	Aprop - Acréscimo	Sen Ana Amélia
033	Aprop - Acréscimo	Sen Ana Amélia
034	Aprop - Acréscimo	Sen Ana Amélia
035	Aprop - Acréscimo	Sen Flexa Ribeiro
036	Aprop - Acréscimo	Sen Flexa Ribeiro
037	Aprop - Acréscimo	Sen Flexa Ribeiro
038	Rem - Acréscimo	Sen Francisco Dornelles
039	Rem - Acréscimo	Sen Anibal Diniz
040	Aprop - Acréscimo	Sen Ricardo Ferraço
041	Aprop - Acréscimo	Sen Ricardo Ferraço
042	Aprop - Acréscimo	Sen Ricardo Ferraço
043	Aprop - Acréscimo	Sen Ricardo Ferraço
044	Aprop - Acréscimo	Sen Romero Jucá
045	Aprop - Acréscimo	Sen Romero Jucá
046	Aprop - Acréscimo	Sen Mozarildo Cavalcanti
047	Aprop - Acréscimo	Sen Mozarildo Cavalcanti

053	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
054	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
055	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
056	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
057	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
058	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
059	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
060	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
061	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
062	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
063	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
064	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
065	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
066	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
067	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
068	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
069	Aprop - Acréscimo	Sen Cyro Miranda
070	Aprop - Acréscimo	Sen Vanessa Grazziotin
071	Aprop - Acréscimo	Sen Eduardo Suplicy
072	Aprop - Acréscimo	Sen Eduardo Suplicy
073	Modificativa	Sen Eduardo Suplicy
074	Aditiva	Sen Eduardo Suplicy
075		
076		
077		
078		
079		
080		
081		
082		
083		
084		
085		
086		
087		
088		
089		
090		
091		
092		
093		
094		
095		
096		
097		
098		
099		
100		
101		
102		
103		
104		
105		

109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		
121		
122		
123		
124		
125		
126		
127		
128		
129		
130		
131		
132		
133		
134		
135		
136		
137		
138		
139		
140		
141		
142		
143		
144		
145		
146		
147		
148		
149		
150		

Projeto de Lei nº 9/201.

Órgão / Ministério	Cód. Ação
Comando do Exército	14T5
Comando do Exército	14T6
Comando do Exército	147F
Comando da Marinha	20XP
Comando do Exército	14T5
Comando da Aeronáutica	20XD
M. da Defesa	8425
Comando da Aeronáutica	8969
M. da Defesa	123J
M. das Rel. Exteriores	2536
M. das Rel. Exteriores	20WY
Comando do Exército	147F
Comando do Exército	14T5
Comando do Exército	14T6
M. da Defesa	6557
Comando da Aeronáutica	20XC
Comando do Exército	3138
Comando da Aeronáutica	14T2
M. da Defesa	20X3
Comando da Aeronáutica	20IH
M. da Defesa	20X1
M. das Rel. Exteriores	20WZ
M. das Rel. Exteriores	6105
SECIRM	14ML
M. das Rel. Exteriores	2015
M. das Rel. Exteriores	2541
Comando da Marinha	20XP
SECIRM	14ML
Dep. Polícia Rod. Federal	20IC
M. do Meio Ambiente	7U20
Comando do Exército	14T5
Comando do Exército	14T6
Comando do Exército	147F
Comando da Marinha	20XP
M. das Rel. Exteriores	2533
M. da Defesa	2058
M. das Rel. Exteriores	8495
Comando da Aeronáutica	14VX
Fundo Aeronáutico	14VX
Comando do Exército	147F
Comando do Exército	14T6
Comando do Exército	14T5
Comando da Marinha	20XP
SECIRM	14ML
Comando da Marinha	20XP
Calha Norte	1211
Comando do Exército	14T5

[illegible]

3-CN (PLOA 2014)

Ação
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Sistema Integrado e Proteção de Estruturas Estrat Terrestres - PROTEGER
Implantação do sistema de Defesa Cibernética
Aquisição e Modernização de Meios da Marinha
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Apoio das Forças Armadas à População
Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon
Aquisição de Aeronaves
Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Proj H-X BR)
Demarcação de Fronteiras
Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior
Implantação do sistema de Defesa Cibernética
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estrat Terrestres - PROTEGER
Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão
Funcionamento dos Centros de Lançamento
Implantação do Sistema de Aviação do Exército
Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa
Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados
Participação Brasileira em Missões de Paz
Promoção Comercial e de Investimentos
Relações e Negociações com a Organização Mundial do Comércio - OMC
Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior
Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação - SICTEX
Aquisição e Modernização de Meios da Marinha
Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON
Implementação de Compromissos da Conf Nações Unidas (Rio+20)
Sistema de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estrat Terrestres - PROTEGER
Implantação do sistema de Defesa Cibernética
Aquisição e Modernização de Meios da Marinha
Cooperação Técnica Internacional
Calha Norte
Realização de Eventos Internacionais Oficiais
Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR
Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR
Implantação do sistema de Defesa Cibernética
Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estrat Terrestres - PROTEGER
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
Aquisição e Modernização de Meios da Marinha
Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Aquisição e Modernização de Meios da Marinha
Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON

[illegible]

Valor (R\$)
622,200,000
723,999,970
130,000,000
280,000,000
622,200,000
150,000,000
200,000,000
284,867,742
335,150,000
144,160,160
150,000,000
130,000,000
622,200,000
723,999,970
240,000,000
100,000,000
240,000,000
360,000,000
150,000,000
319,518,884
300,000,000
218,611,620
150,000,000
200,000
360,000,000
100,000,000
280,000,000
40,000,000
200,000,000
40,000,000
622,200,000
723,999,970
130,000,000
280,000,000
100,000,000
200,000,000
100,000,000
6,255,043
6,255,043
130,000,000
723,999,970
622,200,000
280,000,000
200,000
280,000,000
100,000,000
622,200,000

[illegible]

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 101, de 2013 (Mensagem nº 499, de 12/11/2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES*, *Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar.*

RELATORA: Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, tendo nascido a 8 de agosto de 1947 em São Gabriel (RS).

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1974. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1977. Tornou-se Segundo-Secretário em 1979 e Primeiro-Secretário em 1987. Foi a Conselheiro em 1993. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 1999, a Ministro de Primeira Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2012.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul (1994) e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-I (1994-1996). No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1990-1994); Conselheiro na Embaixada de Moscou (1997-1999); Chefe da Divisão de Política Comercial (1999-2002); Embaixador em Hanói (2002-2008); e Embaixador em Manila (2008-2012). Além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre Myanmar, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, e com o art. 386 do Regimento Interno do Senado Federal. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

As relações diplomáticas foram formalmente estabelecidas em 1982 e o relacionamento bilateral tem se fortalecido nos últimos anos, com a instalação da Embaixada de Myanmar em Brasília em 1996 e a da Embaixada do Brasil em Yangon em 2010. A partir de vários encontros e visitas, identificou-se algumas áreas de possível incremento da cooperação bilateral, tais como a de agricultura; segurança alimentar e políticas sociais; saúde; transporte aéreo; energias renováveis (hidroeletricidade); software; finanças; processo legislativo; educação; recursos humanos e esportes.

Atualmente, embora sob persistente influência militar, vigora república presidencialista em Myanmar. Registre-se que, ainda durante a ditadura, de 2000 a 2008, foi o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro relator das Nações Unidas sobre a situação de violação de direitos humanos naquele País.

No ponto, há certa evolução interna, com a libertação de presos políticos e a criação em 2011 de Comissão de Direitos Humanos, o que se deve a certa pressão internacional, mas sobretudo à luta do povo pela democratização do País, tendo à frente do movimento a Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi.

Do ponto de vista do comércio bilateral, há muito que evoluir, tendo alcançado o fluxo em 2012 a cifra modesta de US\$ 18,2 milhões. O Brasil é superavitário nessa relação, sendo nossa pauta exportadora bastante vinculada ao açúcar. Portanto, há um vasto campo de oportunidades, podendo nossas exportações serem incrementadas, por exemplo, pela venda de têxteis, automóveis, tratores, cimento, motores e geradores.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 101, DE 2013

(nº 499/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Os méritos do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa horizontal abaixo da assinatura.

EM Nº 00420/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

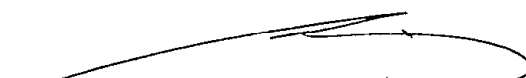
Brasília, 24 de outubro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES

CPF.: 062.445.800-87

ID.: 6549 MRE

1947 Filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, nasce em 8 de agosto, em São Gabriel/RS

Dados Acadêmicos:

1974 Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS

1976 CPCD, IRBR

1981 CAD, IRBr

1995 CAE, IRBr, OMC Para Quê ? (Crônica de uma Negociação e Comentários sobre seus Resultados)

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1987 Primeiro-Secretário

1993 Conselheiro

1999 Ministro de Segunda Classe

2007 Ministro de Primeira Classe

2012 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1977-1979 Divisão da Europa-I, assistente

1979-1982 Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto

1982-1986 Embaixada em Roma, Segundo-Secretário

1983 XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Arusha, Tanzânia, Chefe de delegação

1986 Divisão do Oriente Próximo-I, assessor

1986-1989 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assessor e Chefe, substituto

1989-1990 Departamento Cultural, assessor

1990 Departamento Econômico, Coordenador Executivo, substituto

1990-1994 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário e Conselheiro

1994 Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe

1994-1996 Divisão da Ásia e Oceania-I, Chefe

1997-1999 Embaixada em Moscou, Conselheiro

1999-2002 Divisão de Política Comercial, Chefe

1999-2001 Reuniões do Grupo de Acesso a Mercados da ALCA, Miami, Chefe de delegação

1999-2000 Instituto Rio Branco, Professor

2000 Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Propriedade Industrial Brasileira (Patentes), no contencioso Brasil-Medidas que afetam a proteção patentária, Genebra, Chefe de delegação

2001 Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Patentes dos Estados Unidos no contencioso Estados Unidos-Código de patentes dos EUA, Genebra, Chefe de delegação

2001 Reunião do Conselho do International Textiles and Clothing Bureau (ITCB), Rio de Janeiro, Presidente e Chefe de delegação

2002-2008 Embaixada em Hanói, Embaixador

2002 Reunião do Conselho do International Textiles and Clothing Bureau (ITCB), Hanói, Chefe de delegação

2008-2012 Embaixada em Manila, Embaixador

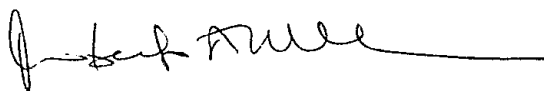
2013 Grupo de Reflexão do FOCALAL, representante do Brasil

Condecorações:

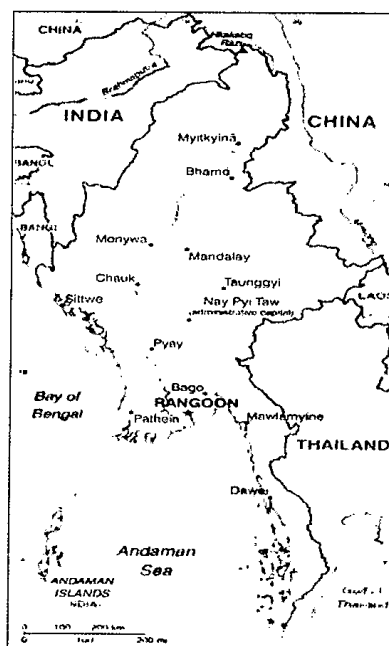
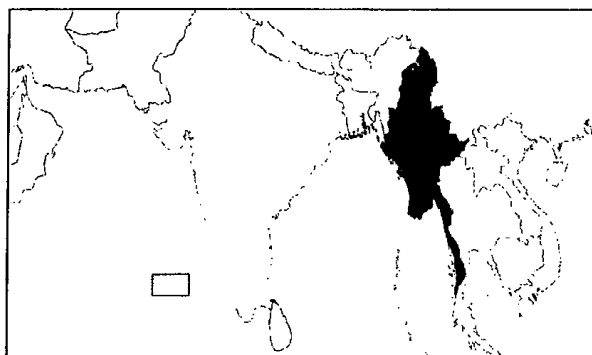
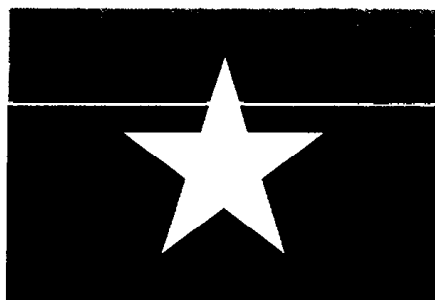
1985	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1986	Ordem Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Cavaleiro
1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
2007	Ordem da Amizade, grau único, Vietnã
2007	Ordem pela Causa da Educação, grau único, Vietnã
2012	Ordem de Sikatuna, Filipinas, Grã-Cruz, prata

Publicações:

1989	Normas de Conduta para Cientistas na Antártida Destinadas à Proteção do Meio Ambiente e à Garantia da Continuidade de Projetos Científicos Antárticos, in Ciências Atmosféricas e Espaciais na Antártica (diversos autores), INPE, São José dos Campos/SP
1996	O Brasil e a Coordenação entre os Países de Porte Continental numa Perspectiva Atual, Revista Brasileira de Política Internacional, IBRI, Ano 39, nr. 2
1998	Comentários sobre o Acordo Constitutivo da OMC, in Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio (diversos autores), LTr Editora, São Paulo



ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**MYANMAR**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da União de Myanmar
CAPITAL:	Naypyidaw (desde 2005)
ÁREA:	676.563 km ²
POPULAÇÃO (2012):	63,7 milhões (estimativa)
IDIOMA OFICIAL:	Birmanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (90%), Cristianismo (4%), Islamismo (4%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista (há reformas democratizantes, mas persiste predomínio militar)
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Pyidaungsu Hluttaw), composto da Câmara de Nacionalidades (alta) e da Câmara de Representantes (baixa)
CHEFE DE ESTADO/GOVERNO:	Presidente Thein Sein (desde mar/2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Wunna Maung Lwin (desde mar/2011)
PIB (EST. 2012):	US\$ 53,1 bilhões - (Brasil: 2,45 trilhões - FMI)
PIB PPP (EST. 2012):	US\$ 89,5 bilhões - (Brasil: 2,4 trilhões - FMI)
PIB per capita (EST. 2012):	US\$ 835 - (Brasil: 12.465,30 - FMI)
PIB PPP per capita (EST. 2012):	US\$ 1.405 - (Brasil: 12.181,34 - FMI)
IDH (2012):	0,498/149º de 187 (Brasil: 0,730/85º; mundo: 0,694)
EXPECTATIVA DE VIDA:	65,7 anos (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	92,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	4,0%
UNIDADE MONETÁRIA:	Kyat
EMBAIXADOR DO BRASIL:	José Carlos da Fonseca Junior
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	U Tun Nay Linn
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	7 indivíduos

Fontes: DIC/MRE; IMF Economic Database, acesso em agosto de 2013.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL→ MYANMAR	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	jan-set 2012	jan-ago 2013
Intercâmbio	4.673	3.232	2.535	3.649	2.153	5.460	9.207	21.875	26.159	18.209	11.946	9.842
Exportações	4.620	3.110	2.059	2.763	1.007	4.015	7.907	20.714	25.498	17.380	11.194	9.362
Importações	53	122	476	886	1.146	1.445	1.300	1.161	661	829	752	480
Saldo	4.567	2.988	1.583	1.877	-139	2.570	6.607	19.553	24.838	16.551	10.442	8.881

PERFIS BIOGRÁFICOS

Thein Sein
Presidente de Myanmar

Nasceu em 20 de abril de 1945, em um pequeno vilarejo chamado Kyonku, na cidade de Ngapudaw, Myanmar (então Birmânia, colônia britânica).

Em 1968, graduou-se na “Defense Services Academy”, escola superior militar myanmarese. Em 1990, tornou-se membro do “State Peace and Development Council”. Chegou ao cargo de General e aposentou-se da carreira militar em 2010, quando decidiu disputar as eleições como civil pelo “United Solidarity and Development Party” (USDP), partido hegemônico no país.

Foi membro do Parlamento pela cidade de Zabuthiri, Primeiro-Ministro de 2007 a 2011 e membro da Convenção Nacional de Myanmar, formada com o fim de estabelecer uma nova Constituição para o país. Em março de 2011, após reformas políticas no Estado, iniciou seu mandato como Presidente da República, tendo sido escolhido pelo Colégio Eleitoral Presidencial (composto por parlamentares e militares). Foi o primeiro Presidente escolhido desde o restabelecimento de eleições parlamentares no país, suspensas entre 1990 e 2010.

Possui perfil político moderado e tem levado a cabo processo gradual de liberalização política no país, apesar de ter sido o Primeiro-Ministro no período final do regime militar. Em abril de 2013, o Presidente Thein Sein foi, juntamente com o ex-Presidente Lula, o grande homenageado pelo “Internacional Crisis Group (ICG)”, no “Pursuit of Peace Award Dinner”, em Nova York. Tem sido cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz, tendo o ex-presidente finlandês e ganhador do Nobel da Paz, Martti Ahtisaari, reforçado essa ideia.

Wunna Maung Lwin
Ministro de Negócios Estrangeiros

Nasceu em 30 de maio de 1952. Tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros em 30 de março de 2011. É casado e tem duas filhas e um filho.

É Bacharel em Ciências (1971-1974) pela “Defense Services Academy”, escola superior militar myanmareNSE.

Entre 1974 e 1998, serviu nas Forças Armadas, em diferentes postos nacionais, atingindo a patente de Coronel. Após atuação no Ministério de Assuntos de Progresso das Áreas de Fronteira e das Etnias Nacionais e do Desenvolvimento (1998-2000), passou a integrar os quadros diplomáticos de Myanmar.

Wunna Maung Lwin foi Representante Permanente junto às Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra (2007-2011), período em que chefiou delegações junto a diversas sessões do Conselho de Direitos Humanos. Foi Embaixador em Israel (2000-2001), na França (2001-2005) cumulativo com diversos países europeus e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO) e na Bélgica.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desde 1996, a única na América Latina. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano, tendo o primeiro Embaixador brasileiro apresentado credenciais no mês seguinte. Há 32 Embaixadas residentes em Yangon, sendo a brasileira a única da América Latina. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 60 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, oferecendo possibilidade de suprimento energético a Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Malaca. Além disso, Myanmar preparava-se para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir-se um ponto de inflexão no processo de transição democrática.

O Brasil vê positivamente a evolução recente da situação política em Myanmar, marcada de forma progressiva, desde a posse do novo governo, em 2011, por maior liberdade de imprensa e de manifestação pública; diálogo com forças da oposição; libertação de presos políticos; criação de Comissão de Direitos Humanos; e renovado diálogo com a comunidade internacional. Persistem, entretanto, desafios a serem enfrentados pelo país, até que se consolide o processo de democratização.

A abertura do regime político em Myanmar encoraja o desenvolvimento de iniciativas de cooperação bilateral com vistas ao adensamento das relações políticas e econômicas. Nesse quadro, os dois países estabeleceram, em fevereiro de 2012, mecanismo de consultas políticas, cuja primeira reunião ocorreu naquela ocasião, quando da visita da Subsecretária-Geral Política II (SGAP II) do MRE, que liderou a primeira missão política de alto nível do Brasil ao país. Durante a visita, a Sra. SGAP-II manteve encontros com o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, Sr. Maung Myint; com o Ministro do Gabinete Presidencial, Soe Maung; com o Vice-Ministro de Ciência e Tecnologia, Dr. Koko Oo; com o Vice-Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria (FCCI), Aung Lwin, e seu Secretário Geral, Dr. Myo Thet; e com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Embaixador Win Mra.

Em setembro de 2012, o Brasil doou US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em maio de 2008, o Governo brasileiro havia concedido assistência humanitária no valor de US\$ 40 mil às vítimas do ciclone Nargis.

O intercâmbio de visitas oficiais vem-se tornando mais intenso. Do lado brasileiro, além da Subsecretária-Geral Política II do Itamaraty (responsável por Ásia e Oceania), visitou Myanmar, em agosto de 2013, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com representantes técnicos do Instituto Butantã e da Universidade Federal de Lavras. Como resultado da missão, deverão ser iniciados projetos bilaterais de cooperação nas áreas de soro antiofídico e processo de estocagem de grãos.

Em julho de 2013, visitou Myanmar o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin, que cumpriu extensa programação com autoridades myanmarenses, incluindo encontro com Aung San Suu Kyi. Na ocasião, tratou de assuntos relativos a cooperação judiciária e questões ambientais. Com Suu Kyi, discutiu longamente sobre possibilidades de cooperação na capacitação de recursos humanos no Judiciário. Foi suscitada também a possibilidade de visita de Suu Kyi ao Brasil.

Do lado myanmarenses, o Vice-Presidente de Myanmar, Dr. Sai Mauk Kham, visitou o Brasil em junho de 2012, quando participou da Conferência Rio+20; manteve encontro com o Vice-Presidente Michel Temer; participou de almoço oferecido pela Sra. Presidenta da República aos Chefes de Estado e de Governo presentes; presenciou exposições sobre a organização da Copa do Mundo de 2014 e sobre a indústria brasileira de software (pela SOFTEX); manteve contatos na Petrobrás; visitou a sede da Embraer; e manteve encontro com empresários em São Paulo. Durante encontro com dirigentes da Andrade Gutierrez, sugeriu o envio de equipe de prospecção a Myanmar, com foco inicial na área de energia, o que foi realizado em agosto de 2012.

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros Nyan Win visitou Brasília em 2008, por ocasião da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN. Em 2007, chefiando delegação à III Reunião Ministerial do FOCALAL, visitou Brasília o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Kyaw Thu. Em 2001, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros U Khin Maung Win visitara o Brasil, com o objetivo de esclarecer as condições de trabalho de sua população e, mais especificamente, para discorrer sobre a implementação da Resolução da Conferência Internacional do Trabalho sobre a proibição do trabalho forçado.

Seu sucessor na função de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, U Maung Myint, visitou Brasília em 2007. No plano bilateral, manifestou particular interesse por cooperação e investimentos no setor energético.

Em 2006, a capital foi transferida de Yangon para Naypyitaw, mudança ainda não acompanhada pelo Corpo Diplomático.

O único instrumento bilateral em vigor é o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas, firmado em fevereiro de 2012. Em julho de 2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, ora em tramitação. Cabe ter presente, ainda, que Brasil e Tailândia celebraram, em 2012, Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica

trilateral, que deverá ensejar iniciativas em benefício de Myanmar. Por outro lado, encontram-se sob análise brasileira propostas de Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais, apresentada em dezembro de 2011; e de Acordo de Cooperação Cultural, apresentada por Myanmar em janeiro de 2012.

Entre 2000 e 2008 (período em que ainda vigorava o regime militar), o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro exerceu mandato de Relator Especial da ONU sobre a Situação dos Direitos Humanos em Myanmar.

Cooperação bilateral

Como mencionado, entre 15 e 21 de agosto de 2013, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou missão ao país, juntamente com representantes da Universidade Federal de Lavras e do Instituto Butantã. A comitiva discutiu iniciativas nas áreas agrícola (sobretudo depósito de grãos) e de saúde (produção de soro antiofídico), conforme interesse expressado pelas autoridades myanmarenses ao Embaixador do Brasil. Poderá ser organizado, nesse sentido, o envio de dois grupos técnicos de Myanmar ao Brasil e de dois grupos brasileiros a Myanmar. Foi também discutida a possibilidade de cooperação na transformação de resíduos plásticos em combustível e sobre as propriedades anticancerígenas de plantas medicinais, além de iniciativas trilaterais, juntamente com o governo tailandês. A missão representou importante capítulo da nova fase de adensamento das relações do Brasil com Myanmar, após a abertura política naquele país, iniciada em 2010, e faz parte também do processo de intensificação das relações do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), após a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, em novembro de 2012.

Em maio de 2011, o Brasil recebeu técnico de futebol de Myanmar para o Curso Internacional de Formação de Treinadores de Futebol, do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, em parceria com a Federal Paulista de Futebol. Grupo brasileiro privado do setor esportivo deverá visitar o país em 2013, para verificar oportunidades de interesse mútuo na área.

Como resultado da visita da Subsecretária-Geral Política II do Itamaraty, em 2012, foram identificadas como áreas prioritárias e de maior potencial para a cooperação bilateral: agricultura; segurança alimentar e políticas sociais; saúde; transporte aéreo; energias renováveis (hidreletricidade); software; finanças; processo legislativo; educação; recursos humanos; e esportes.

Em encontro com o Embaixador do Brasil em Yangon, o Diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Myanmar, Toily Kurbanov, indicou que membros do Parlamento de Myanmar teriam ficado muito interessados na possibilidade de visita de estudos ao Congresso Nacional brasileiro. Lembrou que há algum paralelismo entre a experiência ora atravessada por Myanmar na transição do regime militar para a democracia com

o período histórico que o Brasil atravessou há quase três décadas. Além disso, realçou a importância que teria, para os parlamentares de Myanmar, conhecerem o funcionamento do federalismo brasileiro. A ideia foi bem acolhida pelo lado brasileiro.

A Parte brasileira reagiu também positivamente ao interesse do governo de Myanmar de iniciar cooperação com a Secretaria do Tesouro Nacional, para atividades de treinamento e assistência técnica para quadros técnicos responsáveis pela gestão macroeconômica do governo myanmarese.

Assuntos consulares

A assistência consular a brasileiros em Myanmar é prestada pela Embaixada em Yangon, maior cidade do país. Há sete brasileiros em Myanmar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano de Myanmar.

Política interna

Após praticamente cinco décadas de ditadura militar, Myanmar tem conduzido substancial processo de abertura política desde a posse do atual governo, em março de 2011 (as eleições de novembro de 2010 foram as primeiras desde 1990). As próximas eleições gerais estão previstas para 2015.

Dentre as reformas adotadas pelo atual Presidente, Thein Sein, destacam-se: reabilitação gradual da oposição e libertação de presos políticos; busca de compromissos com as minorias étnicas rebeladas; concessão de maior abertura para a imprensa, inclusive a estrangeira; criação de nova legislação trabalhista, inclusive direito de greve; concessão de direito de manifestação pública pacífica; e início de reforma financeira ampla.

Em setembro de 2011, foi criada a Comissão de Direitos Humanos, órgão independente que visa a impedir novos episódios de violação de direitos humanos. Em julho de 2013, durante visita ao Reino Unido, o Presidente Thein Sein anunciou que seriam libertados todos os presos políticos até o fim do ano. Em julho, 70 deles foram libertados. Além disso, estão em curso discussões sobre a reforma da Constituição de 2008.

Tais mudanças têm-se refletido de forma positiva na política externa de Myanmar, ao contribuírem para distender as relações com países críticos ao anterior regime militar, como os EUA, os países europeus e a Austrália. Apesar disso, durante sua visita aos Estados Unidos, em setembro de 2012, Aung San Suu Kyi alertou que a transição política em Myanmar é ainda um processo em curso, que carece de progressos adicionais para consumir-se.

O sistema de governo ora vigente no país é o presidencialista, com base em Constituição ratificada em 2008. O Poder Legislativo é bicameral (desde as eleições de 2010). Compõem o Poder Legislativo a Câmara das Nacionalidades (Câmara Alta), que conta com 224 assentos, sendo 56 reservados para os militares e os demais preenchidos por eleição direta; e a Câmara de Representantes (Câmara Baixa), composta por 440 assentos, sendo 110 reservados para os militares. Os mandatos duram cinco anos. O sufrágio é direito universal a partir de 18 anos.

O Presidente é escolhido pelo Colégio Eleitoral Presidencial, composto de três comitês, com membros da Câmara das Nacionalidades, membros da Câmara de Representantes e indicados pelos militares. As eleições de novembro de 2010, portanto, restringiram-se à esfera parlamentar, não tendo sido escolhido o Presidente por eleição direta. Há dois Vice-Presidentes. Embora não tenha concorrido no pleito de 2010, por ainda encontrar-se presa, Aung San Suu Kyi teve expressiva votação nas eleições de 2012 e afirma-se como figura central da política interna de Myanmar e de sua projeção internacional.

Quadro histórico

A antiga Birmânia, domínio britânico a partir de 1886, tornou-se independente em 4 de janeiro de 1948. Vivem no país vários grupos étnicos (135, segundo o Governo de Myanmar). Após período de regime democrático, sucederam-se governos militares, a partir de 1962, quando foi implantado no país regime seguindo a chamada “via do socialismo da Birmânia”, mescla de budismo, nacionalismo e marxismo, liderado pelo General Ne Win (que só deixaria a presidência em 1981, mas manteria sua influência até 1988). Em 1974, foi estabelecida nova Constituição transferindo poder das Forças Armadas para uma Assembleia dominada pelos militares.

Em 1988, após o “Levante 8888” (grandes protestos nacionais pró-democracia realizados em 8 de agosto, cuja repressão resultou em milhares de mortos), ocorreu novo golpe militar, que estabeleceu o “Conselho de Estado para a Restauração da Lei e da Ordem”, posteriormente renomeado “Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento” (1997) - Junta Militar que governou o país até 2011. Em 1990, foram realizadas eleições, que resultaram em ampla

vitória da Liga Nacional pela Democracia (LND), que obteve quase 60% do voto popular e 80% dos assentos parlamentares. A Junta Militar, contudo, não reconheceu o resultado do pleito e decretou a prisão domiciliar da líder do partido, Aung San Suu Kyi (que receberia o Prêmio Nobel da Paz em 1991). Apesar dos protestos favoráveis à abertura do regime, como o promovido por monges, em setembro de 2007, a Junta logrou manter-se no poder.

Em 2005, a capital foi transferida para uma nova cidade, ainda em construção, chamada Naypyitaw (pronúncia: Népidó, “morada dos reis”). A medida foi interpretada, à época, como uma tentativa de diminuir a vulnerabilidade da Junta Militar a protestos populares na densa Yangon.

Entre 2003 e 2010, Myanmar deu passos reticentes no sentido da reforma política, de acordo com o “Roadmap to Discipline-flourishing Democracy” anunciado pela junta. Entre suas sete etapas, estavam a convocação de uma Convenção Nacional para elaboração da Constituição, que criou a Carta de 2008, e a realização de eleições, que tiveram lugar em novembro de 2010, no contexto de um novo modelo de transição a uma “democracia disciplinada”.

A promulgação da nova Constituição, em 2008, foi submetida a referendo popular (cuja legitimidade, não obstante, seria alvo de críticas internas e externas). Segundo o texto constitucional, o sistema bicameral prescrito teve 25% de seus assentos reservados para militares nomeados. Entre os novos dispositivos constitucionais, destacam-se ainda os que asseguram a última instância política ao Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, bem como aqueles que eliminam qualquer autoridade civil sobre as forças castrenses do país. Novas emendas à Constituição requerem o voto de mais de 75% dos membros do parlamento, o que torna muito improvável a adoção de qualquer alteração constitucional sem o apoio militar.

Em protesto às restrições vigentes à época das eleições de 2010, a Liga Nacional da Democracia (LND) não se registrou para o pleito, uma vez que muitos de seus principais líderes não poderiam concorrer. A própria líder Aung San Suu Kyi foi libertada apenas uma semana após as eleições.

Evolução recente

As eleições parlamentares de novembro de 2010 deram início a um amplo – embora inconclusivo – processo de abertura política.

O Parlamento bicameral foi instituído, com a maioria dos membros eleitos diretamente (25% dos assentos ficaram reservados a militares), e vem-se reunindo regularmente desde fevereiro de 2011. Por via indireta (Colégio Eleitoral Presidencial), foi eleito o Presidente Thein Sein, que tomou posse em 30 de março de 2011 (Then Sein ocupava, até então, o cargo de Primeiro-Ministro, extinto após as eleições de 2010).

O Embaixador do Brasil em Yangon registra expressões de admiração e interesse pela transição política brasileira consumada na década de 1980, que poderia servir de inspiração a Myanmar.

Em abril de 2012, foram realizadas eleições parciais para o preenchimento de cargos vacantes no Parlamento. A LND sagrou-se vitoriosa em 43 das 46 circunscrições, e Aung San Suu Kyi foi eleita para o Parlamento. Até agora, as etapas do "caminho para a democracia", lançado em 2003, foram alcançadas, conforme a previsão de Than Shwe.

Em termos políticos, entretanto, o controle do estamento militar permanece forte: a USDP (partido hegemônico herdeiro do "establishment" da Junta Militar) possui 55% dos assentos da Câmara Alta e 51% da Câmara Baixa; a bancada militar, 25% em cada; os partidos étnicos, 13% e 10%; e os partidos de oposição (como a LND) e parlamentares independentes, menos de 10% em cada Câmara. Suu Kyi mantém diálogo regular com o novo governo e tem colaborado para promover as relações com outros países (entre os quais os EUA e o Reino Unido), como forma de encorajar as reformas em curso.

Evidência do trabalho efetivo da Comissão de Direitos Humanos são as várias concessões de anistia até agora decretadas pelo Presidente Thein Sein, que já beneficiaram centenas de presos políticos. A Comissão constitui um órgão independente, segundo o governo, constituído por acadêmicos e funcionários públicos aposentados.

Em agosto de 2012, foi anunciado o fim da censura prévia à imprensa. Entretanto, continuam vigentes instruções que proíbem, por exemplo, prejudicar as três causas nacionais ("a não-desintegração da União; a não-desintegração da Solidariedade Nacional; e a perpetuação da soberania").

Segundo estudo do *think-tank* "Carnegie Council for Ethics in International Affairs", de julho de 2013, entre os principais motivos que teriam levado o regime myanmarenses a avançar as reformas políticas em curso estão uma crescente e desfavorável dependência de Myanmar em relação à China; a inquietação com as possíveis consequências da Primavera Árabe; a postura pragmática do Vietnã na condução de suas relações com os Estados Unidos, após dramáticos anos de conflito; as dificuldades decorrentes das sanções econômicas; e a superstição com a queda do Templo budista da família do General Than Shwe (que então governava Myanmar), em 2009. Sobre o último ponto, cabe ressaltar a grande influência que a Astrologia exerce no país, inclusive na esfera das decisões políticas.

Perspectivas

Conquanto a reação da comunidade internacional às reformas em Myanmar tenha sido muito positiva, sobretudo no que diz respeito à libertação de presos políticos, ceticismos ainda existem, especialmente no seio de grupos de exilados myanmarenses (como, por exemplo, a "Burma Campaign" nos EUA

e no Reino Unido), que exercem forte pressão junto ao Congresso norte-americano e junto aos parlamentos de países europeus. O processo de abertura política tem, no entanto, seguido seu curso, e é fortalecido pelo fato de Aung San Suu Kyi vir, pelo menos até o momento, mantendo abertos os canais de interlocução política com o governo. Suu Kyi tem-se encontrado com frequência com o Presidente Thein Sein, o que sugere algum tipo de coordenação entre eles.

A reserva de 25% dos assentos parlamentares a indicados militares preserva o poder de veto dos militares a reformas constitucionais. Não obstante, há sinais de que o USDP, do Presidente Thein Sein, entende que uma franca derrota nas eleições de 2015 só seria evitada com a continuidade das reformas em curso.

Outro desafio a ser enfrentado é a tensa relação entre as Forças Armadas e as minorias étnicas rebeldes, cujos acordos de cessar-fogo, recentemente alcançados, são muito frágeis, especialmente no tocante às populações Karen e Shan. O pleito das minorias étnicas por maior autonomia regional passa por uma discussão, que tem ganhado renovada força, acerca da adoção de sistema federalista. Ademais, desde meados de 2012, um dos pontos frágeis da situação em Myanmar tem sido a crise no estado de Rakhine, onde se registram choques entre comunidades muçulmanas (rohingya) e budistas (rakhine), gerando crise humanitária e dezenas de mortes. Além disso, persistem dificuldades quanto aos simultâneos processos de negociação de paz com grupos armados representativos das diversas minorias étnicas.

Em abril de 2013, o Presidente Thein Sein foi, juntamente com o ex-Presidente Lula, o grande homenageado pelo prestigiado "International Crisis Group (ICG)", no "Jantar de Premiação Busca pela Paz", em Nova York. Nas palavras do Presidente do ICG, "Ambos Presidentes Thein Sein e o Presidente Lula são recipiendários válidos (...), tendo ajudado Myanmar e o Brasil a dar passos significantes para a frente e encorajado um maior papel para eles na promoção da diplomacia regional e internacional". O Presidente Thein Sein foi também homenageado, neste caso ao lado de Aung San Suu Kyi, pela revista "Foreign Policy", em novembro de 2012, que escolheu a dupla para o topo de sua lista anual de "Mentes Globais" por terem demonstrado que "mudanças podem ocorrer em qualquer lugar, até em um dos Estados mais repressivos do mundo". O Presidente Thein Sein tem sido cogitado como possível candidato ao Prêmio Nobel da Paz, tendo o ex-presidente finlandês e ganhador do Nobel da Paz, Martti Ahtisaari, reforçado essa ideia, durante encontro bilateral entre as duas autoridades na Finlândia, em março de 2013.

Em 2012, a ONG Transparência Internacional incluiu Myanmar como o 172º país em sua lista anual, o "Corruption Perception Index", ficando à frente apenas de Sudão, Afeganistão, Coreia do Norte e Somália. Em janeiro de 2013, o Presidente Thein Sein decretou a criação do Comitê de Ação contra a Corrupção, encabeçado pelo Vice-Presidente Dr. Sai Mauk Kham. Desde julho de 2012, Thein Sein já dera sinais de que adotaria medidas mais concretas para

combater a corrupção no país, tendo determinado que todo o alto escalão de seu Governo, na esfera nacional e regional, inclusive do Poder Judiciário, encaminhasse à Presidência declarações detalhadas de bens e renda.

Aung San Suu Kyi segue estratégia voltada para a vitória da LND nas eleições de 2015 e para a concretização de reforma constitucional que lhe permita ocupar o cargo de Presidente do país. De acordo com a Constituição de 2008, nacionais que tenham cônjuge ou filhos estrangeiros não são elegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente de Myanmar, o que é justamente o caso de Suu Kyi, cujo falecido marido e dois filhos são cidadãos britânicos. Desde sua viagem aos Estados Unidos, em setembro de 2012, Suu Kyi passou a falar publicamente sobre sua aspiração de vir a presidir o país após 2015.

Dentro desse quadro, Suu Kyi tem demonstrado pragmatismo em seu relacionamento com o segmento militar, o que parece atestar sua percepção de que é necessário cumprir uma fase de transição, no processo que poderá culminar com a reforma da Constituição de 2008. A esse respeito, o Parlamento aprovou, em março de 2013, por unanimidade, medida que prevê a criação de comissão para revisar a Constituição.

Durante entrevista concedida em fevereiro de 2013, o Presidente Thein Sein afirmou que, com o fim de sua gestão, em 2015, pretendia aposentar-se por questões de saúde e idade. Ressaltou, no entanto, que essa decisão dependerá da situação do país até lá.

Segundo estudo do *think-tank* "Carnegie Council for Ethics in International Affairs", de julho de 2013, não se deve descartar a possibilidade de novo golpe no país, conduzido por oficiais de segundo escalão. O pretexto para o golpe poderia ser a instabilidade interna decorrente dos conflitos com as minorias étnicas, como nos estados de Rakhine e Kachin.

De acordo com a *Freedom House*, Myanmar é um país não-livre, no que diz respeito aos direitos civis e à liberdade política (na ASEAN, equipara-se a Brunei e Camboja, sendo mais livre apenas que Laos e Vietnã). De acordo com a ONG Repórteres sem Fronteira, é o terceiro país da ASEAN com menor liberdade de imprensa (atrás de Laos e Vietnã), em 2013.

Minorias étnicas

A questão das minorias étnicas é antiga, ligada à própria configuração multiétnica do país. Myanmar tem população estimada em 60 milhões de habitantes (não há censo no país desde 1983). Estima-se que cerca de 35% da população correspondam a grupos étnicos minoritários (a etnia majoritária, birmanesa, corresponde a cerca de 65%), os quais ocupam aproximadamente a metade da superfície de Myanmar, sobretudo nas regiões fronteiriças. Embora o governo afirme haver 135 etnias no país, a maioria dos estudiosos se fixa em números bem menores. O Escritório da ONU estima em 400 mil o número de deslocados internos em Myanmar, sobretudo nos estados de Rakhine e Kachin.

A perspectiva de adoção de uma estrutura próxima do federalismo, que havia sido acordada com as minorias étnicas nos primeiros dias pós-independência (e que retrocedeu durante os anos de ditadura militar) parece haver-se novamente consolidado no atual governo. Em debate no Fórum Econômico Mundial para a Ásia do Leste, em junho de 2013, o Ministro do Gabinete Presidencial, Soe Thane, afirmou que o governo considera a adoção de modelo de federalismo baseado no sistema alemão.

Segundo relatos, alguns grupos rebeldes “misturaram” suas bandeiras políticas com interesses econômicos no narco-terrorismo. A falta de solução para esse problema traz implicações diretas sobre a realidade de Myanmar, imbricando-se com questões políticas (o papel das Forças Armadas na vida do país), socioeconômicas (incapacidade de garantir políticas públicas que gerem desenvolvimento nas regiões em conflito; abusos contra os direitos humanos; e proliferação das atividades de narcotraficantes que acham ali seus santuários); e diplomáticas (a questão do relacionamento com os vizinhos fronteiriços).

Em junho de 2012, foi decretado Estado de Emergência no estado de Rakhine, próximo à fronteira com Bangladesh, diante do surto de conflitos entre a maioria da população, de religião budista, e o grupo étnico rohingya, de religião muçulmana. O cenário é bastante delicado, uma vez que existe a visão generalizada, da maioria da população budista do país, que se reflete na postura do governo, de que os muçulmanos rohingyas seriam imigrantes ilegais (bengaleses, segundo o governo) e que deveriam deixar o país. Nesse sentido, os rohingyas não possuem cidadania myanmareNSE e, na condição de apátridas, são vistos como a parte frágil e mais prejudicada no conflito, o que leva a comunidade internacional (inclusive os países muçulmanos) a pressionarem Myanmar por uma solução. Em 2012, o Brasil doou US\$ 120 mil, por meio do ACNUR, para o alívio da situação humanitária em Rakhine. A região continua instável, com surtos de violência sectária e grande número de deslocados.

O Governo de Myanmar tem estimulado a ação de agências das Nações Unidas, na busca de solução para essas disputas. Em mais de uma ocasião, o Corpo Diplomático (inclusive o Embaixador do Brasil) participou de visita às regiões de conflito.

Política Externa

Ainda que haja cautela em relação a questões políticas e de direitos humanos em Myanmar, as reformas implementadas pelo novo governo, desde março de 2011, têm-se refletido no reforço da agenda positiva com a comunidade internacional, incluindo a distensão do relacionamento com os EUA e a Europa e a consequente redução de sanções. As relações com a China, muito estreitas durante o regime militar, podem estar passando por período de revisão, na medida em que Myanmar busca maior independência em relação ao vizinho por meio do reatamento do diálogo com EUA, Europa, Japão e Índia. Myanmar ocupará a presidência de turno da ASEAN em 2014, o que fortalecerá seu papel no mecanismo. Além disso, Aung San Suu Kyi projeta-se cada vez mais como grande personalidade internacional, conforme evidenciado pelo fato de haver recebido Medalha de Ouro em sessão do Congresso norte-americano, em setembro de 2012.

Myanmar tem grande importância estratégica na região. Seus recursos energéticos e posição geográfica podem representar alternativa (especialmente à China) em relação ao petróleo que atravessa o Estreito de Malaca. Os países da região, como a China, a Índia, e a Tailândia, têm participado em importantes projetos no país, como a construção de estradas, barragens, gasodutos e pontes.

Com a abertura política, Myanmar tem-se tornado nova fronteira para negócios, em razão do grande potencial econômico do país (mercado superior a 60 milhões de pessoas, em grande medida subaproveitado; abundantes recursos naturais; e localização estratégica entre China e Índia), o que também tem estimulado a intensificação das visitas internacionais de caráter político e empresarial.

A principal evidência da maior interlocução de Myanmar com a comunidade internacional é a densidade de visitas recentes ao país. O Presidente Obama visitou Myanmar em novembro de 2012 (o primeiro Presidente estadunidense a fazê-lo). Outros Chefes de Governo a visitarem recentemente o país são os da Dinamarca e da Noruega (nov/12), para inauguração de Embaixada; do Reino Unido (abr/12); e da Indonésia (abr/13). Em novembro de 2012, Myanmar também recebeu o Comissário da União Europeia, José Manuel Barroso.

Em abril de 2012, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon visitou Myanmar pela terceira vez (a primeira desde a posse do Presidente Thein Sein). Na ocasião, Ban Ki-moon elogiou as reformas em curso em Myanmar e anunciou medidas para maior cooperação com a ONU, como o apoio que o organismo prestará na realização de recenseamento em Myanmar (que não é feito desde 1983).

No tocante aos Ministros das Relações Exteriores, destacam-se as seguintes visitas: EUA (dez/11); Reino Unido (jan/12); França (jan/12); Japão (dez/11); Indonésia (dez/11); Cingapura (dez/11); o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional do Povo da China, Wu Bangguo (set/12) e o Conselheiro de Estado chinês Dai Bingguo (dez/11); Canadá (mar/12); Nova Zelândia (mar/12); Itália (abr/12); Alemanha (abr/12); Polônia (mai/12); Coreia do Sul (mai/12); Austrália (jun/12 e jul/13); África do Sul (set/12); Suíça (nov/12); e Rússia (jan/13).

Em junho de 2013, foram levantadas definitivamente as sanções que pesavam na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra Myanmar desde 1999, em razão de registros de trabalho forçado. Em maio de 2012, visitou Myanmar o Presidente do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, Greg Vines, quando se encontrou com os principais líderes do país e com parlamentares da oposição. Vines considerou a visita muito proveitosa, reconheceu os avanços recentes no país e os desafios que persistem, e recordou que Myanmar celebrou, pela primeira vez, o dia internacional do trabalho, em cerimônia oficial na capital, na qual o Presidente Thein Sein fez discurso para lançar programa de erradicação do Trabalho

Forçado no país até 2015, com base em novo Memorando de Entendimento assinado entre o Governo de Myanmar e a OIT.

Em junho de 2013, Myanmar sediou reunião do Fórum Econômico Mundial para a Ásia do Leste. Com cerca de mil participantes, o evento foi mais um sinal da normalização da inserção de Myanmar no mundo.

Em dezembro de 2013, Myanmar sediará os "XXVII Jogos do Sudeste Asiático", o primeiro grande teste do novo perfil internacional de Myanmar.

Em 2014, como mencionado, exercerá a Presidência de turno da ASEAN pela primeira vez, quando deverá sediar duas Cúpulas do Mecanismo e dezenas de reuniões de menor nível.

Do ponto de vista histórico, ressalta o fato de o birmanês U Thant ter exercido o cargo de Secretário-Geral da ONU entre 1961 e 1971. À época da eleição de U Thant, Myanmar (então Birmânia), apesar de jovem nação independente, projetava-se de forma relevante na política internacional, trajetória que foi interrompida com o golpe de 1962.

Relações bilaterais com nações ocidentais

Vale registrar, inicialmente, que diversos governos ocidentais geralmente referem-se a Myanmar pelo termo "Burma". Tal referência (equivalente ao português Birmânia) é repudiada pelo Governo myanmarenses, na medida em que reflete insatisfação com a instalação de novo regime militar, após golpe em 1988. O Brasil utiliza o termo "Myanmar", conforme preferência do governo daquele país.

Estados Unidos

Como assinalado, os EUA têm-se empenhado em nova política de engajamento, que se evidencia pela visita do Presidente Obama, em novembro de 2012 (a primeira de um mandatário estadunidense); pela visita da Secretária de Estado Hillary Clinton, em dezembro de 2011 (a primeira de um Secretário de Estado dos EUA em mais de 50 anos); a apresentação de credenciais de Embaixador residente em Yangon, em julho de 2012 (o que não ocorria desde 1990); o relaxamento das sanções econômicas ao país (medidas concretas nesse sentido foram formalmente adotadas em julho de 2012); o restabelecimento do escritório do USAID e o apoio à criação de escritório do PNUD no país; a permissão a organizações privadas sem fins lucrativos dos EUA trabalharem em uma ampla gama de atividades (como consolidação da democracia e programas de saúde e de educação); e a facilitação de viagens para os EUA de funcionários

do governo. Constatou da plataforma de reeleição do Presidente Obama a ideia de que a democratização de "Burma" é um êxito concreto da política externa da atual administração estadunidense.

Em maio de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin visitou os EUA, quando a Secretária Hillary Clinton anunciou a suspensão parcial das sanções estadunidenses a Myanmar (à exceção da venda de armas, que continua bloqueada).

O Presidente de Myanmar, Thein Sein, realizou histórica visita aos EUA em maio de 2013, quando se encontrou com o Presidente Obama. Em conferência de imprensa, Obama elogiou a transição democrática em Myanmar, mas expressou preocupação com relação à violência étnica contra minorias muçulmanas no país e o processo de paz com os grupos étnicos. Ressalte-se que Obama se referiu ao país como Myanmar e não como "Burma" (Birmânia), como o governo estadunidense costuma fazer. Thein Sein pediu apoio estadunidense para o enfrentamento de obstáculos. A tônica dos pronunciamentos de Thein Sein foi no sentido de convencer o Executivo e o Congresso estadunidenses a eliminar de vez as sanções remanescentes contra seu país (e, também, não renovar as sanções suspensas, o que foi confirmado em julho de 2013). Foram assinados acordos na área de comércio e investimentos. A visita de Thein Sein a Washington fecha o ciclo da normalização do relacionamento de Myanmar com o Ocidente.

Como mencionado, Obama havia visitado Myanmar em novembro de 2012, quando se encontrou com o Presidente Thein Sein e com a parlamentar opositora Aung San Suu Kyi. Para o governo myanmarenses, a visita serviu como reconhecimento e estímulo dos avanços no processo de reforma política. Para a Casa Branca, serviu para a valorização das reformas em Myanmar como um êxito diplomático importante para o Departamento de Estado.

A líder opositora e Prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi visitou os EUA em setembro de 2012, no período da Assembleia Geral da ONU. Foi recebida com grande destaque, tem mantido encontro com o Presidente Obama e recebido Medalha de Ouro em sessão especial do Congresso Americano. Na mesma época, visitou os EUA o Presidente Thein Sein, que se encontrou com a Secretária de Estado Hillary Clinton e participou da Assembleia Geral da ONU.

Segundo analistas, as declarações de Aung San Suu Kyi durante a visita aos EUA, no sentido de que as reformas políticas em Myanmar seguem seu curso (apesar de ainda não terem sido consumadas) contribuíram para que fosse confirmada a suspensão das sanções econômicas por Washington.

Europa

A Alta Representante para Relações Exteriores da União Europeia, Catherine Ashton, visitou Myanmar em abril de 2012, quando inaugurou a Missão da União Europeia no país, subordinada à Delegação sediada em Bangkok. O Comissário da União Europeia para Desenvolvimento, Andris

Piebalgs, visitou Myanmar em fevereiro de 2012. Em seu pronunciamento, o Comissário anunciou oferta de 150 milhões de euros adicionais em favor de Myanmar, no âmbito do programa de ajuda europeu já existente, para os próximos dois anos, especialmente voltados para as áreas de saúde, educação e agricultura ("livelihoods"), bem como para assistência a grupos étnicos em áreas de conflito.

O Conselho da União Européia anunciou, em abril de 2013, a eliminação das sanções comerciais, econômicas e individuais anteriormente impostas a Myanmar, com exceção do embargo à venda de armas, confirmando definitivamente suspensão temporária anunciada há um ano. Por outro lado, o Conselho ressaltou que persistem sérios desafios para a evolução política em Myanmar, como a libertação de presos políticos; o fim da violência entre etnias/religiões; e solução para a crise humanitária em Rakhine e em áreas de violência comunitária.

O Presidente Thein Sein realizou, em março de 2013, sua primeira viagem oficial à Europa desde que assumira o poder em 2011. Visitou Noruega, Finlândia, Áustria, Bélgica e Itália, com o objetivo de buscar apoio ao processo de reformas políticas e econômicas em Myanmar, pedir o cancelamento de todas as sanções impostas ao país e solicitar sua inclusão no Sistema Geral de Preferências da União Europeia. De maneira geral, Thein Sein recebeu fortes elogios ao processo de abertura por ele liderado.

Com o Reino Unido, país do qual foi colônia por 124 anos, até 1948, as relações também apresentam tendência de intensificação. Em abril de 2012, o Primeiro-Ministro David Cameron realizou a primeira visita de um Chefe de Governo britânico ao país (nenhum monarca britânico jamais visitou Myanmar, mesmo no período colonial). Em novembro de 2011, visitou o país o Secretário britânico para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell (o primeiro Ministro britânico a fazê-lo em décadas). Em sua primeira viagem ao exterior em 2012, o Secretário William Hague realizou visita de 2 dias a Myanmar em janeiro, a primeira de um Secretário dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido ao país em 56 anos. Ainda que Myanmar não faça parte da Comunidade Britânica, o Reino Unido é o maior doador de fundos para o desenvolvimento de Myanmar, onde deverá aplicar, até 2015, 46 milhões de libras, especialmente na área de saúde.

Na mesma linha de reaproximação, em janeiro de 2012, também visitou Myanmar o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Alain Juppé. O Ministro francês destacou a necessidade de ajuda humanitária de emergência, do fortalecimento da atuação dos institutos franceses de Yangon e de Mandalay, da triplicação do orçamento destinado à cooperação, e da entrada da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no país, e afirmou que o mercado de Myanmar interessa às empresas francesas. Na ocasião, Aung San Suu Kyi foi condecorada com a Ordem Nacional da Legião da Honra.

A Noruega - que inaugurou Embaixada (chefiada por Ministro-Conselheiro) em Yangon, em novembro último, com a presença do Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg - tem sido o principal articulador do chamado "Peace Support Donor Group" (PSDG), que congrega países financiadores de iniciativas em prol do processo de paz em Myanmar. O "PSDG" também auxiliou na criação do "Myanmar Peace Center" (MPC), em novembro passado, que conta com a participação de integrantes do Governo.

Austrália

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Bob Carr, visitou Myanmar em julho de 2013 (a segunda visita de Carr ao país, durante o período em que ocupou o cargo, e a terceira de Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano desde a posse do Governo Thein Sein, em março de 2011). Os principais temas da agenda foram investimentos; ajuda para o desenvolvimento (US\$ 90 milhões anuais até 2015, sendo o segundo maior país doador a Myanmar, após o Reino Unido); e o apoio do Governo australiano ao processo de paz em Myanmar.

A Austrália tem caminhado à frente dos demais países do chamado grupo ocidental no que diz respeito à reaproximação com o Governo de Myanmar, desde a posse de Thein Sein, tendo sido o primeiro país a suspender parte de seu regime de sanções - muito embora o regime de sanções australiano nunca tenha chegado a níveis comparáveis aos anteriormente aplicados pelos EUA, Canadá e UE.

Relações com os vizinhos

China

A importância de Myanmar para a China decorre de diversos fatores, como a extensa fronteira terrestre (2.185 km); a rica dotação de hidrocarbonetos e recursos hídricos de Myanmar; e a possibilidade de usar-se o território de Myanmar para a construção de dutos para o abastecimento de gás e petróleo chinês, sem passar pelo Estreito de Malaca. Ademais, os dois vizinhos compartilham comunidades étnicas com identidade religiosa e linguística e a etnia Han (majoritária na China) tem grande peso econômico em Myanmar.

A China é a principal origem dos produtos importados por Myanmar e a principal fonte de investimentos na economia myanmarese, onde mantém projetos nos setores de energia e mineração, majoritariamente. Em 2011, o comércio bilateral alcançou a cifra de US\$ 6,5 bilhões. Os investimentos chineses na economia myanmarese montam a mais de US\$ 14 bilhões. Os poucos investimentos em infraestrutura de maior vulto que estão em andamento em Myanmar resultam de parcerias com grandes corporações estatais chinesas.

O então Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional do Povo, Wu Bangguo, visitou Myanmar em setembro de 2012. Trata-se da visita chinesa de mais alto nível político em pelo menos uma década. Por outro lado, em maio de 2011, o Presidente de Myanmar visitou a China, quando foi lançada a "Comprehensive Strategic Cooperation Partnership".

Em fevereiro de 2012, a imprensa oficialista chinesa reconheceu a existência de fluxo de refugiados de Myanmar para a China, em fuga do conflito entre o Exército de Independência de Kachin e as forças armadas de Myanmar. Cerca de 40 mil já teriam cruzado a fronteira.

Índia

Índia e Myanmar, que compartilham fronteira de 1.640 km, mantêm vínculos civilizacionais milenares, refletidos, por exemplo, na religião e no alfabeto. Até 1962, os líderes de Índia e Myanmar (Jawaharlal Nehru e U Nu, respectivamente) sustentavam pontos de vista políticos muito próximos, relacionados ao quadro pós-independência e à conjuntura internacional. Entretanto, o estabelecimento do regime militar em Myanmar resultou no distanciamento político dos dois países naquela década, o que só tem-se revertido neste século.

No momento, há vários sinais de reaproximação, de que é exemplo a visita do Presidente Thein Sein à Índia, em outubro de 2011, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin, em janeiro de 2012. Durante a visita presidencial, a Índia anunciou abertura de nova linha de crédito, no valor de US\$ 500 milhões, para projetos de irrigação. Por sua vez, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, visitou Myanmar em maio de 2012, a primeira visita de um Chefe de Governo indiano em vinte e cinco anos. Tratou sobretudo da promoção de oportunidades de comércio e investimentos e lançou iniciativas de cooperação nas áreas de conectividade física, agricultura, e cooperação acadêmica e científica.

ASEAN e mecanismos regionais

A ASEAN também tem tido uma postura construtiva em relação à evolução política em Myanmar, que é membro da Associação desde 1997. Antecipando-se à comunidade internacional, a ASEAN e seus estados membros foram dos primeiros a reconhecer publicamente o processo de reforma política em Myanmar, sobretudo durante a presidência de turno da Indonésia, em 2011. Esse apoio foi explicitado em declarações das Cúpulas e das reuniões de Chanceleres, que incluíram também apelos para que fossem levantadas as sanções contra o país; foi consubstanciado em visitas de alto nível, inclusive do Ministro dos Negócios Estrangeiros Marty Natalegawa; e culminou com a

decisão na 19ª Cúpula em Bali, em novembro de 2011, de escolher Myanmar para presidir a Associação em 2014.

Entre as iniciativas da ASEAN que têm beneficiado Myanmar, pode-se apontar a política de promover a integração física de seus países-membros, a exemplo da “East-West Economic Corridor” que interliga a Tailândia, o Laos e o Vietnã, com conexões para Myanmar, Camboja e China. A ASEAN também tem feito apelo em prol do levantamento das sanções econômicas e o término do papel de bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas no tocante aos direitos humanos em Myanmar.

No quadro regional, também assumem importância dois mecanismos de diálogo da Bacia do Mekong: o “Mekong River Commission”, organização intergovernamental criada em 1995 que congrega Tailândia, Vietnã, Laos e Camboja, e da qual Myanmar e China são observadores (apesar de a China já ter sido convidada a tornar-se membro); e o “Greater Mekong Subregion” (GMS), fórum de alto nível criado em 2002. Em dezembro de 2011, Myanmar sediou a 4ª Reunião de Cúpula (GMS), que contou com a participação dos Chefes de Governo de Myanmar, Tailândia, Vietnã, Camboja e Laos, do Conselheiro de Estado da China, responsável por Relações Exteriores, Dai Bingguo (em substituição, de última hora, do PM), e do Presidente do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), Haruhiko Kuroda. O GMS possui maior enfoque em assuntos de desenvolvimento econômico e infraestrutura. As discussões relativas à bacia do Mekong revestem-se de sensibilidade, uma vez que a construção de numerosas hidrelétricas, sobretudo pela China, na parte alta da bacia, gera preocupação aos vizinhos do sul, sobretudo no Vietnã, em razão da diminuição na vazão hídrica e de peixes.

Tailândia

O Presidente de Myanmar visitou a Tailândia em julho de 2012. O principal tema da visita de Thein Sein foi o megaprojeto do porto de Dawei, em Myanmar, com investimentos iniciais tailandesas orçados em US\$ 10 bilhões. Tratou-se também de outros investimentos tailandeses em Myanmar e de cooperação energética.

O desenvolvimento da Zona Econômica Especial de Dawei, em Myanmar, tem importância estratégica, uma vez que, quando finalizada, facilitará o acesso entre o Oceano Índico e o Pacífico, reduzindo a dependência do Estreito de Malaca. O projeto inclui a construção de porto, estaleiro, rodovias, ferrovias e oleodutos, com destino à região da Baía de Bangkok, e está aberto a investimentos de outros países.

Bangladesh

As relações entre Myanmar e Bangladesh, ainda que não sejam conflituosas, têm-se caracterizado por diferenças relacionadas à Baía de Bengala, zona marítima rica em reservas energéticas, disputada por ambos os países. Além disso, destaca-se o entendimento diverso entre os dois países sobre a questão da minoria étnica muçulmana rohingya, que Myanmar entende serem imigrantes ilegais bengaleses (vide seção sobre minorias étnicas).

Japão

Com o Japão, as relações têm ganhado densidade, após vários anos de relativa frieza diplomática (embora Tóquio não tenha imposto sanções econômicas unilaterais contra Myanmar). Nesse sentido, destacam-se as várias visitas de alto nível (Primeiro-Ministro Shinzo Abe, por exemplo, em maio de 2013), os importantes investimentos (especialmente em infraestrutura), a expressiva ajuda financeira e técnica ao país (US\$ 23 milhões, em 2013, em áreas como a jurídica e a educacional), o perdão de dívida de US\$ 3,5 bilhões, e empréstimos a juros baixos (US\$ 504 milhões, em 2013). Em abril de 2013, Aung San Suu Kyi visitou o Japão, quando foi recebida pelo Príncipe Herdeiro, pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre outros.

Desde a implementação das reformas em Myanmar, o Japão tem sido um dos países mais ativos na busca de novas oportunidades econômicas no país. Apesar disso, os investimentos do Japão, que chegam a US\$ 270 milhões, são ainda muito inferiores aos da China, que continua a ser o principal investidor estrangeiro no país, já somando US\$ 14,2 bilhões.

Península Coreana

Em maio de 2012, visitou Myanmar o então Presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-bak, com expressiva delegação empresarial. Além de servir a interesses econômicos, a visita resultou no anúncio da ampliação da cooperação bilateral em temas como assistência humanitária; capacitação de recursos humanos e bolsas de estudos; esportes; cultura; energia; recursos naturais, construção e infraestrutura.

A Coreia do Norte mantém Embaixador residente em Yangon.

Temas multilaterais

Reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança (CSNU)

Myanmar apoia a ampliação de ambas categorias de assentos do Conselho de Segurança. No Debate Geral da 65ª AGNU (setembro de 2010), o Ministro

dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, U Nyan Win, ressaltou que a ONU precisa adotar medidas reformistas, adaptando-se a realidade atual para tornar-se mais democrática e eficaz. Afirmou que uma reforma do CSNU deve ser no sentido de torná-lo mais transparente, eficiente e responsivo. Também, defendeu a expansão das duas categorias de membros.

Myanmar não se manifestou claramente sobre a possibilidade de o Brasil vir a ocupar assento permanente no CSNU, apesar de manifestar simpatia sobre o assunto.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Myanmar é membro da OMC desde sua criação, em 1995 e apoiou a eleição do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da Organização.

Direitos Humanos

O Brasil vê com cauteloso otimismo o processo de transição em curso em Myanmar. Desde 2011, houve importantes avanços no caminho da democracia e da garantia dos direitos humanos no país. O Brasil considera importante que os avanços havidos no campo da proteção dos direitos humanos possam contribuir para os esforços relançados pelo Governo no sentido de concluir o processo de pacificação do país.

Em março de 2013, foi aprovada por consenso (com o apoio do Brasil) resolução referente à situação de direitos humanos em Myanmar, no âmbito da 22ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos (CDH). A resolução reconheceu os importantes avanços recentes no país e apontou dificuldades ainda existentes.

A III Comissão da Assembleia Geral da ONU aprovou por consenso, em novembro de 2012, projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar, em que são reconhecidas as mudanças positivas no tratamento dos direitos humanos no país.

Myanmar foi avaliado pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do CDH ao final de janeiro de 2011. Nessa oportunidade, o Brasil ressaltou medidas tomadas por Myanmar para combater o tráfico de pessoas, a disposição em aderir a tratados de direitos humanos e a importância das eleições nacionais realizadas em novembro de 2010. Sublinhou, por outro lado, a necessidade de permitir a todos os atores políticos disseminar as suas ideias e participar de processos eleitorais. Manifestou preocupação com alegações de violência sexual envolvendo membros das Forças Armadas. Por fim,

recomendou, entre outras medidas, a revisão da legislação nacional que criminaliza a dissidência política pacífica e dos mandados de prisão emitidos com base nessas leis.

Relatório do Secretário-Geral da ONU, divulgado em setembro de 2011, avalia que, ainda que as eleições de novembro de 2010 foram criticadas pela “restritiva” legislação eleitoral, a experiência foi positiva, ao se tratar da “primeira janela de espaço político em 20 anos” no país. O SGNU reconheceu também os avanços na implementação do “roadmap to democracy”.

O Relator Especial da ONU para Direitos Humanos em Myanmar, o advogado argentino Tomás Ojea Quintana, visitou Myanmar em agosto de 2013, sua oitava viagem ao país desde que assumiu suas funções, em março de 2008, e a quinta desde as eleições nacionais de novembro de 2010. Quintana manifestou preocupação com a continuada segregação das comunidades muçulmanas em Rakhine, o que dificultaria o acesso a serviços de saúde e educação e a alimentos. No estado de Kachin, notou restrição ao acesso de organizações humanitárias a áreas não controladas pelo Governo. Avaliou positivamente a criação de comitê parlamentar para a revisão da Constituição de 2008. Quintana deverá apresentar relatório à Assembleia Geral da ONU em outubro, concluindo seu mandato como Relator Especial. Em visita anterior, Quintana insistiu na ideia de estabelecimento de Comissão da Verdade para investigar os abusos cometidos durante o período da Junta Militar.

Cumprir recordar que, entre 2000 e 2008 (período em que ainda vigorava o regime militar), o Professor brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro exerceu mandato de Relator Especial da ONU sobre a Situação dos Direitos Humanos em Myanmar.

As tensões religiosas em Myanmar, entre budistas e muçulmanos, são um fator de preocupação para o Brasil e para a comunidade internacional. A própria trajetória histórica do Brasil ilustra a importância que atribuímos ao respeito à liberdade religiosa e ao enfrentamento da discriminação baseada em religião ou crença, para o convívio harmonioso e pacífico entre pessoas de diferentes denominações.

Merecem especial atenção a situação de minorias (como a Rohingya, no estado de Rakhine); a continuidade do conflito no estado de Kachin; a limitada liberdade de expressão; e a existência de presos políticos – cuja futura libertação total foi objeto de anúncio do Presidente Thein Sein, em julho de 2013.

Economia

País de menor desenvolvimento relativo, Myanmar tem PIB per capita (PPP) entre os 25 mais baixos do mundo (US\$ 1.405, em 2012 – FMI). A agricultura é o mais importante setor da economia myanmarese, e responde por

42,9% do PIB, seguida pelo setor de serviços (37,3%) e industrial (19,8%). Mais de 70% da população vivem em zonas rurais. A economia de Myanmar apresenta carências (e possíveis oportunidades) em praticamente todas as áreas.

Segundo o FMI (relatório de outubro de 2013), o PIB de Myanmar cresceu 5,5% em 2011 e 6,4% em 2012, com previsão de 6,8% em 2013 e de 6,9% em 2014.

Como mencionado, com a abertura política, Myanmar tem apresentado importantes oportunidades para negócios, tendo presente seu expressivo mercado ainda pouco explorado (cerca de 63 milhões de habitantes); abundantes recursos naturais; e localização estratégica entre China e Índia.

Myanmar tornou-se importante exportador de gás natural (23º exportador e 38º produtor mundial em 2010, cf. CIA; pelo mesmo índice, o Brasil é o 37º produtor); e de pedras de jade. As exportações de gás natural têm sustentado a balança de pagamentos do país, que, apesar de importar grande parte de seus itens de consumo, mantém superávits regulares, cujo valor vem caindo ano a ano (superávit de apenas US\$ 784 milhões, em 2012). China e Tailândia são grandes importadores, mas a Índia também tem buscado inserir-se no setor energético.

No contexto de visita oficial do então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, ocorrida em junho de 2010, a China iniciou oficialmente os trabalhos de construção de gasoduto/oleoduto ligando a costa ocidental de Myanmar à cidade de Kunming, no sudoeste chinês. A “China National Petroleum Corporation” (CNPC) é acionista majoritária do projeto. Em julho de 2013, foi inaugurado o gasoduto, de 793 Km de extensão, ligando Myanmar e China, passando por seis estações de processamento de gás e com capacidade de 12 bilhões m³/ano. O gasoduto é parte de um projeto de construção de dutos de óleo e gás entre os dois países, que conta com investimentos de seis empresas da China, de Myanmar, da Coreia do Sul e da Índia. Tal projeto incluirá um oleoduto de petróleo bruto.

Em setembro de 2011, foi suspensa a construção da hidrelétrica de Myitsone (cuja produção seria em 90% exportada para a China), em razão de protestos de ordem ambiental, cultural e social.

No campo da mineração, o país tem recebido investimentos chineses na exploração de cobre. Ademais, o Japão tem demonstrado interesse na exploração das reservas de terras raras existentes em Myanmar.

O novo governo de Thein Sein tem empreendido reformas econômicas e financeiras, destinadas à maior abertura internacional do país. Entre outras medidas, foram reduzidos alguns impostos de importação, e o Governo diminuiu a alíquota geral de exportação de 8% para 2%, além de conceder isenção às

exportações de produtos de agricultura e de madeira. O governo de Myanmar tem recebido a cooperação do FMI, com vistas à abertura e à modernização de seus sistemas de pagamentos, financeiro e cambial. Além disso, Myanmar prepara-se para aperfeiçoar seus marcos regulatórios concernentes a investimentos estrangeiros, como evidenciado, por exemplo, pela decisão de estabelecer Zonas Econômicas Especiais.

O FMI realizou consultas bilaterais com Myanmar ao longo de 2011. O relatório do Fundo, publicado em maio de 2012, apresentou perspectivas positivas sobre a economia de Myanmar, que "poderá se tornar a nova fronteira econômica na Ásia", desde que adote reformas apropriadas. No curto prazo, o crescimento do país seria liderado pela exportação de commodities (sobretudo produtos agrícolas e gás natural) e pelo aumento dos investimentos, baseado na expansão do crédito e da confiança do setor empresarial.

O Banco Mundial e seu órgão de investimentos no setor privado, o "International Finance Corporation" (IFC), bem como o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), inauguraram escritório conjunto em Yangon, em agosto de 2012.

Apesar das reformas, grande parte do poder econômico, assim como o político, segue nas mãos dos membros da antiga Junta Militar e das Forças Armadas em geral. A *Economist Intelligence Unit* estima que 23,7% dos gastos previstos no orçamento público 2011/2012 tenham sido alocados às FFAA.

A inflação no país tem-se mantido, desde 2012, em torno de 6%. Relatório da *Economist Intelligence Unit*, de agosto de 2013, prevê leve alta do índice, em função da forte demanda doméstica, aliada à incapacidade do Banco Central de Myanmar de controlar a oferta de moeda na economia.

O governo tem incorrido em déficit fiscal (cerca de 4% do PIB), em razão sobretudo de projetos de infraestrutura e de construção (como da nova capital) e da baixa capacidade de coleta de impostos. Por outro lado, a esperada diminuição relativa dos gastos militares e o aumento da assistência financeira externa devem diminuir a necessidade de o Governo tomar empréstimos junto ao Banco Central.

Comércio e investimentos externos

Em 2012, Myanmar exportou US\$ 9,7 bilhões, tendo como principais destinos Tailândia (37,9%), Colômbia (15%), Índia (13,9%) e China (13,4%). Os principais produtos exportados foram combustíveis (36,6%); madeira (12,1%); e vestuário (8,7%). No mesmo ano, as importações totalizaram US\$ 15,5 bilhões, provenientes principalmente de China (36,6%), Tailândia (20,2%) e Cingapura (8,7%). Importou sobretudo automóveis (13,5%); máquinas mecânicas (12,1%); e obras de ferro/aço (10,6%).

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Em que pese ter aplicação imediata

para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Myanmar, Vietnã, Laos e Camboja) têm prazo de implementação das reduções tarifárias até 2015.

Os investimentos estrangeiros diretos têm aumentado substancialmente no país, no contexto das reformas supracitadas, direcionando-se aos setores de petróleo e gás natural, energia, mineração e infraestrutura (inclusive grandes represas). No biênio 2010-2011, estima-se que Myanmar tenha aprovado projetos (ainda não concretizados, em sua maioria) no valor de aproximadamente US\$ 20 bilhões, o que somaria mais do que o conjunto de seu total de Investimentos Externos Diretos (IED) nos últimos 20 anos. Em razão das sanções impostas por EUA e União Européia (atualmente em fase de desativação), esses projetos advêm quase exclusivamente de países da região, principalmente da China, da Coreia do Sul e da Tailândia, nessa ordem. Ressalta que os setores que recebem a maior fatia de IED em Myanmar - mineração e energia - são áreas nas quais o Brasil tem amplo conhecimento, tecnologia e presença internacional, o que poderá ensejar parcerias com empresas brasileiras.

Em segmentos específicos, como gás e petróleo, as sanções em vigor até 2012 não chegaram a causar desorganização, e algumas empresas ocidentais não tiveram de interromper sua presença em Myanmar, nomeadamente a Total e a Chevron. Diversas outras, da China, da Índia e de países da ASEAN, continuaram investindo pesadamente no país.

Só recentemente Myanmar atraiu investimentos na área automotiva – caminhões e montadoras de pequenos utilitários, setores em que autoridades já suscitaram a possibilidade de atuação da Marcopolo.

A China é o maior investidor externo no país, com projetos concentrados nos setores de mineração e produção de energia. Em fevereiro de 2010, o governo indiano aprovou aporte de US\$ 1,3 bilhão a projeto de petróleo e gás natural em Myanmar, a ser executado por estatais indianas. A coreana Daewoo mantém posição majoritária (51%) no projeto, e a estatal chinesa “China National Petroleum Corporation” terá direitos exclusivos de compra do petróleo e gás.

Existe a expectativa por maiores investimentos de países ocidentais em Myanmar nos próximos anos, em paralelo à flexibilização do regime e à consequente redução das sanções econômicas. Após visita a Myanmar, em janeiro de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega retirou a recomendação oficial de que não fossem realizados investimentos no país. Por sua vez, a Austrália conta com significativos investimentos nos setores de petróleo e gás natural.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral é modesto, tendo alcançado apenas US\$ 18,2 milhões em 2012 (queda de 30,4% em relação a 2011). O Brasil, superavitário,

exporta sobretudo açúcar e importa cestas e chapéus. Com a virtual suspensão do regime de sanções aplicado por EUA, Japão e União Europeia, têm-se ampliado as oportunidades comércio e investimentos. Desde fevereiro de 2012, já se registraram quatro missões da SOFTEX (área de tecnologia) e duas da EMBRAER.

Notam-se oportunidades de investimentos brasileiros nos setores de infraestrutura e transporte; carrocerias de ônibus; hidrelétricas; e exploração de hidrocarbonetos e minérios. O Ministro da Indústria mencionou ao Embaixador do Brasil, em dezembro de 2012, como particularmente promissores para a atuação brasileira os setores têxtil, automotivo e de autopeças, de tratores pesados (earth-moving), de cimento, de motores e caldeiras, de geradores e transformadores elétricos.

Setor energético e de infraestrutura

Em reunião com o Embaixador do Brasil, em dezembro de 2011, o Ministro da Energia Elétrica-I expressou interesse na participação brasileira em projetos na área de hidreletricidade, observando que conhece a capacidade e as realizações de nossa engenharia nesse campo. Indicou que haveria oportunidades para o Brasil em serviços de construção, consultoria e engenharia e no fornecimento de equipamentos pesados (geradores, turbinas e torres).

Em 1998, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), a Eletrobrás e a Inepar iniciaram gestões junto ao governo de Myanmar, ao mesmo tempo em que mantinham contato com os governos do Laos e do Camboja, para o exame de possibilidades de negócios na área energética, relacionados à venda, no mercado regional, de energia hidrelétrica. O assunto não prosperou desde então.

Trata-se de setor no qual Myanmar tem recebido grandes investimentos externos, sobretudo chineses, dado o grande potencial hidrelétrico do país (37 mil MW). Segundo o Ministro da Energia Elétrica-I, prevê-se, para os próximos cinco anos, a construção de cerca de 14 novas plantas hidrelétricas (há 18 em operação atualmente).

Em agosto de 2012, a Andrade Gutierrez realizou missão a Myanmar. A missão da empresa manteve encontros com o Vice-Presidente Sai Mauk Kham; com o Vice-Presidente do Banco Central, Nay Aye; com o Diretor-Geral de Projetos Hidrelétricos do Ministério da Energia Elétrica-1, Gyi Soe; com o Diretor-Geral do Ministério de Energia, Htin Aung; com o Ministro dos Transportes, Nyan Tun Aung; com o Ministro de Energia Elétrica-2, Khin Maung Soe; com o Vice-Ministro do Planejamento, Dr. Kan Zaw; e com parte do colegiado da Comissão Interministerial para Investimentos Estrangeiros.

A empresa Petra Energia, do setor de óleo e gás, manifestou interesse, em 2012, em investir em Myanmar, e chegou a programar missão ao país, que não se concretizou.

Outras áreas

Em agosto de 2012, a Myanma Airways, empresa estatal que opera voos domésticos, decidiu fazer "leasing" de três aeronaves EMB-190 da Embraer (as tratativas se deram junto à empresa GE, e não diretamente com a EMBRAER). Nota-se interesse também por parte de outras empresas aéreas myanmarenses.

O Representante regional da SOFTEX no Japão, Hélio Ciffoni, tem visitado Myanmar desde 2012 para divulgar o potencial do Brasil nos diversos segmentos da produção de software, como *e-banking*, *e-government*, *e-education* e telecomunicações. Apresentou o sistema brasileiro MPS.BR de certificação de empresas de TI, que despertou interesse em empresas de Myanmar, abrindo oportunidades para a venda de projetos brasileiros de prestação de treinamento para profissionais locais.

Em encontro com o Embaixador do Brasil, em dezembro de 2011, o Ministro da Indústria mencionou interesse em investimentos brasileiros, e solicitou contatos com a Marcopolo, que já atua na Índia. Demonstrou interesse em motores "flex" e no uso de etanol.

Em dezembro de 2012, o Ministro Coordenador da Área Econômica afirmou ao Embaixador do Brasil que para o Brasil poder identificar as áreas de seu interesse prioritário em Myanmar (e com maior potencial específico), o melhor caminho seria estimular que nossas entidades de classe se articulassem com a principal entidade do gênero em Myanmar, a UMFCCI (Federação Nacional das Câmaras de Comércio e Indústria).

Cronologia Histórica

1057	Fundação do primeiro estado birmânico unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reune a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmânica.
1852	Fim da Segunda Guerra Anglo-Birmânica.
1885-86	A Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido liberta a Birmânia da ocupação japonesa.
1948	Birmânia se torna independente.
1955	Primeiro-Ministro birmânico, U Nu, co-funda o Movimento dos Não-Alinhados.
1958-60	General Ne Win forma Governo militar provisório.
1960	Eleições gerais ganhas pelo antigo Primeiro-Ministro, U Nu.
1961-71	O birmanês U Thant é o Secretário-Geral da ONU
1962	Golpe de Estado do General Ne Win. Início de regime militar que duraria até 2011
1974	Nova constituição desmilitariza o regime de Ne Win.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com a morte de milhares.
	Formação do Conselho de Lei Estatal e Restauração da Ordem (SLORC).
1989	O SLORC declara lei marcial no País;
	Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
	Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional para a Democracia – LND, é colocada sob prisão domiciliar.
1990	LND ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1992	Than Shwe substitui Saw Maung como Presidente do SLORC.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN
2006	Inauguração da nova capital, Naypyidaw.
2007	China e Rússia vetam resolução contra Myanmar no CSNU.
2007	Restabelecimento das relações diplomáticas entre Myanmar e Coreia do Norte.
Mai/2008	Aprovação da nova Constituição
Mai/2008	O Ciclone Nargis provoca a morte de pelo menos 100 mil myanmarenses
Ago/2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar
Out/2010	São alterados o nome oficial, o hino e a bandeira de Myanmar
Nov/2010	As primeiras eleições gerais de 1990 dão vitória ampla ao partido de base militar. Libertação posterior de Suu Kyi.
Mar/2011	Posse do Presidente Thein Sein
Jan/2012	Cessar-fogo com minoria rebelde Karen.
Abr/2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (LND) e eleição de Aung San Suu Kyi
Nov/2012	Visita do Presidente dos EUA, Barack Obama
Abr/2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados.
Mai/2013	Presidente Thein Sein visita Washington
Jul/2013	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final deste ano.

Cronologia das Relações Bilaterais

1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro como Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
Jun/2007	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Maung Myint
Ago/2007	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Kyaw Thu na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
Nov/2008	Participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília
Jan/2010	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon.
Nov/2010	Apresentação de credenciais do Embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Naypyitaw
Nov/2011	MRE Antonio Patriota e Ministro dos Negócios Estrangeiros Wunna Maung Lwin participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali.
Fev/2012	A Subsecretária-Geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral.
Jun/2012	Vice-Presidente de Myanmar visita o Brasil. Participa da Rio+20 e mantém encontro com o VPR Michel Temer.
Set/2012	Brasil doa US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do ACNUR.
Jul/2013	Visita do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin, quando tratou de assuntos relativos à cooperação judiciária e questões ambientais.
Ago/2013	Visita do Diretor da ABC, com técnicos da UFLA e do Instituto Butantã.

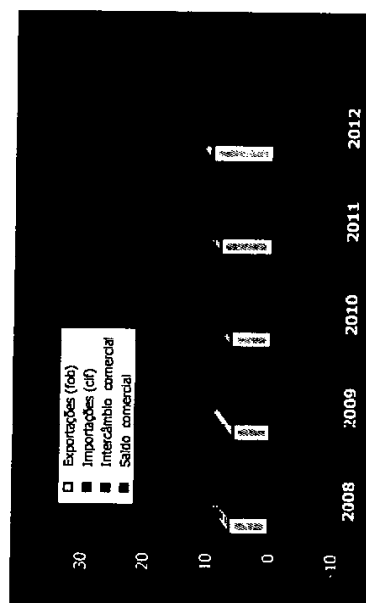
Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	A ser apreciado pelo Congresso Nacional

MYANMAR: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾ US\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2008-2012
Exportações (fob)	6,4	6,0	6,5	8,3	9,7	51,6%
Importações (cif)	6,3	6,4	9,0	12,4	15,5	145,7%
Intercâmbio comercial	12,7	12,3	15,5	20,7	25,2	98,3%
Saldo comercial	0,1	-0,4	-2,6	-4,2	-5,8	n.c.

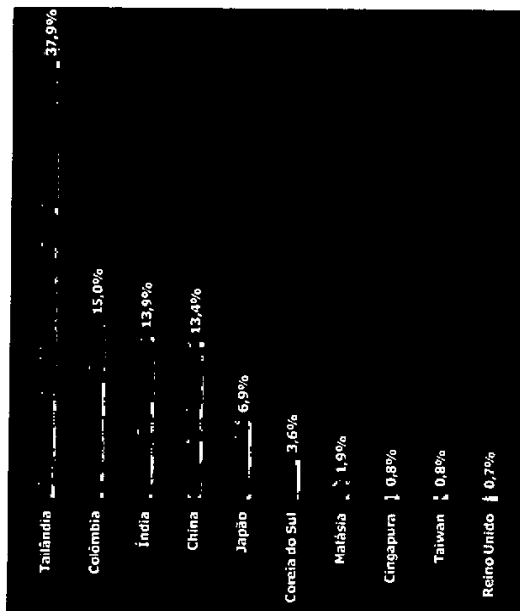
Elaborado pelo NEE-ORF-DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD ITC Comércio Transnacional, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "extrato", ou seja, com base nas informações contidas em documentos comerciais do país.
(n.c.) Dado não calculado.



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior de Myanmar cresceu 98,3%, de US\$ 12,7 bilhões para US\$ 25,2 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 86º mercado mundial, sendo o 87º exportador e o 86º importador. O saldo da balança comercial, deficitário em todo período, exceto em 2008, registrou **saldo negativo de US\$ 5,8 bilhões em 2012**.

MYANMAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Tailândia	3,67	37,9%
Colômbia	1,45	15,0%
Índia	1,35	13,9%
China	1,30	13,4%
Japão	0,67	6,9%
Coreia do Sul	0,35	3,6%
Malásia	0,18	1,9%
Cingapura	0,08	0,8%
Taiwan	0,08	0,8%
Reino Unido	0,06	0,7%
...		
Brasil	0,001	0,0%
Subtotal	9,20	94,8%
Outros países	0,50	5,2%
Total	9,70	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPH/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/CONTRADE TradeMap, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

As exportações de Myanmar são direcionadas, em grande parte, aos vizinhos asiáticos, que absorveram **81,3% do total em 2012**. Individualmente, a **Tailândia** foi o principal destino das vendas, com **37,9%** do total. Seguiram-se: **Colômbia (15%)**; **Índia (13,9%)**; **China (13,4%)**; **Japão (6,9%)**; **Coreia do Sul (3,6%)** e **Malásia (1,9%)**. O **Brasil** obteve a **43ª** posição entre os importadores.

MYANMAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

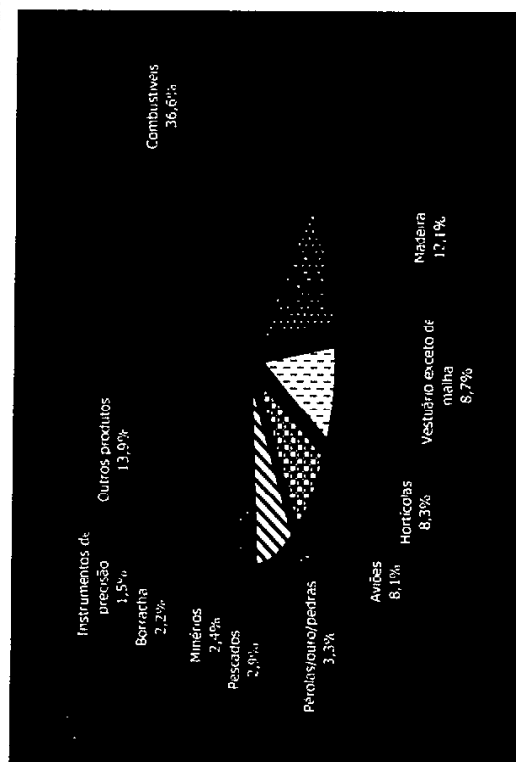
DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
China	5,67	36,6%
Tailândia	3,13	20,2%
Cingapura	1,34	8,7%
Coreia do Sul	1,33	8,6%
Japão	1,26	8,1%
Malásia	0,70	4,6%
Índia	0,53	3,4%
Indonésia	0,40	2,6%
Colômbia	0,27	1,8%
Taiwan	0,15	0,9%
...		
Brasil	0,02	0,1%
Subtotal	14,79	95,6%
Outros países	0,68	4,4%
Total	15,46	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, October 2013
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Os vizinhos da Ásia são também os principais exportadores de bens para **Myanmar**. Em 2012, representaram 94,7% do total. Individualmente, a **China** foi o principal parceiro, com **36,6%** do total. Seguiram-se: **Tailândia (20,2%)**; **Cingapura (8,7%)**; **Coreia do Sul (8,6%)**; e **Japão (8,1%)**. O **Brasil** ocupou a **22ª posição** entre os exportadores para o mercado de Myanmar, com **0,1%** do total.

MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	3,55	36,6%
Madeira	1,17	12,1%
Vestuário exceto de malha	0,84	8,7%
Hortícolas	0,81	8,3%
Aviões	0,78	8,1%
Pérolas/ouro/pedras	0,32	3,3%
Pescados	0,28	2,9%
Minérios	0,23	2,4%
Borracha	0,22	2,2%
Instrumentos de precisão	0,15	1,5%
Subtotal	8,35	86,1%
Outros produtos	1,35	13,9%
Total	9,70	100,0%

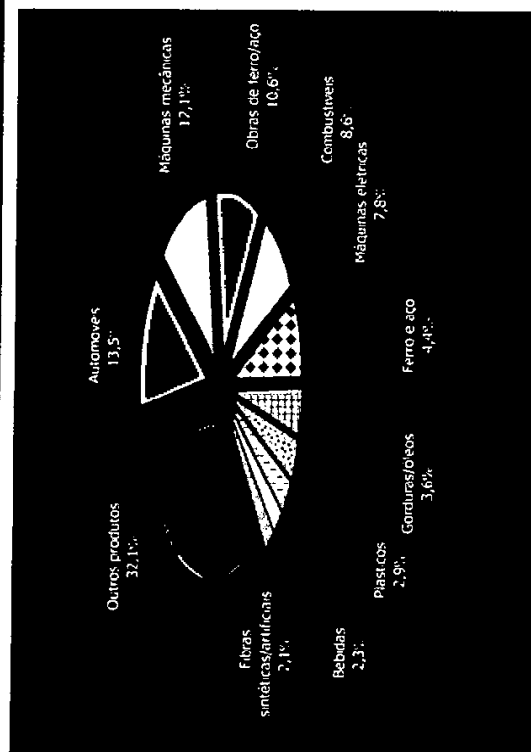


Elaborado pelo MIRE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/CTAD/ITC/CONTRADE TradeMap, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

Na pauta das exportações de Myanmar predominam as combustíveis (gases de petróleo). Em 2012, combustíveis representou **36,6% do total**, seguidos de **madeira (12,1%)**; **vestuário exceto de malha (8,7%)**; **hortícolas (8,3%)**; **aviões (8,1%)**; **pérolas, ouro e pedras (3,3%)**; **pescados (2,9%)**; **minérios (2,4%)**; **e borracha (2,2%)**.

MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Automóveis	2,09	13,5%
Máquinas mecânicas	1,87	12,1%
Obras de ferro/aço	1,64	10,6%
Combustíveis	1,33	8,6%
Máquinas elétricas	1,21	7,8%
Ferro e aço	0,68	4,4%
Gorduras/óleos	0,56	3,6%
Plásticos	0,45	2,9%
Bebidas	0,36	2,3%
Fibras sintéticas/artificiais	0,32	2,1%
Subtotal	10,50	67,9%
Outros produtos	4,96	32,1%
Total	15,46	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC, CONTRADE/TradeMap, Outubro 2013.
(1) Dados elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais do país.

A pauta importadora de Myanmar em 2012 concentrou-se em bens industrializados. Automóveis foi o principal grupo importado e representou 13,5% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (12,1%); obras de ferro e aço (10,6%); combustíveis (8,6%); máquinas elétricas (7,8%); e ferro e aço (4,4%).

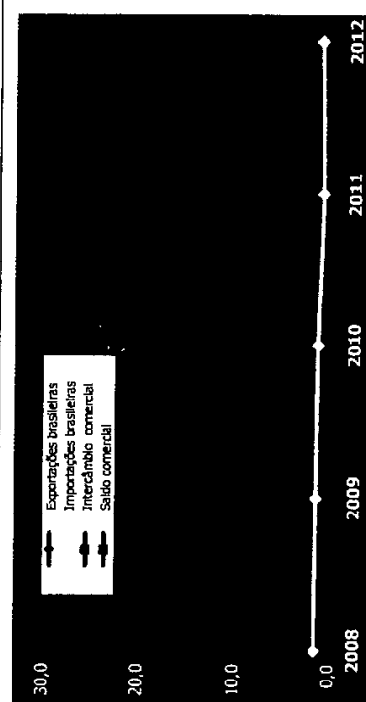
BRASIL-MYANMAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

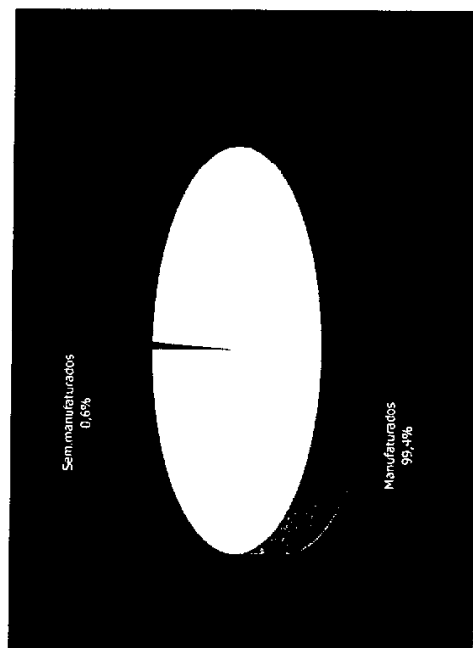
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-ago)	2013 (jan-ago)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	4,0	7,9	20,7	25,5	17,4	5,8	8,5	333,0%
Varição em relação ao ano anterior	298,6%	97,0%	162,0%	23,1%	-31,8%	-37,0%	46,4%	
Importações brasileiras	1,4	1,3	1,2	0,7	0,8	0,6	0,3	-42,7%
Varição em relação ao ano anterior	26,2%	-10,1%	-10,7%	-43,1%	25,5%	46,4%	-60,2%	
Intercâmbio comercial	5,5	9,2	21,9	26,2	18,2	6,4	8,7	233,5%
Varição em relação ao ano anterior	153,7%	68,6%	137,6%	19,6%	-30,4%	-33,3%	35,9%	
Saldo comercial	2,6	6,6	19,6	24,8	16,6	5,2	8,2	n.c.

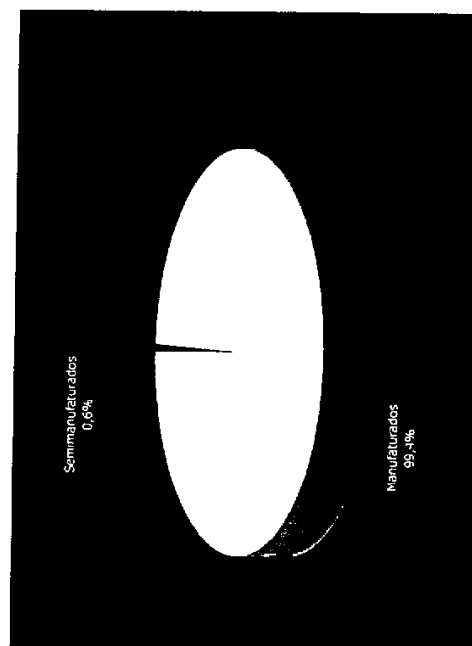
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.
(n.c.) Dado não calculado.

Myanmar foi o 148º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 233,5%, de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 18,2 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 333% e as importações reduziram-se em 42,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 16,6 milhões em 2012.



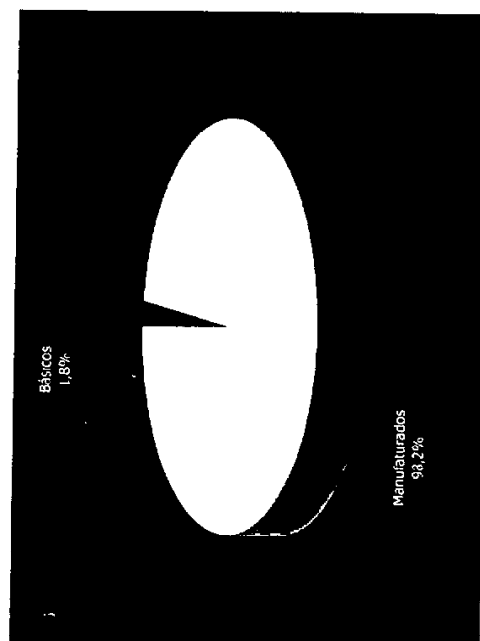
BRASIL-MYANMAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO**2012****Exportações**

As **exportações** brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por **produtos manufaturados**, que representaram **99,4%** do total em 2012, com destaque para café solúvel. Os **semimanufaturados** posicionaram-se em seguida com **0,6%**.

**BRASIL-MYANMAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO
2012****Exportações**

As **exportações** brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por **produtos manufaturados**, que representaram **99,4%** do total em 2012, com destaque para café solúvel. Os **semimanufaturados** posicionaram-se em seguida com **0,6%**.

Importações



Os produtos **manufaturados** representaram a quase totalidade da pauta de importações brasileiras. Em 2012, somaram **98,2%**, com destaque para espartaria/cestaria, seguidos dos **básicos** com **1,8%**.

Elaborado pelo MRE/DP/DE - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIA/SECEX.

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2			Part. % no total	Exportações brasileiras para Myanmar, 2012	
	2 0 1 0	2 0 1 1	Valor			
Preps. aliment. Diversas	12,5	12,8	8,9	51,1%		
Açúcar	6,8	11,9	6,8	39,0%		
Automóveis	0,0	0,0	0,9	4,9%		
Calçados	0,1	0,5	0,7	4,0%		
Subtotal	19,4	25,2	17,2	99,0%		
Outros produtos	1,3	0,3	0,2	1,0%		
Total	20,7	25,5	17,4	100,0%		



Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do NDIC/SECEX/Alicreviz.

Preparações alimentícias diversas (café solúvel, mesmo descafeinado) foi o principal item brasileiro exportado para Myanmar. Em 2012 somou **51,1%** do total, seguido de **açúcar** (açúcar refinado) com **39%**; **automóveis** (**4,9%**); e **calçados** (**4,0%**).

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0		2 0 1 1		2 0 1 2		Importações brasileiras originárias de Myanmar, 2012
	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	Valor	Part. % no total	
Espartaria/cestaria	94	189	315	38,0%			16,0%
Instrumentos de precisão	0	0	223	26,9%			26,9%
Chapéus	73	161	147	17,8%			17,8%
Vestuário exceto de malha	625	38	83	10,0%			10,0%
Máquinas elétricas	4	52	25	3,0%			3,0%
Subtotal	796	440	793	95,7%			
Outros produtos	365	221	36	4,3%			
Total	1.161	661	829	100,0%			

Elaborado pelo MRE/DIR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcavweb

Espartaria e cestaria representaram 38% do total da pauta de importações brasileiras originárias de Myanmar, em 2012, seguidos de **instrumentos de precisão** (26,9%); **chapéus** (17,8%); **vestuário exceto de malha** (10%); e **máquinas elétricas** (3%).

BRASIL-MYANMAR: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-ago)	Part. % no total	2 0 1 3 (jan-ago)	Part. % no total
Exportações brasileiras para Myanmar em 2013 (jan-ago)				
Preps. aliment. diversas	4,92	84,7%	4,92	57,9%
Açúcar	0,00	0,0%	2,43	28,6%
Calçados	0,31	5,4%	0,86	10,1%
Subtotal	5,23	90,1%	8,22	96,7%
Outros produtos	0,58	9,9%	0,28	3,3%
Total	5,80	100,0%	8,50	100,0%
Exportações brasileiras para Myanmar em 2013 (jan-ago)				
Preps. aliment. diversas	4,92		4,92	57,9%
Açúcar	0,00		2,43	28,6%
Calçados	0,31		0,86	10,1%
Subtotal	5,23	90,1%	8,22	96,7%
Outros produtos	0,58	9,9%	0,28	3,3%
Total	5,80	100,0%	8,50	100,0%
Imports brasileiras originárias de Myanmar em 2013 (jan-ago)				
Espartaria/cestaria	0,19	30,4%	0,09	36,4%
Vestário exceto de malha	0,08	13,1%	0,08	33,6%
Máquinas elétricas	0,00	0,4%	0,05	19,7%
Outs. Prods. Origem Animal	0,08	12,6%	0,01	5,4%
Máquinas mecânicas	0,00	0,7%	0,01	4,8%
Subtotal	0,36	57,2%	0,25	99,9%
Outros produtos	0,27	42,8%	0,00	0,1%
Total	0,63	100,0%	0,25	100,0%
Imports brasileiras originárias de Myanmar em 2013 (jan-ago)				
Espartaria/cestaria	0,19		0,09	36,4%
Vestário exceto de malha	0,08		0,08	33,6%
Máquinas elétricas	0,00		0,05	19,7%
Outs. Prods. Origem Animal	0,08		0,01	5,4%
Máquinas mecânicas	0,00		0,01	4,8%
Subtotal	0,36	57,2%	0,25	99,9%
Outros produtos	0,27	42,8%	0,00	0,1%
Total	0,63	100,0%	0,25	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceviz.

Aviso nº 824 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/11/2013.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF
OS:17159/2013

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Nº 102, de 2013 (Mensagem Nº 500, de 12/11/2013, na origem), da Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba”*.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao Art. 52, inciso IV, da Constituição, o Presidente da República submete à prévia apreciação do Senado sua indicação do Sr. CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, por meio da mensagem em epígrafe.

Atendendo a preceito regimental, a Mensagem presidencial se faz acompanhar da Exposição de Motivos do Ministro de



SF/13/107.34268-20

Página: 1/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



Estado das Relações Exteriores e do *Curriculum Vitae* do Diplomata indicado.

Do informe preparado por aquele Ministério recolhemos os dados abaixo para este Relatório, que servirão de subsídio para a decisão desta Comissão.

O Senhor **CESÁRIO MELANTONIO NETO** é brasileiro, nascido em São Paulo, SP, em 31 de outubro de 1949, filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio. É bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal e concluiu os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco. Ingressou no quadro do Ministério das Relações Exteriores, como Terceiro Secretário, em 1972. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; e alcançou o posto de Ministro de Primeira Classe em 2000, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se a de Secretário-Especial da Secretaria de Relações com o Congresso, de 1985 a 1987; Professor de Prática Consular no Instituto Rio Branco, em 1990; Chefe da Divisão Consular, entre 1990 e 1993; Chefe da Assessoria de Relações Federativas do Gabinete do Ministro de Estado, de 1997 a 2001; e a de Assessor Especial da Secretaria-Geral, que exerce atualmente.



SF/13107.34268-20

Página: 2/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



No exterior, ressaltam-se os postos de Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia, em Paris, em 1977; Chefe do Setor Cultural, na Cidade do México, em 1978; Chefe do SECOM, em Madri, em 1982; Conselheiro em Roma, de 1987 a 1990; Cônsul-Geral em Frankfurt, de 1993 a 1997; Embaixador em Teerã, entre 2001 e 2004; Embaixador em Ancara, de 2004 a 2008; e a de Embaixador no Cairo, de 2008 a 2011.

O Embaixador CESÁRIO MELANTONIO NETO participou ainda de diversas missões temporárias representando o Governo Brasileiro, destacando-se entre elas as de Comissário - Geral para a Exposição Universal de Hannover sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2000 e a de Chefe de Delegação em conferências internacionais do Regime do Ozônio e governança da Internet.

No desempenho de suas funções, o ilustre diplomata fez jus às seguintes condecorações: pelo Brasil, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, Medalha do Mérito Tamandaré, Ordem do Pinheiro (Paraná) e Ordem do Rio Branco. No Paraguai, recebeu a Ordem do Mérito do Paraguai. Na Venezuela, a Ordem de Francisco de Miranda. Na França, a Ordem Nacional do Mérito. No México, a Ordem da Águia Azteca. Comendador da Ordem Soberana Militar de Malta. Na Espanha, foi agraciado com a Ordem de Isabel, a Católica. Na Itália, com a Ordem Nacional do Mérito. E finalmente, da Alemanha, recebeu a Ordem Nacional do Mérito e a Ordem do Mérito, pelo Estado da Baixa Saxônia.



SF/13107.34268-20

Página: 3/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



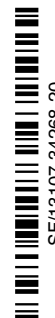
Vale a pena ressaltar que as condecorações recebidas no exterior são reflexo da imensa capacidade do Embaixador Melantonio de inserir-se com os agentes e líderes políticos e intelectuais nos países onde serviu.

Sobre o país para o qual se pretende a nomeação como Embaixador do referido diplomata – a República de Cuba –, aduzimos aqui algumas considerações, sempre no intuito de subsidiar o debate e a decisão a cargo desta Comissão.

A República de Cuba possui regime de partido único – o Partido Comunista Cubano –, com um órgão de representação supremo, unicameral, que é a Assembleia Nacional do Poder Popular, compreendida atualmente por 612 deputados. A Constituição atual foi aprovada por referendo em 1976 e emendada em 1992.

Cuba tem área de 110,8 mil quilômetros quadrados, onde vive uma população de 11,16 milhões de habitantes. Seu PIB baseado no poder de compra per capita (PPP), em 2012, foi de US\$ 126,7 bilhões, o que lhe confere uma renda per capita de US\$ 11.313, similar ao do Brasil. A expectativa de vida de sua população atualmente é de 78,05 anos, sua taxa de desemprego é da ordem de 3,8% e o índice de alfabetização alcança 99,8%.

As reformas econômicas em curso resultam de circunstâncias externas e internas. A economia cubana, que desde o



SF/13107.34268-20

Página: 4/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



colapso da União Soviética em 1991 sofre consequências da retirada de subsídios e acordos preferenciais com a Rússia, tem sido pressionada pela conjuntura mundial dos últimos anos. As dificuldades do setor sucro-alcooleiro, o aumento do preço do petróleo e dos alimentos no mercado internacional (Cuba importa de 60 a 70% dos alimentos consumidos), a baixa produtividade interna e o impacto da recente crise econômico-financeira no turismo e nos investimentos contribuíram para que Cuba buscasse alternativas para “atualizar o modelo econômico do país”. O país trabalha na aprovação de novas políticas macroeconômicas, que incluem novas metodologias de preços atacadistas e varejistas, bem como estudos voltados para a eliminação da dualidade monetária.

A presença em Havana de um dos mais experientes de nossos diplomatas vai permitir ao Brasil ter um canal direto de observação dessas transformações em marcha.

As relações bilaterais entre Cuba e Brasil remontam ao início do século XX, quando foi criado um Consulado em Havana, em 1908. Em 1943, foi criada a Embaixada do Brasil em Havana. Rompidas em 1964, as relações diplomáticas foram restabelecidas durante o governo de José Sarney, em junho de 1986.

O momento do relacionamento bilateral é particularmente positivo. No plano político, Brasil e Cuba convergem quanto à importância da integração regional e defendem posições comuns



SF/13107.34268-20

Página: 5/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd

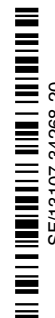


nos principais foros internacionais. Esta cooperação reflete-se não apenas no plano bilateral, mas também benefícios a terceiros países, como o Haiti.

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, em 2012, o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos e o terceiro maior exportador para o país. Dentre os principais produtos brasileiros exportados, destacam-se produtos agrícolas e derivados (arroz, óleo de soja, milho e aves) e pré-fabricados de ferro e aço. As importações brasileiras se concentram em cimento e insumos farmacêuticos cubanos. O comércio bilateral bateu recordes sucessivos em 2011 e 2012, quando foram registrados, respectivamente, US\$ 641,9 milhões e US\$ 661,1 milhões. No período de janeiro a julho de 2013, o intercâmbio comercial apresentou queda de 16,9% em relação ao mesmo período do ano-recorde de 2012.

O saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante desse quadro, esforços vêm sendo desenvolvidos para identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados para o Brasil.

O Governo brasileiro apoia o desenvolvimento de Cuba por meio da concessão de empréstimos oficiais a projetos em diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, saúde e alimentos. Dentre os financiamentos brasileiros, tem importância central o projeto de



Página: 6/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



financiamento do Porto de Mariel. Uma vez concluído, Mariel será o principal porto de Cuba e elemento fundamental para a inserção de Cuba na economia global. Terá capacidade para atracar embarcações de até 15 metros de calado e com capacidade para oito mil contêineres. O projeto prevê ainda a construção de 12,4 km de novas linhas ferroviárias e 18km de vias rodoviárias, além de dragagem da Baía de Mariel e construção de Zona de Atividades Logísticas. O Porto de Mariel deverá entrar em operação parcial já em 2014.

Outros pontos importantes no relacionamento bilateral são o programa Mais Médicos, que prevê a inclusão de médicos de diferentes nacionalidades no atendimento à saúde básica no Brasil, e Cuba tem sido o país com maiores índices de participação no programa, além de muitos outros programas de cooperação técnica, nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, geologia, saúde, indústria e comércio, justiça e finanças públicas.

Importante aspecto da cooperação entre os dois países é a característica de “mão-dupla” de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas. Um dos exemplos está na intensa cooperação de órgãos cubanos com o Instituto Oswaldo Cruz.



SF/13107.34268-20

Página: 7/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc67fd1e521a52b43e48dbd



Por sua vasta experiência o Embaixador Melantonio está perfeitamente preparado para implementar todas estas formas de cooperação.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SF/13107.34268-20

Página: 8/8 20/11/2013 12:33:56

fe1fa48dc8ea29ccfc6f7fd1e521a52b43e48dbd





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 102, DE 2013 (nº 500/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Os méritos do Senhor Cesário Melantonio Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Barbosa.

2

EM Nº 00412 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 17 de outubro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CESÁRIO MELANTONIO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CESÁRIO MELANTONIO NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CESÁRIO MELANTONIO NETO**

CPF.: 162.898.621-20

ID.: 3203 MRE

1949 Filho de Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio, nasce em 31 de outubro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1970 CPCD, IRBr

1972 Direito pela Universidade do Distrito Federal

1976 Pós-graduação em Economia Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris/FR

1978 CAD - IRBr

1988 CAE - IRBr, O Partido Socialista Italiano. Origens, evolução e perspectivas.

Cargos:

1972 Terceiro-Secretário

1976 Segundo-Secretário, por merecimento

1980 Primeiro-Secretário, por merecimento

1986 Conselheiro, por merecimento

1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1972-1973 Cerimonial, Chefe de Seção

1973-1975 Presidência da República, Adjunto do Cerimonial

1975-1978 Embaixada em Paris, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1978-1979 Embaixada no México, Segundo-Secretário

1979-1980 Divisão da Europa-I, Assistente

1980-1982 Divisão do Pessoal, Assistente

1982-1984 Embaixada em Madri, Primeiro-Secretário

1984-1985 Divisão de Visitas, assistente

1985-1987 Assessoria de Relações com o Congresso, Secretário-Especial, substituto

1987-1990 Embaixada em Roma, Conselheiro

1990 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Consular

1990-1993 Divisão Consular, Chefe

1993-1997 Consulado-Geral em Frankfurt, Cônsul-Geral

1997-2001 Assessoria de Relações Federativas, Chefe

2001-2004 Embaixada em Teerã, Embaixador

2004-2008 Embaixada em Ancara, Embaixador

2008-2011 Embaixada no Cairo, Embaixador

2009 XXI Encontro das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias destrutivas da Camada de Ozônio Port Ghalib, Egito, Chefe de delegação

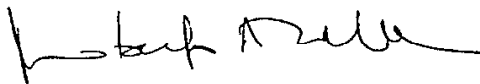
2009 4º Foro de Governança da Internet, Sharm el-Sheikh, Egito, Chefe de delegação

2010 Conferência internacional de Doadores para a Reconstrução de Darfur, Cairo, Chefe de delegação

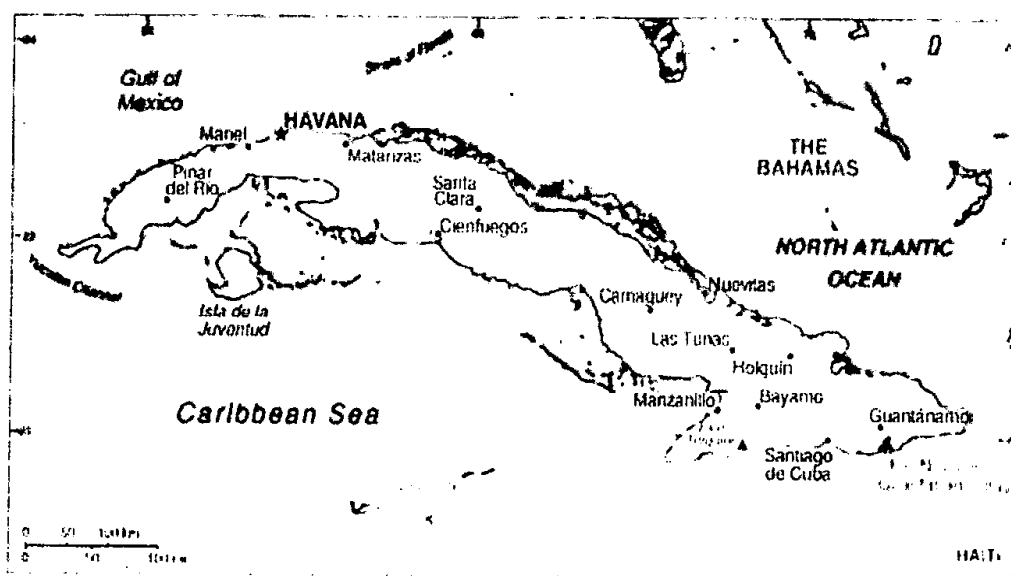
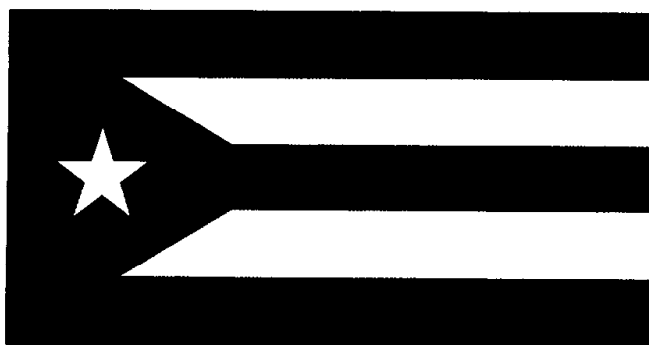
2013 Secretaria-Geral, Assessor Especial

Condecorações:

1973	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1973	Ordem do Mérito do Paraguai, Cavaleiro
1973	Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Grau III
1974	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1975	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1978	Ordem da Águia Azteca, México, Oficial
1980	Ordem Soberana Militar, Malta, Comendador
1985	Ordem de Isabel, A Católica, Espanha, Oficial
1990	Ordem Nacional do Mérito, Itália, Comendador
1999	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Primeira Classe
1999	Ordem do Pinheiro, Paraná, Brasil, Grã-Cruz
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2000	Ordem do Mérito, Estado da Baixa Saxônia, Alemanha, Primeira Classe
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

**ROBERTO ABDALLA**

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**CUBA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Cuba
CAPITAL	Havana
ÁREA	110.860 km ²
POPULAÇÃO (ONEI 2012)	11,16 milhões (Grécia, 11,3 milhões; Estado do Rio Grande do Sul, 10,7 milhões)
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES (USDS est)	Católicos romanos (60%), protestantes (6%), outros (34%). Estima-se que 80% sigam também religiões de origem africana, como a "santería".
SISTEMA DE GOVERNO	Regime de partido único (PCC) e um órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional do Poder Popular
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Raúl Castro Ruz (desde 24/02/2008)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla (desde 02/03/2009)
PIB nominal (EIU 2012 est)	US\$ 63,8 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB PPP (2012)	US\$ 126,7 bilhões (Brasil: US\$ 2,17 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2012)	US\$ 5.685 (Brasil: US\$ 10.710)
PIB PPP <i>per capita</i> (2012)	US\$ 11.313 (Brasil: US\$ 11.127)
IDH (2012 - PNUD)	0,780
EXPECTATIVA DE VIDA (CIA 2013 est)	78,05 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (CIA 2011 est)	99,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA 2012 est)	3,8%
UNIDADES MONETÁRIAS	Peso Cubano (CUP) e Peso Cubano Conversível (CUC)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Carlos Raphael Zamora Rodríguez
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	1000 cidadãos

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB – Fonte MDIC)

Brasil - Cuba	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-ago)
Intercâmbio	92,0	177,3	284,6	375,4	412,6	572,2	330,6	488,2	641,9	661,1	432,5
Exportações	69,6	132,0	245,7	343,8	323,9	526,8	277,2	414,8	550,2	568,1	374,8
Importações	22,4	45,3	38,8	31,6	88,8	45,4	53,4	73,4	91,8	93,5	57,7
Saldo	47,2	86,7	206,8	312,2	235,1	481,5	223,8	341,4	458,4	474,6	317,1

PERFIS BIOGRÁFICOS**Raúl Castro Ruz – Chefe de Estado e de Governo**

- Nascido em 3 de junho de 1931.
- Graduado em Ensino Superior Militar, foi membro do Movimento de 26 de julho em 1953; passou 22 meses na prisão. Em exílio no México, conheceu Ernesto “Che” Guevara, por ele integrado ao grupo de revolucionários.
- Como chefe das Forças Armadas, esteve envolvido na participação militar de Cuba em Angola e na Etiópia na década de 1970, bem como nos esforços militares para sanear a economia cubana após o fim dos subsídios da URSS.
- Atribuem-se a Raúl Castro as reformas de mercado na agricultura feitas no início dos anos 90, que aumentaram o suprimento de alimentos após a crise gerada pela cessação dos subsídios soviéticos.
- Em razão de problemas de saúde de Fidel Castro, tomou posse, interinamente, como Presidente do Conselho de Estado e de Ministros, em julho de 2006.
- Assumiu, em fevereiro de 2008, em caráter definitivo, a função de Presidente.
- Em julho de 2010, deu início a processo de libertação de 52 dissidentes, negociado com a Igreja Católica, o qual culminou com a libertação de 127 presos, a maioria dos quais exilados na Espanha.
- Presidiu o VI Congresso do PCC, de 16 a 19 de abril de 2011, durante o qual foram aprovadas as diretrizes para “atualização” da economia cubana. Foi eleito Primeiro Secretário do Comitê Central do PCC, assumindo formalmente o cargo antes ocupado pelo irmão Fidel.
- Visitou o Brasil por conta de sua participação na Rio+20 (19-22/06). Manteve encontro com a PR Dilma Rousseff à margem do evento.
- Foi reeleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular em 24/02/2013, mas deixou claro que será seu último mandato, ao defender que o exercício dos principais cargos do Estado seja limitado a dois períodos consecutivos.

Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla – Ministro de Relaciones Exteriores

- Nascido na Cidade do México, em 22 de janeiro de 1958.
- Participou de missão das Forças Armadas Revolucionárias em Angola.
- Formou-se em Direito. Lecionou Direito Internacional na Universidade de Havana.
- Em 1990, foi eleito para o Comitê Central do PCC, o qual ainda integra.
- Diretor do jornal “Juventud Rebelde”, ligado ao movimento estudantil (1991).
- Representante Permanente de Cuba junto às Nações Unidas (1995 – 2003).
- Em 2003, tornou-se Vice-Ministro de Relaciones Exteriores, encarregado de América Latina e Caribe, além de temas ligados a informações e comunicações.
- Primeiro Vice-Ministro de Relaciones Exteriores (2004).
- Chefe da missão médica humanitária de Cuba no Haiti (2004) e no Paquistão (2005-2006).
- Ministro das Relaciones Exteriores desde março de 2009.
- Acompanhou o Presidente Raúl Castro em visita ao Rio de Janeiro, por ocasião da Rio+20 (19-22 de junho de 2012).
- Visitou Brasília em 5/8/2010; 28-29/9/2011 e 6/5/2013.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Cuba e Brasil remontam ao início do século XX, quando foi criado um Consulado em Havana (Decreto 6897 de 19/03/1908). Em 1943, foi criada Embaixada do Brasil em Havana (Decreto 12784 de 06/07). Rompidas em 1964, as relações diplomáticas foram restabelecidas durante o Governo José Sarney, em junho de 1986.

As relações bilaterais Brasil e Cuba atravessam momento particularmente positivo. No plano político, Brasil e Cuba convergem quanto à importância da integração regional e defendem posições comuns nos principais foros internacionais. A cooperação tem sido frutífera não somente no plano bilateral, mas também em benefício de terceiros países, como o Haiti.

A densidade das relações bilaterais se reflete no elevado número de visitas oficiais realizadas nos últimos anos. No período de seus dois mandatos presidenciais (2003 – 2010), o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou quatro visitas a Cuba: setembro de 2003; janeiro e outubro de 2008; e fevereiro de 2010. Retornou à Ilha entre 31 de maio e 2 de junho de 2011, já na qualidade de ex-Presidente, oportunidade em que se avistou com Fidel e Raúl Castro.

O Brasil foi escolhido como o destino da primeira viagem ao exterior – que também incluiu a Venezuela – do Presidente Raúl Castro, já na condição efetiva de Presidente do Conselho de Estado e de Ministros. Em dezembro de 2008, Raúl Castro realizou visita bilateral a Brasília, no contexto de sua participação na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), no Saúipe.

O principal marco recente das relações bilaterais é a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Havana, em 30 e 31 de janeiro de 2012. A Presidenta encontrou-se com o Presidente Raúl Castro e o ex-Presidente Fidel Castro, além de visitar as obras do Porto de Mariel, executadas com apoio financeiro e empresa do Brasil.

O ano de 2013 revela intensificação das visitas bilaterais de alto nível. Do lado brasileiro, destacam-se: visita de Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, integrada pelos Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique da Silveira e Inácio Arruda (15-17/1); do ex-Presidente Lula (28-31/1); do Ministro do Esporte, José Aldo Rebelo (9-13/2); do então Secretário-Executivo do MDIC, Alessandro Teixeira (14-18/2); do Secretário Executivo do MEC, Henrique Paim, para a I Reunião de Ministros de Educação da CELAC (7/2); do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (6/5); do Secretário Executivo do MDIC, Ricardo Schaefer, para participar da VIII Reunião do Grupo de Trabalho Brasil – Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais (2-5/7); do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel (16-19/7); e do Ministro do Turismo, Gastão Vieira (16/7). Do lado cubano, foram realizadas visitas do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo, a Brasília e ao Rio de Janeiro, (3-10/4); do Chanceler Bruno Rodríguez a Brasília (6/5); e do Ministro do Turismo, Manuel Marrero (10/7) a São Paulo.

Em sua visita ao Brasil, o Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo buscou colher subsídios para a condução das reformas, em complemento às viagens feitas à China, Vietnam, Rússia, Belarus e Ucrânia. Em

Brasília, além do MRE, manteve encontros com a área econômica do Governo, além de MAPA, MDA, EMBRAPA, IPEA e CEF, entre outros, e conheceu propriedades de agricultores familiares. No Rio de Janeiro, foi recebido pelo Vice-Presidente do BNDES e reuniu-se com a direção do IBGE. Visitou também conjunto habitacional do projeto “Minha Casa Minha Vida”.

O segundo semestre de 2013 confirma a tendência de adensamento das relações bilaterais, com a inclusão na pauta de temas como: a participação de profissionais cubanos no programa “Mais Médicos” e a inauguração de voo direto entre São Paulo e Havana.

Em 25 de julho, o Governo brasileiro concedeu agrément a Marielena Ruiz Capote, atual Diretora de América Latina e Caribe do MINREX, como Embaixadora de Cuba no Brasil.

Comércio bilateral

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba (MINCEX), em 2012, o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos e o terceiro maior exportador para o país. Dentre os principais produtos brasileiros exportados, destacam-se produtos agrícolas e derivados (arroz, óleo de soja, milho, aves) e pré-fabricados de ferro e aço. As importações brasileiras se concentram em cimento e insumos farmacêuticos cubanos (produtos para uso opoterápico).

O saldo comercial entre os dois países é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante disso, tem sido feito esforço de identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados ao Brasil.

O comércio bilateral bateu recordes sucessivos em 2011 e 2012, quando foram registrados, respectivamente, US\$641,9 milhões e US\$661,1 milhões de valores de intercâmbio comercial. No período de janeiro a julho de 2013, o intercâmbio comercial apresentou queda de 16,9% em relação ao mesmo período do ano-recorde de 2012.

Financiamentos oficiais

O Governo brasileiro apoia o desenvolvimento de Cuba por meio da concessão de empréstimos oficiais a projetos em diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, saúde e alimentos. Os desembolsos do BNDES em projetos a Cuba foram os seguintes, nos últimos três anos (valores em US\$ mil): 2011 – 133.837; 2012 – 220.580; 2013 (até junho) – 83.164.

Dentre os financiamentos brasileiros, tem importância central o projeto de financiamento ao Porto de Mariel. Uma vez concluído, Mariel será o principal porto de Cuba e elemento fundamental para a inserção de Cuba na economia global. Terá capacidade para atracar embarcações de até 15 metros de calado e com capacidade para 8 mil contêineres. O projeto prevê, ainda, a construção de 12,4 km de novas linhas ferroviárias e 18km de vias rodoviárias, além de dragagem da Baía de Mariel e construção de Zona de Atividades Logísticas. O Porto de Mariel deverá entrar em operação parcial já em 2014.

Investimentos

Há significativa presença empresarial Brasileira em Cuba. As atividades de empresas como a Souza Cruz, Fanavid, EMS, Petrobras e Odebrecht têm consolidado a importância dos investimentos brasileiros no país. O financiamento brasileiro às obras de construção do Porto de Mariel, conduzidas por construtora brasileira, é sinal da dimensão alcançada pela cooperação com vistas ao aprimoramento da infraestrutura cubana. A projetada implementação de uma Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) na região de Mariel, voltada para exportação, poderá estimular o aumento da presença de empresas brasileiras em Cuba.

A presença empresarial brasileira é descrita no quadro a seguir:

Principais empresas brasileiras em Cuba		
Empresa	Setor	Investimento
ODEBRECHT	Construção Civil	Mantém, por meio da sua subsidiária COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURAS (COI), diversos projetos em Cuba, que incluem a construção do Porto de Mariel, cuja conclusão está programada para dezembro de 2013.
PETROBRAS	Petrolífero	Após desenvolver atividades exploratórias no mar cubano no início da década, a PETROBRAS voltou a investir em Cuba a partir de 2008, por meio de contrato de partilha de exploração e produção de petróleo e gás no Bloco N-37, localizado no mar territorial do país.
SOUZA CRUZ	Tabaco	Detém, desde 1995, 50% da BRASCUBA, <i>joint-venture</i> com o governo cubano para a produção de produtos derivados do tabaco. Localizada no município Diez de Octubre, a empresa possui cerca de 240 funcionários e sua administração é compartilhada por executivos cubanos e brasileiros da SOUZA CRUZ.
EMS	Farmacêutico	Assinou, em 2009, acordo com a cubana HEBER BIOTEC para constituição de empresa mista de desenvolvimento de remédios.
FANAVID	Fabricação de vidros	Firmou Memorando de Entendimento com a cubana GRUPO EMPRESARIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA, vinculada ao Ministério da Indústria Básica (MINBAS) de Cuba, com vistas à criação de uma empresa mista.

Programa "Mais Médicos"

O Ministério da Saúde coordena a inclusão de médicos de diferentes nacionalidades no Programa "Mais Médicos. Cuba é país que preenche o requisito para participação no Programa " segundo a Medida Provisória 621, de 08/07/2013: dispor de mais de 1,8 médicos por mil habitantes.

Cerca de 400 médicos cubanos embarcaram nos dias 23 e 24/8 para o Brasil. Segundo informações públicas prestadas pelo Ministério da Saúde, Municípios do Norte e do Nordeste serão os maiores beneficiados pelo trabalho desse primeiro grupo de médicos cubanos que chegaram ao Brasil após acordo do Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) dentro do programa Mais Médicos.

Com a participação dos profissionais cubanos, já em agosto, primeiro mês do programa, foi possível oferecer médicos a uma parte dos 701 municípios que não tinham sido selecionados por nenhum médico brasileiro, nem estrangeiro. Os 400 cubanos serão direcionados a um total de 219 localidades (206 municípios e 13 DSEIs). Juntas, as regiões Norte e Nordeste receberão 91% desses médicos – o equivalente a 364 profissionais. Eles trabalharão em unidades básicas de saúde de 187 localidades (69 municípios e 12 distritos indígenas no Norte e 105 municípios e um distrito indígena no Nordeste). Os 36 demais médicos irão para áreas carentes em 26 cidades do Sudeste e em seis do Sul.

Segundo o Ministério da Saúde, até o fim do ano, outros 3.600 profissionais cubanos chegam ao Brasil para ocupar os postos remanescentes após novas rodadas de chamamento individual de brasileiros e estrangeiros.

Turismo – Inauguração do Voo direto Havana-São Paulo

Em 10 de julho de 2013, ocorreu voo inaugural direto, com frequência semanal, entre Havana e São Paulo, pela companhia aérea Cubana de Aviación. A aeronave levou delegação do Ministério de Turismo de Cuba ao Brasil, presidida pelo responsável da pasta, Ministro Manuel Marrero.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba foi instituído no ano de 1997, por ocasião da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a qual estabeleceu a formação de dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica.

As áreas de agricultura, saúde e justiça destacam-se pelo dinamismo das atividades e pelo caráter prioritário concedido pelo Governo cubano a tal cooperação. Nesse sentido, ao longo de 2012, destacaram-se, sobretudo, a execução dos projetos "Assistência Técnica para a Produção de Milho e Soja – Fase II", "Implementação de Bancos de Leite Humano" e "Apoio à Modernização dos Sistemas de Tribunais em Cuba", os quais apresentaram intenso intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em suas respectivas áreas.

Atualmente, 18 (dezoito) projetos encontram-se em execução nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, geologia, saúde, indústria e comércio, justiça e finanças públicas. Importante característica da cooperação entre os dois países é o

caráter de “mão-dupla” de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas.

Situação do projeto / Área	Nº de Projetos
EM EXECUÇÃO	18
Agricultura	6
Desenvolvimento Social	1
Saúde	5
Geologia	2
Justiça	1
Indústria e Comércio	1
Finanças Públicas	1
Segurança Pública	1
EM PROCESSO DE ASSINATURA	0
TOTAL	18

Cooperação Triangular no Haiti

A cooperação tem sido realizada no âmbito trilateral, com projetos na área de saúde, ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil – Cuba – Haiti para o Fortalecimento do Sistema de Saúde e de Vigilância Epidemiológica no Haiti, firmado pelos Ministros da Saúde dos três países no dia 27 de março, em Porto Príncipe.

No âmbito do Memorando trilateral, Brasil e Cuba firmaram, em 24/11/10, convênio para combate ao cólera no Haiti. Os dois países acordaram estabelecer Centro de Tratamento do Cólera, na cidade haitiana de Carrefour, com participação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Por ocasião da visita da Administradora-Geral do PNUD ao Brasil, Helen Clark, em 28 e 29 de julho de 2010, firmou-se Memorando de Entendimento para viabilizar apoio logístico daquela entidade às atividades do Ministério da Saúde (MS) no Haiti.

Ademais, no âmbito do memorando trilateral, foram reformados e reconstruídos dois laboratórios especializados em vigilância epidemiológica. Estão previstos para serem entregues em 2013 três hospitais Comunitários de Referência e o Instituto Haitiano de Reabilitação. O projeto inclui também a formação de profissionais para atuação em diversas áreas da saúde.

Acordo de Complementação Econômica-62 MERCOSUL-Cuba

O Acordo de Complementação 62 (ACE-62) MERCOSUL-Cuba multilateralizou as preferências negociadas em acordos bilaterais entre os Estados Partes do MERCOSUL e Cuba. Foi assinado em Córdoba, em 21/07/06, e entrou em vigor de forma bilateral entre Brasil e Cuba em julho de 2007. A I Reunião da Comissão Administradora foi realizada em Havana, em 19 de junho de 2009.

O ACE-62 estabelece concessões de Cuba ao MERCOSUL (cerca de 2400 itens) e do MERCOSUL a Cuba (cerca de 1200 itens). Há dez cronogramas de

desgravação. O cronograma no qual as preferências alcançam 100% completou-se em 2011. Outros cronogramas preveem desgravação intermediária, de 33 a 90%, cujas margens mais altas foram alcançadas em 2011. O aprofundamento do Acordo poderia consistir na introdução de novos produtos, com 100% de margem de preferência imediata, ou na negociação de novos cronogramas de desgravação.

Está em discussão a consolidação do cronograma do acordo, negociação de novo cronograma, salvaguardas, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias, e acordos bilaterais de cooperação. Não se descarta transformar do ACE-62 em acordo de livre comércio.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Cuba foi estimada, em junho de 2011, em cerca de 1000 pessoas. Grande parte desse total compõe-se de estudantes, particularmente da área de ciências médicas, em torno de 700 indivíduos.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura

Cuba caracteriza-se como regime de partido único (o Partido Comunista Cubano, fundado em 1965) composto um órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular). A Constituição atual foi aprovada por referendo em 1976 e emendada em 1992.

O Poder Legislativo do país é unicameral, constituído pela Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP), órgão supremo do poder estatal cubano, compreendida atualmente por 612 deputados. Eleições para a ANPP são realizadas a cada cinco anos. As últimas eleições foram realizadas em 03/02/2013. A ANPP normalmente se reúne duas vezes por ano, embora sessões especiais também possam ser convocadas. Há órgãos legislativos de ordem local: 14 assembleias provinciais e 169 municipais. Membros das assembleias nacionais, legislativas e municipais são eleitos por voto direto,

O Presidente, eleito pela ANPP, tem mandato de 5 anos e exerce funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Conselho de Estado, composto por 31 membros, tem poderes legislativos, e o Conselho de Ministros exerce funções executivas e administrativas.

Desenvolvimentos recentes

Elementos centrais recentes da conjuntura política cubana são o processo de substituição da geração revolucionária por lideranças mais jovens no comando do país; as reformas de atualização do modelo econômico; e a reforma migratória.

Em 03/02/2013, foram eleitos 612 deputados para a Assembleia. Em 24/02/2013, os deputados elegeram os integrantes do Conselho de Estado para um mandato de cinco anos. O Presidente Raúl Castro foi reeleito, mas deixou claro que

será seu último mandato, ao defender que o exercício dos principais cargos do Estado seja limitado a dois períodos consecutivos.

Para o cargo de Primeiro Vice-Presidente, foi elevado Miguel Díaz-Canel, colocando à frente da linha de sucessão de Raúl Castro, pela primeira vez, um político nascido após a Revolução. Na composição dos 31 membros do Conselho de Estado, 17 são novos integrantes, 13 são mulheres, 12 negros e mestiços, e a média etária é de 57 anos.

O processo de renovação de quadros é visível pelas mudanças ocorridas em julho no Comitê Central do Partido Comunista, quando diversos políticos com longo histórico deixaram o comitê, tais como Ricardo Alarcón de Quesada (Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular até fevereiro de 2013) e José Miguel Miyar Barruecos (Ministro de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente até março de 2012).

Além do processo de substituição da geração revolucionária por lideranças mais jovens, as reformas migratórias e econômicas (vide "Economia") também têm sido temas de destaque em 2013. Em decisão histórica, Cuba anunciou a atualização de sua política migratória a partir de 14 de janeiro de 2013. Diversos decretos-lei simplificaram procedimentos e eliminaram a famosa "tarjeta blanca" (permissão de saída) e emolumentos considerados custosos ao cidadão cubano, derogando dispositivos da Lei de Imigração, vigentes desde 1976. A mudança na lei migratória é parte de um largo pacote de reformas que o Governo cubano tem introduzido e que remontam à realização da I Conferência do Partido Comunista (PCC), em 28/1/12.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar dos recursos limitados, Cuba desenvolve diplomacia extremamente ativa. A política externa cubana tem-se caracterizado por diversas tendências: 1) interesse na cooperação Sul-Sul e relações próximas a países em desenvolvimento (participação no Movimento de Não-Alinhados, intensa presença diplomática em regiões como o Caribe e a África, continente onde possui 30 Embaixadas residentes e 2 delegações); 2) estreitamento de laços econômicos com determinados países (Brasil, China, Rússia, Vietnã, Angola, Argélia); 3) prioridade conferida à integração regional; 4) persistência de tensões no relacionamento com os Estados Unidos; 5) ênfase conferidas às relações econômicas, em consonância com o processo de atualização econômica em curso. Tais tendências são evidenciadas por acontecimentos recentes.

Cuba assumiu a Presidência Pro Tempore (PPT) da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) na Cúpula de 27 e 28 de janeiro de 2013, em Santiago do Chile. Entre as prioridades da PPT cubana, o Vice-Ministro de Relações Exteriores Abelardo Moreno tem mencionado: a concertação de posições sobre os grandes temas discutidos no cenário internacional; a declaração da América Latina e Caribe como zona de paz e o compromisso de todos os países de resolver conflitos pela via do diálogo; a solidariedade nas relações regionais, inspirada na experiência da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP); o fortalecimento dos laços com outros mecanismos de integração regional da América Latina e do Caribe e com grupos

como o BRICS; a necessidade de analisar a ajuda internacional à região, que estaria atada aos interesses das nações doadoras; e a discussão do comportamento dos veículos de comunicação e imprensa, tanto públicos quanto privados. Estão previstas para este ano vários encontros setoriais: reuniões de Ministros de Ciência e Tecnologia, de Energia, de Finanças, de Agricultura, reuniões sobre migrações e sobre mecanismos regionais e subregionais de integração. O Governo cubano prevê realizar a Cúpula da CELAC, em Havana, em janeiro de 2014.

Em setembro de 2012, Cuba assumiu papel de garante, juntamente com Noruega e Venezuela, das **negociações de paz** entre o Governo do Presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), que se iniciaram em novembro de 2012.

Em fevereiro de 2013, o Primeiro-Ministro russo Dmitri Medvedev visitou Cuba e encontrou-se com o Presidente Raúl Castro e com Fidel Castro. Entre os 10 instrumentos bilaterais assinados durante a visita, destacou-se o Convênio sobre a regularização da dívida de Cuba junto à **Federação Russa** pelos créditos concedidos no período da extinta União Soviética. Também foram assinados acordos relativos à concessão de aeronaves russas a Cuba.

A relação com a **Venezuela** é estratégica para Cuba, que é membro da Petrocaribe e da ALBA-TCP. Por ocasião do falecimento de Hugo Chávez, em março de 2013, o Governo cubano decretou luto oficial e foram celebradas cerimônias de homenagem em todas as cidades da ilha. Jornais oficiais cubanos publicaram nota de Fidel Castro intitulada “Perdimos nuestro mejor amigo”.. O Presidente Raúl Castro compareceu à posse de Nicolás Maduro na Venezuela.

Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos prestigiaram a comemoração do **Dia da Rebeldia Nacional, 26 de julho**, uma das principais festas do calendário cívico cubano, alusiva à tomada dos quartéis Moncada (em Santiago de Cuba) e Céspedes (em Bayamo) em 1953 e à formação do movimento que resultou na Revolução de 1959. O evento, realizado em Santiago de Cuba, contou com a presença dos Presidentes do Uruguai, da Bolívia, da Venezuela e da Nicarágua e dos Primeiros-Ministros de Dominica, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas e Santa Lúcia. O Governo do Equador se fez representar pelo Chanceler Ricardo Patiño.

O relacionamento de Cuba com os Estados Unidos, historicamente comprometido por prevenções mútuas e pelo bloqueio econômico, segue caracterizado por tensões. Em fevereiro de 2013, **delegação de parlamentares norte-americanos realizou visita a Havana** e foi recebida pelo Presidente Raúl Castro, pelo Presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, e pelo Chanceler Bruno Rodríguez. A visita foi matéria de capa nos jornais oficiais cubanos. Assessor de um dos parlamentares norte-americanos afirmou que o tema central da visita foi a situação do norte-americano Alan Gross, de cuja liberação dependeria qualquer progresso no relacionamento bilateral.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O crescimento da economia cubana em 2012 foi de 3% do PIB em 2012 e de 2,3% no primeiro semestre de 2013, dois décimos acima do registrado em igual período do ano anterior, segundo a Oficina Nacional de Estatística e Informação. Para todo o exercício de 2013, espera-se crescimento entre 2,5 e 3%, abaixo dos 3,6% inicialmente previstos. O Governo busca dar continuidade ao "processo de atualização" do modelo econômico cubano, por meio da implementação das "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução", aprovados no VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011.

Os setores que mais cresceram no primeiro semestre de 2013 foram comércio, transporte, comunicações, a indústria manufatureira. Em contraste, entre os resultados desfavoráveis, ressaltou-se que não foram produzidas as 192 mil toneladas de açúcar previstas, sobretudo pelo pouco aproveitamento da capacidade instalada. As exportações cresceram 5% em comparação com 2012.

O Governo segue concedendo empréstimos e outorgando licenças para trabalho autônomo. Até julho de 2013, 145 mil empréstimos foram concedidos a pessoas físicas, totalizando mais de 900 milhões de pesos cubanos (equivalentes a USD 37,5 milhões), e existem mais de 400 mil pessoas vinculadas a essa modalidade de emprego, para a qual têm sido aprovados novos instrumentos jurídicos, com o objetivo de melhorar as condições para a comercialização de equipamentos e insumos. Em julho, entraram em funcionamento em caráter experimental, 124 cooperativas para atuarem em setores como construção, transporte, reciclagem e mercados agropecuários.

Foi aprovada em maio nova resolução que regula a comercialização no mercado atacadista. O comércio atacadista poderá ser realizado tanto por pessoa jurídica como por pessoa física autorizada e terá como destino o mercado varejista que atende a população, os programas priorizados pelo Estado, o setor agropecuário e as empresas da economia nacional. As vendas estarão reguladas por contratos, mas as empresas do mercado atacadista poderão comprar de produtores nacionais - a preços de mercado - os produtos e serviços excedentes do pactuado ou de contratos expirados.

Está em discussão o aperfeiçoamento do Banco Central de Cuba (BCC) e do Ministério de Comércio Interno (MINCIN). As mudanças no BCC incluem avançar na separação das funções empresariais das estatais e promover maior treinamento de seus funcionários, com objetivo de colocar o banco em melhores condições de enfrentar as transformações previstas no projeto de atualização do modelo econômico do país. Sobre o MINCIN, foram redefinidas sua missão e funções específicas, com o propósito de superar problemas como a execução de funções empresariais que não correspondem ao órgão; a insuficiente regulação das atividades comerciais; a inadequada estrutura e composição do órgão central; a necessidade de maior autonomia do sistema empresarial; e a reduzida experiência comercial de seus quadros.

O país trabalha, ainda, na aprovação de novas políticas macroeconômicas, que incluem novas metodologias de preços atacadistas e varejistas, bem como estudos voltados para eliminação da dualidade monetária.

As reformas econômicas em curso resultam de circunstâncias externas e internas. A economia cubana, que, desde o colapso da ex-União Soviética em 1991, sofre consequências da retirada de subsídios e acordos preferenciais com a Rússia, tem sido pressionada pela conjuntura mundial dos últimos anos. As dificuldades do setor sucro-alcooleiro, o aumento do preço do petróleo e dos alimentos no mercado internacional (Cuba importa de 60% a 70% dos alimentos consumidos), a baixa produtividade interna e o impacto da recente crise econômico-financeira no turismo e nos investimentos contribuíram para que Cuba buscasse alternativas para “atualizar o modelo econômico do país”.

Persistem no país as dificuldades impostas pela existência de duas moedas: peso cubano – CUP e peso conversível – CUC (de valor atrelado ao dólar). Continua igualmente a duplicidade de taxas de câmbio. A moeda nacional, CUP, por meio da qual o Estado paga os salários, é cotada oficialmente na proporção de 1 CUC = 24 CUP para operações entre privados. Para intercâmbios entre empresas, a cotação é de 1 CUC = 1 CUP. A existência de duas moedas em Cuba requer, ainda, um sistema tributário complexo e de difícil fiscalização.

O documento central das reformas ora em implementação são as "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução", aprovadas durante o VI Congresso do PCC (16 a 19 de abril de 2011), que estabelece como objetivos: redução dos gastos do Estado, aumento da produtividade do trabalhador, incremento das exportações, substituição de importações e atração de investimentos estrangeiros, bem como eliminação gradual da “libreta de abastecimiento” (bens de consumo subsidiados) e do sistema de duas moedas (CUC e peso cubano). Também de acordo com as referidas Diretrizes, o Governo divulgou, no segundo semestre de 2011, normas que regulam, entre os cubanos e os estrangeiros com residência permanente, a compra e a venda de veículos usados e de bens imóveis.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

ANO	EVENTO
1868-1878	1ª fase das Guerras de Independência
1879-1894	2ª fase das Guerras de Independência
1895	Morte em combate de José Martí, "Apóstolo" da Independência de Cuba
1898	Afundamento do USS Maine – início da Guerra EUA-Espanha
1899	A Espanha é derrotada e as tropas norte-americanas ocupam Cuba.
1901	A Emenda Platt é incorporada à Constituição de Cuba
1933	Golpe militar derruba ditador Gerardo Machado
1933-1944	Governo de Fulgêncio Batista
1944-1952	1944-1952 Governos democráticos de Grau San Martín a Carlos Prío Socarrás
1952	Fulgêncio Batista lidera outro golpe de estado
1953	Assalto ao quartel-general de Moncada
1954	Julgamento dos "Moncadistas" - Libertação de Fidel Castro
1956	Desembarque da embargação <i>Granma</i> em Cuba (2 de dezembro)
1956-1959	Luta armada revolucionária na Sierra Maestra
1959	Triunfo da Revolução Cubana (1º de janeiro)
1960	Ruptura de relações entre os EUA e Cuba
1961	Invasão da Baía dos Porcos
1962	Crise dos Mísseis
1965	Che Guevara abandona Governo cubano e segue para Congo e Bolívia
1991	Fim da URSS. Início do "Período Especial", com contração econômica em Cuba.
2006	Fidel Castro transfere temporariamente o poder a Raúl Castro
2008	Raúl Castro Ruz é eleito Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros Cuba é admitida como membro do Grupo do Rio, durante a Reunião Ministerial de Zacatecas (novembro)
2009	Na XXXIXª AGOEA, em São Pedro Sula, revoga-se a resolução que suspendeu a participação de Cuba no sistema interamericano (junho)
2011	VI Congresso do Partido Comunista. Aprovadas as "Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução" (abril)
2012	Cuba assume papel de garante, juntamente com Noruega e Venezuela, das negociações de paz entre o Governo do Presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), (novembro)
2013	Reformas migratórias (janeiro) Cuba assume a Presidência Pro Tempore da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), (27-28/01) Eleições mais recentes em Cuba: foram eleitos 612 deputados para a Assembleia Nacional do Poder Popular (2/2)

	Presidente Raúl Castro é reeleito para um mandato de cinco anos (24/2). Miguel Díaz-Canel é o segundo na linha de sucessão.
--	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

ANO	EVENTO
1908	Criação de Consulado em Havana (DEC 6897 de 19/03)
1943	Criação da Embaixada do Brasil em Havana (DEC 12784 de 06/07)
1964	Ruptura das relações diplomáticas (13/5)
1986	Reatamento das relações diplomáticas (junho)
1997	Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba é instituído
2006	Assinado Acordo de Complementação Econômica 62, entre Cuba e a ALADI (21/07)
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Havana (30-31/1) Raúl Castro participa da Rio+20 (19-22/6)
2013	Visitas do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo, a Brasília e ao Rio de Janeiro (3-10/4) Inauguração de voo direto, com frequência semanal, entre Havana e São Paulo, pela companhia aérea Cubana de Aviación (10/7)

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Publicação no Diário Oficial
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	18/03/1987	22/05/1990
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	29/04/1988	04/01/1990
Acordo sobre Serviços Aéreos	27/05/1998	18/05/2000
Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal	24/09/2002	23/05/2008
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos	24/09/2002	14/08/2003

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

CUBA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República de Cuba
Superfície	110.000 km ²
Localização	Norte da América Central
Capital	Havana
Principais cidades	Havana, Santiago de Cuba, Holguín, Villa Clara, Granma, Camaguey
Idioma oficial	Espanhol
Moeda	Peso cubano (CUC)
População (2012)	11,2 milhões de habitantes

Cuba está localizada no Norte da América Central, entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico. A população, de 11,2 milhões de habitantes, está distribuída em uma extensão de 110 mil km². Comparando com a extensão territorial brasileira, Cuba é pouco maior que o Estado do Pernambuco.

Elaborado pelo MTEC/PR/DTIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ECLAC, ECLAC/PAHO e ECLAC/UNEP, Agosto 2012.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2012)

PIB Nominal	US\$ 63,8 bilhões
Crescimento real do PIB	3,0%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 5.685
PIB PPP	US\$ 126,7 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 11.313
Inflação	5,5%
Reservas Internacionais	US\$ 4,7 bilhões
Dívida externa	US\$ 22,5 bilhões
Câmbio oficial (CUC / US\$)	1,00

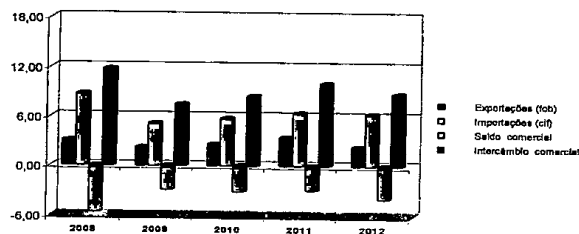
Com PIB Nominal de US\$ 63,8 bilhões e crescimento de 3,0% em 2012, Cuba posicionou-se como a 68ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 74% do PIB em 2012, seguido do Industrial, com 22%, e do agrícola, com 4%.

Elaborado pelo MTEC/PR/DTIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ECLAC, ECLAC/PAHO e ECLAC/UNEP, Agosto 2012.

CUBA: COMÉRCIO EXTERIOR⁽¹⁾ US\$ bilhões

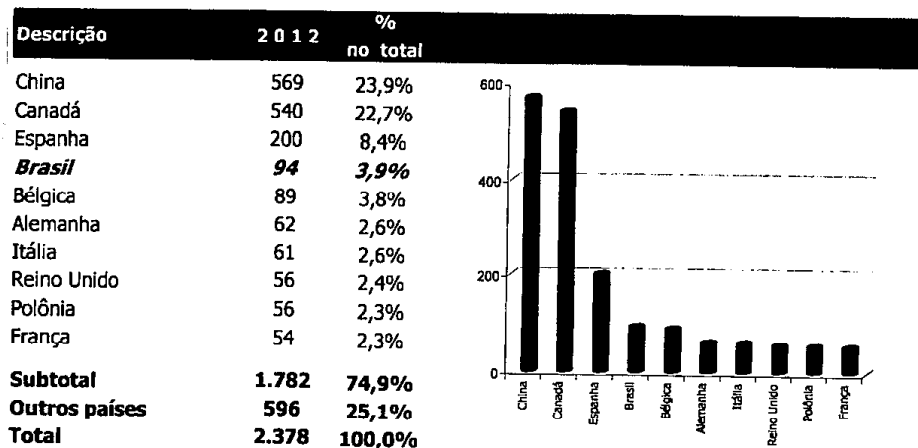
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	3,11	2,29	2,66	3,50	2,38
Importações (cif)	8,65	5,15	5,75	6,42	6,31
Saldo comercial	-5,54	-2,85	-3,10	-2,92	-3,93
Intercâmbio comercial	11,76	7,44	8,41	9,91	8,69

Elaborado pelo MTEC/PR/DTIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ECLAC/PAHO/DTIC/COMTRADE/Flademap, Agosto 2012.
(1) Dados elaborados por "toptrade", um site, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais de Cuba.



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior cubano reduziu-se em 26%, de US\$ 11,76 bilhões para US\$ 8,69 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Cuba figurou como o 132º mercado mundial, sendo o 130º exportador mundial e o 120º importador. O saldo da balança comercial, desfavorável ao país em todo o período sob análise, totalizou déficit da ordem de US\$ 3,93 bilhões em 2012.

CUBA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões

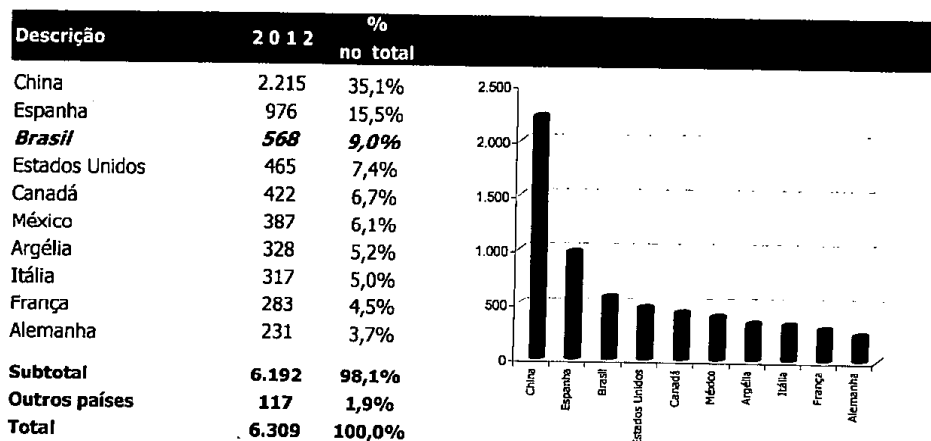


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As vendas cubanas são direcionadas, em grande parte, aos membros da APEC, que responderam por 53,4% do total em 2012, seguidos da União Europeia com 33,3%. Individualmente, a China foi o principal destino das vendas cubanas, com 23,9%. Seguiram-se: Canadá (22,7%); Espanha (8,4%); e Brasil, em quarto lugar, sendo destino de 3,9% das vendas cubanas em 2012.

CUBA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões



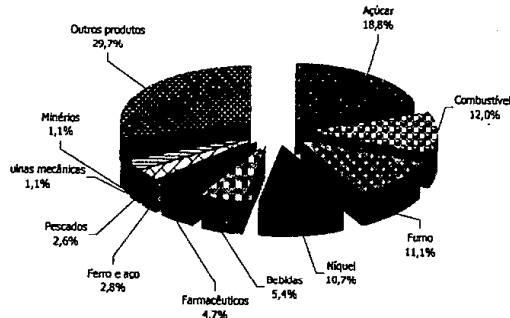
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, July 2013.

(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

As importações cubanas também são originárias, em grande parte, dos países membros da APEC, que responderam por 44,1% do total, seguidos da União Europeia com 35,1%. A China foi o principal fornecedor à Cuba em 2012, com 35,1% do total, seguida da Espanha (15,5%) e Brasil como 3º principal fornecedor de bens ao país, suprimindo 9% das importações cubanas.

CUBA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2	% no total
Açúcar	446	18,8%
Combustíveis	286	12,0%
Fumo	265	11,1%
Níquel	255	10,7%
Bebidas	127	5,4%
Farmacêuticos	112	4,7%
Ferro e aço	66	2,8%
Pescados	62	2,6%
Máquinas mecânicas	27	1,1%
Minérios	26	1,1%
Subtotal	1.672	70,3%
Outros produtos	706	29,7%
Total	2.378	100,0%



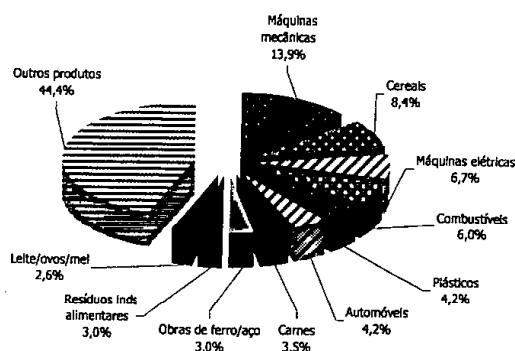
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

A pauta de exportações cubana é concentrada em quatro grupos de produtos. Açúcar (açúcares de cana em bruto) com 18,8%, combustíveis (óleo diesel) com 12%; fumo (charutos, cigarilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos) com 11,1%; e níquel com 10,7%. Seguiram-se: bebidas (5,4%); e produtos farmacêuticos com 4,7%.

CUBA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2	% no total
Máquinas mecânicas	875	13,9%
Cereais	531	8,4%
Máquinas elétricas	423	6,7%
Combustíveis	378	6,0%
Plásticos	265	4,2%
Automóveis	264	4,2%
Carnes	221	3,5%
Obras de ferro/aço	192	3,0%
Resíduos inds alimentares	192	3,0%
Leite/ovos/mel	166	2,6%
Subtotal	3.508	55,6%
Outros produtos	2.801	44,4%
Total	6.309	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, July 2013.

(1) Cuba não informou suas estatísticas de comércio exterior à UNCTAD, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

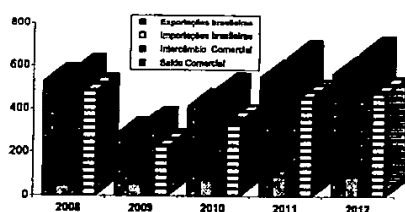
Na pauta de importações cubanas, as máquinas mecânicas e elétricas possuem peso significativo. Em 2012, somaram 20,6% das compras do país, seguidas de cereais (trigo e mistura de trigo com centeio, milho e arroz) com 8,4%; combustíveis (petróleo refinado) com 6%; plásticos (4,2%); e automóveis (4,2%).

BRASIL-CUBA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jul)	2013 (jan-jul)	VAR. % 2008-2012
Exportações brasileiras	526,8	277,2	414,9	550,2	568,1		288,9	7,8%
Variação em relação ao ano anterior	62,7%	-47,4%	49,6%	32,6%	3,3%		-14,5%	
Importações brasileiras	45,4	53,4	73,4	91,8	93,5		45,1	106,1%
Variação em relação ao ano anterior	-48,9%	17,7%	37,5%	25,0%	1,9%		-29,8%	
Intercâmbio Comercial	572,2	330,6	488,3	641,9	661,6		334,0	15,6%
Variação em relação ao ano anterior	38,7%	-42,2%	47,7%	31,5%	3,1%		-16,9%	
Saldo Comercial	481,5	223,8	341,5	458,4	474,6		243,8	n.c.

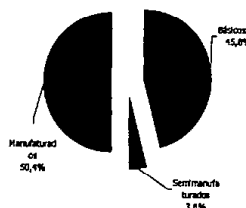
Fonte: IBGE, IBRD, UNCTAD. Dados dos primeiros sete meses de 2013 em base de dados do UNCTAD e do IBGE.

Cuba foi o 65º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 15,6%, de US\$ 572,2 milhões para US\$ 661,6 milhões. Nesse período, as exportações cresceram 7,8% e as importações, 106%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou superávit da ordem de US\$ 474,6 milhões em 2012.



BRASIL-CUBA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

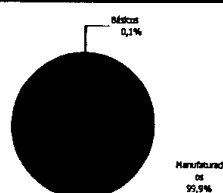
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	260,4	45,8%
Semimanufaturados	21,6	3,8%
Manufaturados	286,1	50,4%
Transações especiais	0,0	0,0%
Total	568,1	100,0%



As exportações brasileiras para Cuba são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 50,4% do total em 2012, com destaque para óleo de soja e máquinas. Os produtos básicos classificaram-se em seguida, com 45,8% (carnes e café) e os semimanufaturados com 3,8%.

Elaborado pelo MRL-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	0,1	0,1%
Semimanufaturados	0,0	0,0%
Manufaturados	93,4	99,9%
Total	93,5	100,0%



Os produtos manufaturados predominaram na pauta de importações brasileiras originárias de Cuba. Em 2012, representaram a quase totalidade (99,9%), com destaque para o produtos farmacêuticos e cimento Portland.

Elaborado pelo MRL-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para Cuba, 2012
			Valor	% no total	
Cereais	26,8	67,3	130,8	23,0%	Cereais 131
Gorduras/óleos	64,3	101,3	84,8	14,9%	Gorduras/óleos 85
Resíduos inds alimentares	85,9	112,6	65,9	11,6%	Resíduos inds alimentares 66
Máquinas mecânicas	36,5	46,0	46,1	8,1%	Máquinas mecânicas 46
Carnes	36,9	33,5	26,2	4,6%	Carnes 26
Café	27,5	20,3	26,0	4,6%	Café 26
Preparações de carne	29,4	26,0	22,8	4,0%	Preparações de carne 23
Papel	7,2	12,4	19,3	3,4%	Papel 19
Automóveis	19,4	4,9	14,6	2,6%	Automóveis 15
Calçados	7,4	12,0	14,0	2,5%	Calçados 14
Subtotal	341,2	436,3	450,3	79,3%	
Outros produtos	73,6	113,9	117,8	20,7%	
Total	414,9	550,2	568,1	100,0%	

Elaborado pelo MRL-DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SEGEX-AN e web.

Os cereais (milho e arroz) representam cerca mais de 1/5 das vendas brasileiras para Cuba. Em 2012 somou 23% do total, seguidos de gorduras/óleos (óleo de soja) com 14,9%; resíduos das indústrias alimentares (bagaços de soja) com 11,6%; máquinas mecânicas (8,1%); carnes (4,6%); café (4,6%) e preparações de carnes (4,0%).

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Cuba, 2012
			Valor	% no total	
Farmacêuticos	59,6	73,7	72,0	77,0%	72
Sal/enxofre/pedras	11,4	15,3	18,4	19,7%	18
Fumo	1,2	1,1	1,2	1,3%	1
Químicos inorgânicos	0,4	1,2	1,2	1,3%	1
Subtotal	72,7	91,3	92,9	99,3%	
Outros produtos	0,8	0,5	0,6	0,7%	
Total	73,4	91,8	93,5	100,0%	

Elaborado pelo MRL/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta das importações brasileiras originárias de Cuba é concentrada em produtos farmacêuticos (extratos de glândulas e frações do sangue). Em 2012, esses itens somaram 77% do total, seguidos de sal/enxofre/pedras - cimento Portland - (19,7%); fumo (1,3%) e produtos químicos inorgânicos (1,3%).

BRASIL-CUBA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012 (jan-jul)	2013(jan-jul)		Exportações brasileiras p/ Cuba em 2013(jan-jul)
		Valor	% no total	
Exportações				
Cereais	93,6	51,3	17,7%	52
Gorduras/óleos	53,1	50,4	17,4%	52
Café	19,0	23,9	8,3%	20
Carnes	13,0	21,9	7,6%	20
Papel	12,8	16,6	5,7%	15
Calçados	8,0	13,3	4,6%	15
Preparações de carne	14,4	13,2	4,6%	15
Móveis	4,0	10,7	3,7%	10
Máquinas elétricas	6,3	10,5	3,6%	10
Obras de ferro ou aço	3,6	8,9	3,1%	10
Subtotal	227,9	220,6	76,3%	
Outros produtos	110,0	68,3	23,7%	
Total	337,9	288,9	100,0%	
Importações				
Farmacêuticos	51,2	42,7	94,6%	45
Sal/enxofre/pedras	11,0	1,4	3,0%	15
Fumo	0,5	0,9	2,1%	15
Subtotal	62,7	44,9	99,7%	
Outros produtos	1,5	0,1	0,3%	
Total	64,2	45,1	100,0%	

Elaborado pelo MRL/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Aviso nº 825 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

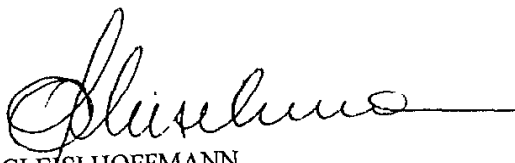
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/11/2013.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 103, de 2013 (Mensagem nº 501, de 12/11/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.*

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações:

Nascido em Londres, Inglaterra, filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e Lília de Barros Pereira Pinto, o diplomata em questão, após concluir o Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1982, sendo subsequentemente promovido a Segundo Secretário, em 1987, a Primeiro Secretário, em 1993, a Conselheiro, em 1999, a Ministro de Segunda Classe, em 2005, e a Ministro de Primeira Classe, em 2012.

Dentre as funções que desempenhou na Secretaria de Estado, cumpre destacar as seguintes: Chefe, substituto, da Divisão de Comunicações (1985 a 1987); Chefe do Serviço de Arquitetura e Engenharia (1990); Chefe da Divisão de Informática (1997 a 2000); Chefe da Divisão da América Meridional I (2005 – 2007); Chefe do Departamento da América do Sul-I (de 2007 até a presente data). De 1991 a 1994 trabalhou na Presidência da República, onde chefiou o Departamento de Informática (1993 a 1994).

Entre os postos no exterior onde serviu, cabe mencionar a Embaixada em Washington (1987 a 1990), o Escritório Financeiro em Nova York (2000 a 2003), e a Embaixada em Buenos Aires (2003 a 2005), entre outros. Em 1994, chefiou a delegação do Brasil à XII Reunião de Peritos da OLADE.

O Embaixador possui uma série de condecorações, dentre as quais se destacam a Medalha do Pacificador, a Cruz Mérito Mauá, e a Ordem do Rio Branco.

O posto para o qual o Embaixador é atualmente indicado é de grande relevância na política externa brasileira, visto que as relações bilaterais ganharam densidade na última década, com a aproximação do Brasil com a América Central e o Caribe. Ademais, nossa embaixada na Guatemala tem trabalhado no sentido do aumento das relações comerciais, que vêm apresentando notável crescimento recente. Em 2012, as exportações brasileiras para a Guatemala totalizaram US\$ 238 milhões e foram 110% superiores às registradas em 2002. O aumento ao final da década foi de 246% em relação ao decênio anterior, sendo que as exportações brasileiras constituem 95% do comércio bilateral, caracterizando acentuada assimetria na balança entre os dois países. As exportações brasileiras concentram-se nos bens manufaturados (75,9%), ressaltando-se as máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, papel, plásticos e químicos orgânicos.

Segundo documento informativo preparado pelo Itamaraty e anexado à presente Mensagem, o Brasil tem interesse em aprofundar as relações econômico-comerciais com os países centro-americanos. Nesse sentido foi acordada, na última reunião do Mercosul, a realização de nova reunião entre o bloco sul-americano e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), do qual faz parte a Guatemala.

Com indicadores de desenvolvimento social bastante discretos, a Guatemala, que possui pouco mais de 108.000 quilômetros quadrados para

uma população de cerca de 15 milhões de habitantes, busca parcerias e investimentos internacionais em prol da melhoria de condições para seu povo. O Brasil tem participado desse esforço, mercê de projetos de cooperação técnica e de assistência humanitária, tendo feito substancial doação para o programa alimentar solicitado pelo governo guatemalteco. O SENAI participa de programa de formação profissional e o BNDES financia as obras de renovação e duplicação de 140 km do trecho ocidental da estrada CA-2/Rodovia Centro-americana, que atravessa a Guatemala desde a fronteira com o México até a divisa com El Salvador. O Brasil enfrenta dificuldades, entretanto, no que diz respeito a contrato comercial para a aquisição, pela Guatemala, de seis aviões Super Tucanos da Embraer, firmado em dezembro de 2010. Da mesma forma, havia projeto de exportação de 3.150 ônibus de fabricação brasileira para a Guatemala, com previsão de financiamento pelo BNDES de parte da compra. A operação, entretanto, tem enfrentado dificuldades e os embarques foram suspensos após o envio de 455 veículos, uma vez que as empresas brasileiras enfrentam dificuldades de receber o pagamento pelos ônibus exportados.

Ademais, resta aduzir que as relações bilaterais, caracterizadas por atmosfera de cordialidade e crescente interesse mútuo, têm atingido, nos últimos anos, dinâmica inédita na história dos dois países. A Guatemala, que ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2012-2013, apóia a expansão do Conselho e a candidatura brasileira a um assento permanente. Nesse contexto, a Guatemala vem promovendo proposta de criação de uma nova categoria de membros: permanentes, sem poder de veto, em número de até 17, os quais se incorporariam ao Conselho de Segurança de forma progressiva até 2045, quando então seria alcançado o número de 22 membros permanentes. Os países do G-4 e a África do Sul deveriam ser admitidos na nova categoria até 2025. Até 2045, seriam incorporadas as 10 economias do G20 que ainda não tivessem sido admitidas, além de mais dois países africanos.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO a esta Comissão, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

44

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 103, DE 2013
(nº 501/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Os méritos do Senhor João Luiz de Barros Pereira Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Barbosa.

2

EM Nº 00358 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

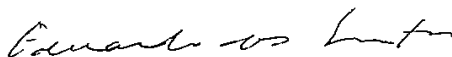
Brasília, 25 de setembro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



EDUARDO DOS SANTOS
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO

CPF.: 402.708.237-00

ID.: 3392 MRE

1955

Filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e Lília de Barros Pereira Pinto, nasce em 2 de junho, em Londres/Inglaterra (Brasileiro de acordo com o parágrafo 1º, artigo 42 do Decreto nº 4857, de 9 de novembro de 1939)

Dados Acadêmicos

1981	CPCD - IRBr
1986	Pós-graduação em Análise de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília/DF
1989	CAD - IRBr
2002	CAE - IRBr, Política de Tecnologia da Informação: ferramenta indispensável para a modernização

Cargos:

1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1993	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe
2012	Ministro de Primeira Classe

Funções:

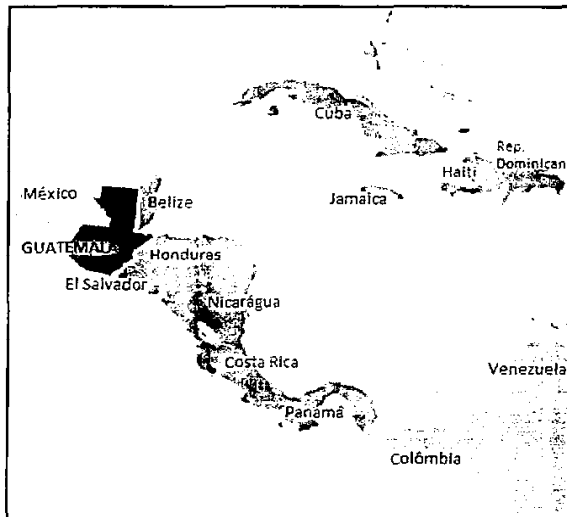
1983-1985	Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1985-1987	Divisão de Comunicações, Chefe, substituto
1987-1990	Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990	Serviço de Arquitetura e Engenharia, Chefe
1990-1991	Instituto Rio Branco, Professor de Informática
1991	Secretaria-Geral Executiva, assessor
1991-1992	Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
1992-1993	Presidência da República, Diretoria-Geral de Administração, adjunto
1993-1994	Presidência da República, Departamento de Informática, Chefe
1994-1997	Embaixada em Quito, Primeiro-Secretário
1994	XII Reunião de peritos da OLADE, Chefe da delegação
1997-2000	Divisão de Informática, Chefe, substituto e Chefe
2000-2003	Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro e Chefe, substituto
2003-2005	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
2005-2007	Divisão da América Meridional I, Chefe
2007-	Departamento da América do Sul-I, Diretor

Condecorações:

1997	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Cruz Mérito Mauá, Brasil
2007	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

**ANA PAULA SIMÕES SILVA**

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**GUATEMALA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Agosto de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guatemala
CAPITAL	Cidade da Guatemala
ÁREA	108.889 km ²
POPULAÇÃO (FMI 2012)	15,1 milhões
IDIOMAS	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (48%); Protestante (38%), outros (2%), nenhuma (12%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Congreso de la República, formado por 158 deputados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Otto Fernando Pérez Molina, 14/01/2012
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Embaixador Luis Fernando Carrera Castro, 14/01/2013
PIB nominal (2012 FMI est.)	US\$ 49,88 bilhões (Brasil: US\$ 2,39 trilhões)
PIB PPP (2012 FMI est.)	US\$ 78,68 bilhões (Brasil: US\$ 2,35 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (2012 FMI est.)	US\$ 3.302 (Brasil: US\$ 12.078)
PIB PPP <i>per capita</i> (2012 FMI est.)	US\$ 5.209 (Brasil: US\$ 11.875)
IDH (2012 - PNUD)	0,581 (133ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	71,4 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	75,2 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012 INEGuatemala)	2,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Quetzal (7,8675 por US\$ em 13/08/2013)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Julio Armando Martini-Herrera
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB – Fonte MDIC)

Brasil - Guatemala	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012 a Jul	2013 a Jul
Intercâmbio	164,6	255,0	336,7	328,9	268,1	267,7	223,9	271,9	275,0	250,8	121,1	135,6
Exportações	164,2	254,4	334,5	322,7	256,1	243,8	209,3	255,5	251,2	237,7	113,3	124,1
Importações	0,4	0,6	2,2	6,2	12,0	23,9	14,6	16,4	23,8	13,1	7,8	11,5
Saldo	163,8	253,8	332,3	316,5	244,1	219,9	194,7	239,1	227,4	224,6	105,5	112,6

PERFIS BIOGRÁFICOS**Otto Fernando Pérez Molina – Presidente da República**

Nasceu na Cidade da Guatemala, em 1º de dezembro de 1950. Graduou-se Oficial pela Academia Militar Nacional da Guatemala. Realizou Estudos Superiores de Defesa Continental no Colégio Interamericano de Defesa (Washington), de Alta Gerência no INCAE-Escola de Negócios de Harvard (Costa Rica) e Mestrado em Relações Internacionais na Universidade Francisco Marroquín. Foi Chefe de Estado Maior entre 1993 e 1995. Fundou o Partido Patriota em 2001 e foi eleito deputado do Congresso Guatemalteco em 2004. Em 2007, candidatou-se à Presidência, tendo sido derrotado por Álvaro Colom no segundo turno. Foi eleito Presidente da Guatemala em novembro de 2011.

Luis Fernando Carrera Castro – Chanceler

Graduou-se em economia pela Universidade Nacional da Costa Rica e obteve mestrado em Economia e Política do Desenvolvimento pela Universidade de Cambridge. De 1993 a 1994, foi Diretor de Pesquisa para o escritório regional da Aliança Cooperativa Internacional na América Latina e trabalhou como consultor em programas de desenvolvimento rural em El Salvador e na Nicarágua. De 1994 a 2007, ocupou diversas posições no UNICEF, tendo sido Representante Adjunto do Fundo no Equador e Representante no Panamá e em Cabo Verde. Posteriormente, foi Diretor-Executivo do Instituto Centro-americano de Estudos Fiscais e da Fundação Soros Guatemala. Publicou coluna no jornal guatemalteco *El Periódico*. Em janeiro de 2012, assumiu a Secretaria-Geral de Planejamento e Programação da Presidência da República (SEGEPLAN). Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores da Guatemala no dia 14 de janeiro, substituindo o então Chanceler Harold Caballeros. Dada sua experiência em Cabo Verde, o Chanceler sabe expressar-se em língua portuguesa.

RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

O Brasil mantém relações sólidas com a Guatemala desde 1906, aprofundadas nos últimos anos pelo estreitamento dos laços políticos e econômicos, que se intensificaram em diversas áreas, especialmente pela importante participação brasileira em projetos de infraestrutura e de telecomunicações guatemaltecos, além da cooperação técnica e humanitária e do bom entendimento no campo multilateral.

Embora as relações bilaterais tenham sido estabelecidas em 1906, a legação brasileira na Guatemala foi criada apenas em 1937, sendo elevada a Embaixada em 1953. Em 1971, Mario Gibson Barbosa tornou-se o primeiro chanceler brasileiro a visitar o país. No mesmo ano, foi assinado Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio e, em 1976, foi firmado o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.

As relações bilaterais ganharam densidade na última década, com a aproximação do Brasil com a América Central e o Caribe, o que se refletiu na frequência de visitas bilaterais de alto nível. A primeira visita de um chanceler guatemalteco aconteceu em 2004, com a vinda de Jorge Briz. Em 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Guatemala, acompanhado de delegação de 60 empresários. No mesmo ano, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas. No ano seguinte, o Presidente Oscar Berger tornou-se o primeiro mandatário guatemalteco a visitar o Brasil. Em 2008, firmou-se o Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Guatemala.

No âmbito do atual mandato presidencial brasileiro, destacam-se o comparecimento do então Presidente da Guatemala, Álvaro Colom, à posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, e os três encontros ocorridos entre o ex-Ministro Antonio Patriota e o Chanceler Fernando Carrera, em 2013. Em janeiro, os chanceleres encontraram-se em Santiago, à margem da Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC). Em abril, Carrera esteve no Brasil e convidou o então Ministro Patriota a visitar a Guatemala ainda em 2013. Carrera transmitiu também convite do Presidente Pérez Molina para visita da Presidenta. Em agosto, os chanceleres se encontraram em Nova York, à margem da reunião do Conselho de Segurança da ONU.

Comércio

Em 2012, as exportações brasileiras para a Guatemala totalizaram US\$ 238 milhões e foram 110% superiores às registradas em 2002. Adicionalmente, nos dez anos encerrados em 2012, o aumento foi de 246% em relação ao decênio anterior. Ademais, até julho de 2013, a corrente de comércio aumentou 8,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Apesar do avanço, o valor recorde das trocas bilaterais, de US\$ 337 milhões, foi alcançado em 2005.

As exportações brasileiras constituem 95% do comércio bilateral, caracterizando acentuada assimetria na balança entre os dois países. Os bens manufaturados representaram

75,9% das exportações brasileiras para a Guatemala em 2012; os semimanufaturados corresponderam a 3% e os básicos a 21,1%.

O Brasil tem interesse em aprofundar o relacionamento econômico-comercial com os países centro-americanos. Tratativas nesse sentido foram iniciadas pelo Brasil em anteriores Presidências Pro Tempore brasileiras do Mercosul e, mais recentemente, retomadas pela Presidência uruguaia. Na última reunião do Mercosul, foi acordado preliminarmente realizar, na brevidade possível, nova reunião Mercosul – Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). A Guatemala é um dos países centro-americanos que tem demonstrado interesse em negociar com o Brasil e o Mercosul.

TV digital

A Guatemala anunciou, no final de maio, a decisão de adotar o sistema nipo-brasileiro de televisão digital, ISDB-T. O Ministério das Comunicações brasileiro indicou que, em consequência da adoção do ISDB-T pela Guatemala, o Brasil deverá firmar acordos de cooperação com aquele país.

Cooperação técnica

No Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala destaca-se a implantação do Centro de Formação Profissional Brasil-Guatemala, inaugurado em 2012, com recursos brasileiros de US\$ 2,8 milhões e a colaboração do SENAI. O Presidente Pérez Molina participou da cerimônia de inauguração do Centro. A cooperação brasileira, centrada em projetos de cunho social, é avaliada de forma positiva pelas entidades beneficiárias da Guatemala, as quais costumam solicitar a renovação e ampliação de projetos já concluídos. O Vice-Chanceler guatemalteco, por exemplo, avalia que o Brasil é um dos três países cuja cooperação com a Guatemala é mais efetiva.

Em abril, o então Ministro Patriota e o Chanceler Carrera assinaram ajustes referentes aos seguintes projetos: (1) Apoio à expansão e consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano da Guatemala; (2) Plano de eletrificação rural vinculado ao desenvolvimento local - Fase II; e (3) Elaboração de materiais didáticos para alfabetizadores e participantes e formação de técnicos em alfabetização de jovens e adultos. Além dos projetos objeto dos ajustes, outros dois já em execução completam o programa bilateral: (1) Capacitação em sistemas de produção de frutas temperadas; e (2) Programa de educação alimentar e nutricional "Cozinha Brasil-Guatemala".

Em outubro deste ano, realizar-se-á a próxima reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala, em que serão abordados projetos novos, em execução e em fase de assinatura.

Ajuda humanitária

Além da cooperação técnica, a ajuda humanitária à Guatemala tem sido significativa, em face do quadro de insegurança alimentar e dos efeitos de desastres

naturais naquele país. Em 2010, diante dos danos causados por desastres naturais, o Brasil fez contribuições no total de US\$ 2 milhões, destinadas a programas na Guatemala, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo de Recuperação de Desastres (GFDRR) do Banco Mundial. Em 2011, o país contribuiu com US\$ 100 mil à Guatemala, por meio da FAO, para ajuda às vítimas de Depressão Tropical que atingiu o país centro-americano.

Outro exemplo da cooperação humanitária prestada pelo Brasil foi a doação de alimentos ao abrigo da Lei 12.429/2011, efetivada por meio do PMA: foram doadas 1.785 toneladas de feijão e 1.000 toneladas de arroz, com valor aproximado de US\$ 2 milhões. Nova doação, de 457 toneladas de arroz, foi anunciada pelo Brasil após o terremoto que atingiu o país em novembro de 2012 e realizada com o apoio da Espanha para o frete, tendo chegado ao país no último mês de março.

Mais recentemente, o Governo brasileiro efetuou doação de 4.600 toneladas de arroz, destinadas a prevenir os efeitos da praga da "ferrugem-do-café" sobre a segurança alimentar da Guatemala. Prevê-se que o alimento chegue ao país em quatro carregamentos. O Governo guatemalteco cobrirá os custos de transporte, armazenamento e distribuição do arroz. A epidemia da "ferrugem-do-café" levou a Guatemala a decretar estado de emergência fitossanitária, com prejuízos de até US\$ 270 milhões.

Segurança cidadã e Combate ao Narcotráfico

A Guatemala tem um dos mais altos índices de violência do mundo, em consequência da presença de gangues e do narcotráfico internacional. Apesar da queda nos últimos anos, o número de assassinatos por 100.000 habitantes permanece alto: 34,2 em 2012. A situação torna-se mais delicada pelas limitações do Estado: em 2012, o governo guatemalteco declarou 58 municípios "ingovernáveis" ou "sem presença da polícia".

A experiência brasileira pode contribuir para o combate à violência e à criminalidade na Guatemala. O "Ministerio de Gobernación" (Interior) demonstrou interesse em enviar funcionários ao Brasil para conhecer experiências de "prevenção do delito, controle da violência e combate à delinquência em um marco de respeito aos direitos humanos", incluindo a experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Promoveram-se, assim, encontros com autoridades da Prefeitura e do Estado do Rio de Janeiro em fevereiro. Recentemente, o Ministro de *Gobernación* guatemalteco manifestou desejo de efetuar visita de trabalho ao Rio de Janeiro, para dar prosseguimento ao projeto.

Mecanismo de Consultas Políticas

A chancelaria guatemalteca revelou o desejo de ativar o "Memorando de Entendimento sobre Consultas" assinado com o Brasil em 2005. O Acordo prevê consultas periódicas e intercâmbio de informações entre as Chancelarias nos campos político, comercial, científico, tecnológico e de cooperação cultural, além de temas internacionais de interesse mútuo.

Energia

O Brasil coopera com a Guatemala em associação com o Japão (por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão) e os EUA (via Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis). No âmbito da cooperação trilateral com os EUA, estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) recomendou a produção de biodiesel a partir do óleo de dendê como a mais recomendada para a Guatemala. Contudo, o projeto se ressentia de entraves burocráticos e legais.

A Guatemala é o maior produtor de etanol da América Central. Entretanto, 90% do álcool produzido é exportado para Europa, América Central e México, e o restante é usado para fins industriais e alimentícios. O marco regulatório (Lei do Álcool Combustível, de 1985) desestimula a utilização do etanol no setor doméstico de transportes. Projeto de reforma de lei, atualmente sob consideração do Congresso, visa permitir adição de 5% de etanol à gasolina. As montadoras que atuam no país, porém, resistem à adoção de misturas obrigatórias de biocombustíveis. Os EUA manifestaram interesse em reforçar a coordenação com o Brasil para apoiar a Guatemala no que se refere ao marco regulatório para a utilização do etanol.

Eventos recentes parecem indicar encaminhamento construtivo do assunto. Em dezembro de 2012, os ministros de energia do SICA, reunidos em Manágua, teriam aprovado projeto com vistas a fomentar a utilização do etanol como alternativa aos combustíveis derivados de petróleo a partir de 2013. Tal projeto teria como meta substituir por etanol 10% da gasolina consumida na América Central e incluiria uma iniciativa piloto para a introdução de mistura de etanol nas frotas de automóveis dos ministérios de energia do Istmo. A Organização dos Estados Americanos (OEA), que vem organizando eventos sobre biocombustíveis em diversos países da região, ofereceria apoio técnico para projeto piloto de introdução de mistura de etanol na gasolina vendida na Guatemala.

Já em agosto deste ano, com participação do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), entidade brasileira que agrega empresas e instituições públicas e privadas ligadas ao setor sucroalcooleiro, foi realizada rodada de negócios sobre etanol na Cidade da Guatemala, reunindo 27 empresas brasileiras e 18 guatemaltecas do ramo sucro-alcooleiro.

Cultural/Educacional

Desde 1969, quando foi assinado Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Guatemala, a cooperação cultural entre os dois países vem se adensando. Em abril de 2008, em Brasília, foi assinado novo Acordo de Cooperação Cultural, que se encontra em análise pelo parlamento guatemalteco. No Brasil, o acordo já passou pelos trâmites legislativos necessários, o que foi notificado ao governo guatemalteco.

No âmbito da cooperação educacional, 57 estudantes guatemaltecos participaram, desde 2000, dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Guatemala totaliza cerca de 400 pessoas. Não há temas consulares específicos entre os dois países. A comunidade brasileira não apresenta demandas ou problemas de relevo.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Estrada CA-2

A Construtora Odebrecht é responsável pelas obras de duplicação e recuperação de 140 km do trecho ocidental da estrada CA-2/Rodovia Centro-americana, que atravessa a Guatemala desde a fronteira com o México até a divisa com El Salvador. A obra, orçada em US\$ 400 milhões, conta com financiamentos de US\$ 280 milhões do BNDES e de US\$ 120 milhões do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). Os contratos de financiamento foram assinados e, em maio de 2013, realizou-se cerimônia de lançamento das obras com a participação do Presidente Pérez Molina. Recentemente, o Ministro de Comunicações da Guatemala revelou a expectativa de que o BNDES efetue desembolsos da ordem de US\$ 40 milhões, montante equivalente ao que já teria sido aportado pelo BCIE. Cabe notar ainda que a construtora OAS tem revelado interesse na futura ampliação do trecho oriental da CA-2, obra que também interessa à Odebrecht.

Super Tucanos

Contrato comercial para aquisição de seis Super Tucanos foi firmado entre a Embraer e a Guatemala em dezembro de 2010. O correspondente contrato de financiamento do BNDES, no valor de US\$ 133 milhões, foi assinado em dezembro de 2012 pela Guatemala e em janeiro de 2013 pelo BNDES. No último dia 18 de julho, contudo, esgotou-se o prazo para o pagamento da primeira parcela pela Guatemala, o qual não foi concretizado. A Embraer afirma que o contrato caducou e que os valores contratuais teriam ficado defasados, devido ao longo tempo decorrido. A empresa teria interesse, assim, em negociar nova venda para a Guatemala, desde que a negociação tivesse por base novas condições e preços.

Pelo lado guatemalteco, o Presidente Otto Pérez Molina anunciou, em 1º de agosto, que realizará análise do contrato com a Embraer a fim de avaliar a razoabilidade do valor das aeronaves.

Exportação de ônibus

No âmbito da implantação do sistema de transporte público conhecido como "Transurbano", havia projeto de exportação de 3.150 ônibus para a Guatemala, operação aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (COFIG) em 2009, com previsão de financiamento de US\$ 448,6 milhões pelo BNDES. A operação tem enfrentado dificuldades e os embarques foram suspensos após o envio de 455 veículos. A suspensão decorreu de problemas financeiros da parte importadora.

Ante a dificuldade das empresas brasileiras em receber pagamento pelos veículos já exportados, representantes das indústrias exportadoras dos ônibus encontraram-se, em agosto, com autoridades guatemaltecas envolvidas com o contrato de importação. Caso o problema reste sem solução, os empresários brasileiros consideram contatar os importadores, para viabilizar a devolução dos 455 ônibus exportados.

POLÍTICA INTERNA

O Congresso da República é o órgão unicameral do Poder Legislativo da Guatemala, composto de 158 deputados que cumprem mandatos de quatro anos, com possibilidade de reeleição. Desse total, 31 cadeiras são preenchidas por deputados eleitos de lista nacional e as demais por aqueles eleitos distritalmente.

As últimas eleições para o Congresso ocorreram em 11 de setembro de 2011, referentes à VII Legislatura (2012-2016). Ocupando mais de um terço das cadeiras, o Partido Patriota (PP), ao qual pertence o Presidente da República, é aquele com maior representação no Congresso.

O Presidente Otto Pérez Molina, que se define como um político de centro-direita, é o quinto mandatário eleito pelos guatemaltecos desde a democratização do país, em 1995, tendo tomado posse em janeiro de 2012, para um mandato de quatro anos. O Presidente não pode ser reeleito. Nas próximas eleições, em 2015, os principais pré-candidatos seriam a Vice-Presidenta Roxana Baldeti (PP), a ex-Primeira Dama, Sandra Torres (Unidad Nacional de la Esperanza – UNE), e Manuel Baldizón (Libertad Democrática Renovada – LIDER), derrotado em segundo turno em 2011. Nas três últimas eleições presidenciais, triunfaram os segundos colocados nas eleições imediatamente anteriores.

Pérez Molina definiu como pilares de sua administração (i) a luta contra a fome, (ii) a proteção da vida e dos bens dos cidadãos e (iii) a geração de emprego e o fortalecimento das finanças públicas. Em agosto de 2012, o Governo enviou ao Congresso proposta de reforma constitucional com 35 artigos, divididos em quatro áreas: justiça e segurança; transparência administrativa e prestação de contas; aprofundamento da democracia representativa; e diversidade cultural.

Em abril de 2013 a popularidade do Presidente atingiu 60,5%, o nível mais baixo já registrado nesse governo. O índice é atribuído à situação econômica e à criminalidade, os dois temas que mais preocupam os cidadãos guatemaltecos.

No restante de seu mandato, Pérez Molina deverá buscar formas de aumentar os gastos em programas sociais e aprovar as reformas constitucionais. Deverá também buscar melhoras na área de segurança, incluindo avanços na sua proposta para a descriminalização das drogas.

Eleito com a promessa de combater o crime, Pérez Molina causou surpresa ao revelar, no início do mandato, a intenção de promover diálogo sobre a descriminalização das drogas, alegando o fracasso da repressão. O tema tem ocupado lugar de destaque na agenda internacional da Guatemala, assim como na dos países vizinhos, e foi central na

Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que o país sediou em junho. Paralelamente, o Presidente afirma que a Guatemala continua a combater o narcotráfico, o que seria demonstrado pelo número e volume de apreensões registradas em 2012 e pela prisão de importantes traficantes. Segundo o Governo, em 2012, além da redução no índice de assassinatos, ocorreram quedas significativas de outros crimes, como sequestros (queda de 33%) e roubo de veículos (queda de 5%). Ademais, ainda segundo o Governo, o número de prisões teria aumentado 33% em 2012, contribuindo para a desarticulação parcial de organizações criminosas.

Ainda no âmbito da segurança, destaque-se o "Pacto de Segurança, Justiça e Paz", um conjunto de 17 linhas de ação destinadas a prevenir a violência e combater a criminalidade, as quais demandariam US\$ 830 milhões por ano. Segundo o Governo, o Pacto teria contribuído para a redução dos assassinatos, que caíram em 2012 para 34,2 por cem mil habitantes, contra 38,6 em 2011. Em 2009, o índice de assassinatos chegou a 46,3. Em junho, o Presidente anunciou a criação do "Gabinete de Segurança, Justiça e Paz", idealizado como foro de coordenação de ações para a redução da criminalidade. O Gabinete será composto de representantes de diversos ministérios e instituições estatais, assim como da sociedade civil.

O "Pacto Fome Zero", por sua vez, busca: (i) reduzir em 10% a desnutrição crônica até 2015 e em 24% até 2022, (ii) diminuir a desnutrição aguda e (iii) enfrentar a pobreza. Segundo o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), a desnutrição entre menores de cinco anos na Guatemala é a quarta do mundo. De acordo com o Governo, os resultados obtidos em 2012 permitem alcançar a redução planejada até 2015. As mortes por desnutrição teriam caído de 22 para 11 por mil. A Vice-Presidente Roxana Baldetti planejava realizar visita ao Brasil nos próximos meses para melhor conhecer o Programa Fome Zero.

O "Pacto Fiscal e de Competitividade" busca dinamizar a economia e prover o Governo de recursos para atender as demandas sociais. A iniciativa estimularia investimentos e aumentaria o emprego por meio de 400 ações a serem implantadas de 2012 a 2021. Leis aprovadas no início do Governo buscam elevar a carga tributária de 11% para 12,5% do PIB. Estimativas indicam que o déficit fiscal teria caído de 2,8% em 2011 para 2,3% em 2012.

Um desafio para o Governo será a recuperação dos efeitos do terremoto de novembro de 2012, que, além de graves danos materiais, deixou 52 mortos, centenas de feridos e milhares de afetados. Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) estima em US\$ 210 milhões o custo da reconstrução, o que, para Pérez Molina, poderia retardar as reformas constitucionais.

Apesar da base parlamentar de que dispõe o Governo, medidas adotadas por representantes da oposição no Congresso vêm obstruindo a agenda governamental. A iniciativa de tais medidas tem sido principalmente do partido LIDER, a que pertence o segundo colocado nas eleições presidenciais de 2011, Manuel Baldizón.

Tema potencialmente delicado é o julgamento do ex-Presidente e ex-General das Forças Armadas guatemaltecas Efraín Ríos Montt, acusado de genocídio e de crimes contra a humanidade. Ríos Montt presidiu a Guatemala de março de 1982 a agosto de 1983, período que representou o auge da violência no chamado "conflito interno", encerrado pelos Acordos de Paz firmados em 1996. As acusações são motivo de considerável controvérsia no país. O ex-mandatário foi condenado a 80 anos de prisão em maio, mas a sentença foi anulada pela Corte de Constitucionalidade dias depois, sob a alegação de que parte dos procedimentos seria nula, por desrespeitar ordem judicial anterior. O processo deverá ser apreciado novamente apenas em abril de 2014, por tribunal diferente daquele que condenou Ríos Montt.

Também merece destaque a decisão de extraditar o ex-Presidente Alfonso Portillo para os Estados Unidos, sob acusação de conspiração para lavagem de dinheiro.

POLÍTICA EXTERNA

Em grande medida, a política externa da Guatemala reflete a dependência do país em relação aos Estados Unidos (EUA). Os norte-americanos são o principal parceiro comercial da Guatemala, destino de 40% das exportações e origem de 38% das importações do país em 2012; a maior fonte de investimentos estrangeiros no país (27%, em média, de 2007 a 2012); importante cooperante; residência de mais de 1 milhão de guatemaltecos; e principal origem de remessas internacionais para o país centro-americano – em 2012, remessas de US\$ 4,8 bilhões representaram 9,2% do produto interno bruto (PIB) guatemalteco.

O país empreende esforços para reduzir essa dependência, mas as relações com os Estados Unidos restam centrais para a política externa guatemalteca. Entre os objetivos da Guatemala nas relações com os EUA, encontra-se a obtenção do status de proteção temporária (TPS) para os nacionais guatemaltecos lá radicados. Entre outros fatores, a Guatemala invoca os problemas de segurança e crime organizado como justificativa para a concessão do TPS a seus cidadãos. O Governo da Guatemala espera que o tema possa avançar no segundo mandato do Presidente Obama.

A Guatemala atua fortemente na América Central, em processos de integração econômico-comercial, física e institucional. Exemplos desse esforço são o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), integrado por Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua; o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), e o próprio Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, a América Central e a República Dominicana (DR-CAFTA). Os países do MCCA e do SICA são o segundo parceiro comercial da Guatemala e conformam o único bloco com o qual o país obtém superávit comercial. Guatemala, Honduras e El Salvador firmaram instrumento de conformação de União Aduaneira, já aprovado pelo Congresso guatemalteco.

O país tem buscado aproximação com a União Europeia (UE), materializada, em junho de 2012, no acordo de associação e integração entre o SICA e a UE. Tem também procurado aproximação com China (não diplomática, mas comercial), Brasil, Cuba e México, com quem recentemente renovou acordo de livre comércio, junto com outros países do istmo. A Guatemala é observadora na Aliança do Pacífico e tem revelado desejo de tornar-se membro pleno. O Brasil e a Presidência Pro Tempore do Uruguai envidaram esforços no sentido de aproximar o MERCOSUL do SICA. Na recente Cúpula do MERCOSUL, foi acordada a realização de reunião para aprofundamento dessa proposta.

A cooperação internacional é tema importante para a Guatemala. A cooperação prestada pelos EUA abarca educação, ajuda humanitária em alimentação e saúde e promoção comercial, além do combate ao tráfico. O Programa com a União Europeia cobre áreas como justiça e segurança e segurança alimentar. Há programas com Alemanha, Espanha, Suécia e Países Baixos. É complexa a relação com os cooperantes, em razão de críticas à baixa carga tributária do país e a temas internos.

Diferendo com Belize

O diferendo com Belize é uma prioridade guatemalteca desde o século XIX. A área em litígio compreende 12.272 km² do território hoje controlado por Belize.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem fomentado, desde 2000, diálogo entre Guatemala e Belize a respeito do diferendo. Em 2008, as partes subscreveram acordo para submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeito à aprovação em referendos simultâneos. Ao iniciar seu Governo, o Presidente Otto Pérez Molina reafirmou o compromisso da Guatemala com o Acordo. Em abril de 2012, os dois países marcaram para outubro de 2013 a realização dos referendos.

Apesar dos esforços da OEA, tensões próximas à fronteira têm dificultado o entendimento bilateral. Ao longo de 2012, enfrentamentos entre guatemaltecos e forças belizenhas em áreas próximas à zona limítrofe resultaram em mortes de nacionais da Guatemala, causando crises. Outro fator de desgaste no encaminhamento da questão, do ponto de vista guatemalteco, diz respeito à lei promulgada por Belize, em 2008, pela qual é exigida a participação mínima de 60% dos eleitores para que o referendo seja válido. Esse requisito vem sendo duramente criticado pela Guatemala.

Recentemente, a Guatemala decidiu não levar adiante a consulta popular sobre a submissão do diferendo à CIJ, tanto em função da exigência de quórum mínimo em Belize quanto, alegadamente, por haver detectado rejeição à proposta de submissão do tema à CIJ na própria Guatemala. Em recente encontro promovido na Cidade da Guatemala, Representante Especial da OEA afirmou que o Chanceler Carrera consideraria plausível a realização do referendo apenas a partir junho de 2014.

O Brasil integra o Grupo de Amigos criado em 2013 para auxiliar as partes.

Segurança Cidadã e Combate ao Narcotráfico

Eleito com a promessa de combater o crime, Pérez Molina revelou, no início do mandato, a intenção de promover diálogo sobre a descriminalização das drogas,

argumentando que a repressão nos moldes atuais estaria fracassando. Os EUA se opõem à ideia e têm buscado combatê-la, inclusive com o envio de altas autoridades, como a Secretária Janet Napolitano e o Vice-Presidente Joe Biden.

Em março de 2012, Pérez Molina convocou Cúpula extraordinária do SICA para debater alternativas de combate ao tráfico, o que evidenciou a divisão da América Central quanto à proposta. No evento, Pérez Molina transformou sua proposta num conjunto de quatro opções na luta contra o tráfico: (i) o estabelecimento de compensação financeira pela apreensão de drogas; (ii) a criação de uma corte penal com jurisdição regional sobre o narcotráfico; (iii) uma descriminalização parcial, limitada ao trânsito de entorpecentes, principal problema dos países centro-americanos; e (iv) a descriminalização total.

Talvez motivado pelos atritos registrados em torno da Cúpula, Pérez Molina tem buscado retirar a ênfase na descriminalização, recorrendo com frequência à fórmula de "busca de novos caminhos no combate ao narcotráfico". A proposta de debate sobre o tema foi um dos pontos principais da intervenção de Pérez na 67ª. Assembleia Geral das Nações Unidas. A inclusão de referências à necessidade de revisar a política contra as drogas na "Declaração de Cádiz" (adotada pela XXII Cúpula Ibero-Americana em novembro de 2012) foi tratada como êxito guatemalteco.

Em janeiro de 2013, na Cúpula da CELAC, o problema das drogas suscitou divergências. O exame de "novos caminhos" foi retomado na XLIII Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (AGOE) sediada na Guatemala em junho. O país propôs que o tema central da Assembleia fosse "Estratégias Alternativas para o Combate às Drogas", incluindo os seguintes temas: a) fortalecimento dos sistemas de saúde visando à prevenção e ao tratamento do abuso de drogas; b) redução da violência e dos crimes relacionados aos narcóticos; c) combate ao tráfico de armas e à lavagem de dinheiro; d) análise da possível legalização de determinados cultivos como forma de promover o desenvolvimento econômico de algumas regiões; e e) estudo da viabilidade de descriminalizar o consumo de drogas.

O Presidente Pérez Molina qualificou a Assembleia de "muito positiva" e frisou ter havido "total abertura para dialogar sobre a busca de alternativas novas para lutar contra as drogas". A Guatemala defende a convocação de Assembleia Extraordinária da OEA para 2014, com vistas a prosseguir o debate sobre novos enfoques no combate ao narcotráfico.

Conselho de Segurança da ONU (CSNU)

A Guatemala, que ocupa assento no CSNU no biênio 2012-2013, na primeira vez que integra o órgão, apoia a expansão do Conselho e a candidatura brasileira a um assento permanente. Nesse contexto, o Chanceler Carrera vem promovendo proposta de criação de uma nova categoria de membros: permanentes, sem poder de veto, em número de até 17, os quais se incorporariam de forma progressiva até 2045, quando então seria alcançado o número de 22 membros permanentes. A proposta não preveria a expansão da categoria de membros não permanentes. Os países do G-4 e a África do Sul deveriam ser admitidos na nova categoria até 2025. Até 2045, seriam incorporadas as 10 economias do G20 que ainda não tivessem sido admitidas, além de mais dois países africanos.

Síria

Como membro não permanente do CSNU no biênio 2012-2013, a Guatemala votou a favor dos projetos de resolução condenatórios da Síria vetados no CSNU, tendo defendido a aplicação de sanções ao regime sírio. Em comunicado de 12/9, o Governo guatemalteco elogiou a evolução recente nas tratativas da crise na Síria, em particular as negociações sobre o controle internacional das armas químicas. O comunicado ressalta ainda elementos que haviam sido incluídos em nota anterior, de 29/8, em particular a posição de que eventual uso de força militar seja conduzido no marco de uma solução política para a crise na Síria. Registra-se que no comunicado divulgado em 29/8, a Guatemala repudiou o ataque com armas químicas à população civil, respaldando a posição de "liderança" do presidente americano Barack Obama e John Kerry ao exigirem respostas ao ocorrido.

Israel/Palestina

A Guatemala reconheceu o Estado da Palestina, em abril de 2013, o que constituiu importante evolução no posicionamento do atual governo. De acordo com o governo guatemalteco, a decisão busca alinhar a posição da Guatemala com o amplo apoio latino-americano em favor do reconhecimento da Palestina.

Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH)

A Guatemala contribui para operações de paz com 138 militares no Haiti e 167 em outras missões. O país tem reiterado a importância de não retirar a MINUSTAH de forma prematura do Haiti e de seguir trabalhando para a definição de prioridades e critérios/indicadores que permitam formular uma estratégia responsável de saída.

O país tem ressaltado três áreas que considera prioritárias para a atuação da Missão nos próximos anos: i) fomento da estabilidade política, sublinhando a importância de um conselho eleitoral permanente; ii) manutenção dos esforços para a reconstrução e o desenvolvimento do país; e iii) transferência de responsabilidades e tarefas exercidas pela MINUSTAH ao Governo e à sociedade locais.

A Guatemala compartilha a visão brasileira de que é necessária atuação mais intensa das missões de paz na promoção do desenvolvimento e da consolidação da paz. Nesse contexto, apoiou ativamente o esforço brasileiro para que se mantivesse elemento de apoio ao desenvolvimento no mandato da Missão durante as últimas negociações para sua renovação (out/2012).

Responsabilidade ao Proteger (RwP)

O conceito de Responsabilidade ao Proteger (RwP, na sigla em inglês) foi lançado internacionalmente pelo Brasil no final de 2011, como complemento necessário ao princípio de Responsabilidade de Proteger (R2P, na sigla em inglês). Em termos

simplificados, de acordo com a R2P, a comunidade internacional pode intervir militarmente em Estados que não consigam ou não queiram defender seus próprios nacionais de violações graves de direitos humanos. A ideia de RwP acrescenta que a intervenção deve seguir critérios claros e não pode gerar dano maior do que aquele que pretende evitar.

Por ocasião do debate informal sobre RwP promovido pelo Brasil em Nova York, em fevereiro de 2012, o representante da Guatemala na ONU associou a RwP a um manejo mais "matizado e cuidadoso" da Responsabilidade de Proteger. Ao referir-se de forma crítica à Resolução 1973/2011, louvou a iniciativa brasileira por tomar em conta apreensões legítimas quanto à aplicação da Responsabilidade de Proteger, por dar impulso a essa aplicação e por formular ideias construtivas para a comunidade internacional. O apoio à iniciativa brasileira pelo representante guatemalteco foi reiterado em debate da AGNU. Na ocasião, referiu-se à Responsabilidade de Proteger como "genuína contribuição da América Latina" para "construir pontes entre o princípio da não-intervenção e o princípio do respeito às normas de direito humanitário e de direitos humanos".

Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (CICIG)

Por convênio firmado com a ONU em 2006, estabeleceu-se no país a CICIG, órgão independente, mantido por contribuições externas, que auxilia na investigação de crimes e na administração da Justiça. A CICIG opera na Guatemala desde 2007, com mandatos de 2 anos sujeitos a renovação. O atual mandato termina em setembro de 2013, mas a SGONU e o Presidente Pérez Molina já oficializaram a prorrogação até 2015.

Parceria para Governo Aberto (OGP)

A Guatemala associou-se, desde o início, à "Parceria para o governo aberto (OGP)", lançada em Nova York, em 2011, sob a copresidência do Brasil e dos EUA, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama. Representantes guatemaltecos participaram das reuniões da OGP.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

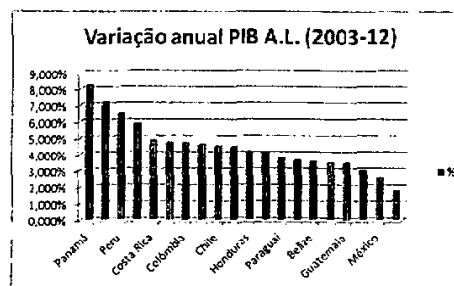
O lento crescimento da economia, a baixa arrecadação, o déficit fiscal e o aumento da dívida pública são fatores de preocupação para a Guatemala, representando obstáculos à superação de alguns dos desafios enfrentados pelo país, entre os quais a pobreza e a desigualdade. A limitada infraestrutura e o baixo nível educacional da população também são obstáculos para os investimentos que poderiam alavancar o crescimento econômico.

A estrutura do PIB e a concentração da renda explicam em parte a pobreza do país. O setor primário é responsável por apenas 13% do PIB, mas emprega 38% da mão de obra. A Guatemala registrou PIB *per capita* de US\$ 3.302 em 2012 (est. US\$ 3.415 em 2013). A distribuição de renda é desigual: os 10% mais ricos controlam mais de 40% do total, ao

passo que os 10% mais pobres detêm pouco mais de 1%. Com base em dados de 2011, cerca de 54% da população vive na pobreza e 13% em pobreza extrema. Relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) classificou a Guatemala como o país mais desigual da América Latina e Caribe.

Após forte impulso em 2006 e 2007, a economia guatemalteca cresceu em média 2,7% no quinquênio encerrado em 2012. A queda deveu-se, em parte, à crise internacional, que reduziu a demanda pelos produtos do país (cujas principais exportações são café, açúcar, banana, petróleo, metais preciosos e artigos de vestuário) e à lenta recuperação da economia dos Estados Unidos, destino principal das exportações do país (40% em 2012) e a maior fonte de investimentos e de remessas recebidas de cidadãos guatemaltecos no exterior, que totalizaram US\$ 4,8 bilhões em 2012, cerca de 9,2% do PIB.

A dívida pública passou de 25,6% do PIB em 2008 para 28,3% em 2012. As medidas anticíclicas e a recuperação das exportações contribuíram para a recuperação do PIB em 2010 (2,9%) e 2011 (4,1%). Em 2012, o país cresceu 3,0% e, para 2013, o FMI estima crescimento de 3,3%. Como se nota no gráfico, comparada com seus pares da América Latina (continental), a economia da Guatemala ficou em 17º lugar entre vinte países, em termos de crescimento do PIB nos últimos 10 anos.



As diretrizes econômicas de Pérez Molina incluem o estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, ao emprego e à confiança dos agentes econômicos. O Governo busca novos mercados e tenta promover a abertura comercial, aproveitando os tratados de livre comércio firmados no âmbito regional, como o DR-CAFTA, México-América Central e o SICA-UE, os dois últimos firmados (UE) ou revitalizados (México) em 2012, ano em que o país firmou ainda um acordo de livre comércio com o Peru e um acordo de alcance parcial com o Equador. A região centro-americana constitui o segundo sócio comercial da Guatemala.

Uma das principais metas de Pérez Molina é a reforma fiscal. Em 2012, o Governo logrou aprovar um pacote fiscal que inclui nova lei de imposto de renda; lei sobre a primeira matrícula de veículos; lei da alfândega nacional; e reformas no imposto sobre o valor agregado (IVA), no imposto sobre circulação de veículos e no regime de aquisição de imóveis. Estimativa do Governo prevê que a reforma elevaria a carga tributária para 12,5% do PIB e reduziria em meio ponto o déficit fiscal, para 2,5% do PIB. Dias antes, o Congresso aprovara lei antievasão. Segundo analistas, a arrecadação fiscal em 2014 deverá atingir a cifra recorde de 13,1% do PIB, ainda baixo, mas significativamente mais alto que os níveis alcançados historicamente.

Não obstante, a questão fiscal continua a preocupar o país. Em 11 de julho, a agência de classificação de risco Fitch revisou a perspectiva de classificação da Guatemala

para negativa, citando como causas a baixa base de arrecadação tributária e uma estrutura orçamentária rígida. No momento, o Governo avalia a emissão de bônus de cerca de US\$ 450 milhões, a maior parte, supostamente, destinada a quitar dívidas de administrações anteriores.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1523 Espanhóis chegam ao território que viria a ser a Guatemala, comandados por Pedro de Alvarado.
- 1776 Fundação oficial da Cidade da Guatemala.
- 1812 Promulgada a Constituição de Cádiz, o território da Guatemala é dividido em dois, sendo incorporado a duas novas províncias: a da Guatemala e a da Nicarágua e Costa Rica.
- 1821 A Província da Guatemala declara formalmente sua independência, aproveitando-se do caos políticos em que a Espanha estava imersa.
- 1822 As províncias centro-americanas se unem ao México, para se defender das ofensivas espanholas.
- 1823 A maior parte das Províncias Unidas Centro-americanas se separa do México.
- 1839 As Províncias Unidas Centro-americanas se desagregam.
- 1840 Após dois anos de guerra civil, surge o estado independente da Guatemala.
- 1851 Início do governo de Rafael Carrera y Turcios.
- 1852 Honduras e El Salvador invadem a Guatemala, sendo derrotados na Batalha de Arada.
- 1865 Término do governo de Rafael Carrea y Turcios.
- 1871 Reforma Liberal, que buscou modernizar o país.
- 1882 Assinatura do Tratado de Limites com o México.
- 1901 A United Fruit Company, recém-criada, passa, gradativamente, a ser uma das mais importantes forças do país.
- 1944 O golpe de Estado levado a cabo pelos "Revolucionarios de Octubre", grupo de oficiais militares, estudantes e profissionais liberais, põe fim ao período de ditadura liberal, iniciado com a Reforma Liberal, derrubando Federico Ponce. Um junta dirige o país.

-
- 1945 Juan José Arévalo ganha as eleições convocadas pela junta de governo. Arévalo impulsionará reformas e criará instituições diversas, como o Código Trabalhista, o Instituto Guatemalteco de Seguridad Social (IGSS), o Ministério da Economia e o Banco da Guatemala.
- 1951 Jacobo Arbenz, ex-integrante da junta de governo caudatária do golpe de 44, é eleito.
- 1954 Jacobo Arbenz é derrubado por Golpe de Estado, em que se afirma ter havido participação da CIA. Toma o poder o Coronel Castillo Armas.
- 1957 Assassinato de Armas.
- 1958 Ydígoras Fuentes chega ao poder, eleito.
- 1963 Novo golpe de Estado: o Coronel Coronel Enrique Peralta toma o poder.
- 1966 Julio César Méndez é eleito.
- 1970 O Coronel Carlos Manuel Arana, El Chacal, chega ao poder, eleito, sendo o primeiro de uma série de presidentes militares.
- 1970 Sequestro e assassinato do Embaixador Alemão Karl von Spreti, por terroristas.
- 1974 O General Kjell Lauguerud ganha as eleições realizadas.
- 1978 O General Romeo Lucas Garcia assume o poder, eleito.
- 1979 Jimmy Carter, então presidente dos EUA, proíbe qualquer forma de ajuda militar ao exército guatemalteco, sob o argumento de que este desrespeitava os direitos humanos.
- 1980 Tomada da Embaixada a Espanha por terroristas.
- 1982 Após fraude eleitoral, o Exército dá novo golpe de Estado. Sobe ao poder junta militar, que anula a Constituição de 1965 e dissolve o Congresso.
- 1983 Ríos Montt, membro da junta que havia tomado o poder, é deposto pelo então Ministro de Defesa, General Óscar Mejía Víctores, que o sucede.
- 1984 O General Mejía permite o regresso controlado de um regime democrático.

22

- 1984 Eleita Assembleia Consituinte.
- 1985 Promulgada nova Constituição.
- 1986 Vinicio Cerezo ganha as primeiras eleições realizada sob a nova Constituição.
- 1988 Tentativa de golpe militar.
- 1989 Nova tentativa de golpe militar.
- 1991 O engenheiro Jorge Serrano assume a presidência, eleito.
- 1993 Serrano é deposto, após tentar dar novo golpe de Estado. É sucedido por Ramiro de León Carpio.
- 1995 Assinatura dos Acordos de Paz.
- 1996 Álvaro Arzú Irigoyen chega ao poder, eleito. Sob seu governo são firmados os Acordos de Paz que põem fim a 36 anos de conflito armado na Guatemala.
- 2000 Alfonso Portillo inicia seu mandato de Presidente.
- 2004 Óscar Berger Perdomo toma posse como Presidente.
- 2007 Entra em operação a CÍCIIG.
- 2008 Assume o poder Álvaro Colom, após vencer as eleições de 2007.
- 2011 Otto Pérez Molina é eleito Presidente.
- 2012 Otto Pérez Molina toma posse como Presidente.
- 2012 Guatemala assume cadeira no Conselho de Segurança da ONU pela primeira vez, para o período 2012-2013.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1906 Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Guatemala (22 de novembro). A legação brasileira no México passa a representar o Brasil junto à Guatemala.
- 1937 Criação de Legação do Brasil junto à Guatemala.
- 1953 A representação diplomática na Guatemala é elevada à categoria de Embaixada. Nomeação do escritor e diplomata Raul Bopp como primeiro Embaixador residente.
- 1971 Assinatura de Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

-
- 1971 Visita do Chanceler Mario Gibson Barbosa à Guatemala.
- 1976 Visita do Vice-Presidente guatemalteco Mario Sandoval Alarcón ao Brasil.
- 1976 Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.
- 1980 Visita do Vice-Presidente guatemalteco Oscar Mendoza Azurdía ao Brasil.
- 1998 Visita do Vice-Presidente brasileiro Marco Maciel à Guatemala.
- 2000 Criada a Adidância de Defesa e do Exército brasileira na Embaixada na Cidade da Guatemala.
- 2004 Visita do Chanceler Celso Amorim à Guatemala.
- 2004 Visita do Chanceler de Guatemala, Jorge Briz, ao Brasil.
- 2004 Missão interdisciplinar da Agência Brasileira de Cooperação à Guatemala.
- 2005 Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala acompanhado de delegação de 60 empresários – a primeira de um mandatário brasileiro.
- 2005 Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas.
- 2005 Realização do I Encontro Empresarial Brasil-SICA e a Conferência Latino-americana sobre Fome e Pobreza.
- 2005 Assinatura do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Produção e Uso de Etanol Combustível.
- 2006 Visita do Presidente da Guatemala, Oscar Berger, ao Brasil.
- 2006 Visita do Ministro de Minas e Energia da Guatemala ao Brasil.
- 2006 Visita do Vice-Presidente brasileiro José de Alencar à Guatemala.
- 2006 Visita do Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Guatemala, acompanhado de 50 empresários. Realização de encontro empresarial.
- 2006 Assinatura de Acordo de Cooperação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes.
- 2006 Assinatura do Acorde sobre Cooperação no Domínio da Defesa.
- 2007 Participação do Presidente Luiz Inácio da Silva nas cerimônias de posse do Presidente Álvaro Colom.
- 2008 Visita do Chanceler da Guatemala, Haroldo Rodas Melgar, ao Brasil.

- 2008 Visita do Presidente da Guatemala, Álvaro Colom, ao Brasil (maio). O Presidente Colom convida o Presidente Lula a visitar a Guatemala.
- 2008 Participação do Presidente Colom na Cúpula da América Latina e Caribe (CALC), na Bahia (dezembro).
- 2008 Assinatura de Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Guatemala.
- 2009 Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala.
- 2010 Visita do Presidente Álvaro Colom ao Brasil para participar da CALC.
- 2011 Presidente Álvaro Colom comparece às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff.
- 2011 Delegação brasileira, chefiada pelo General José Elito, participa de Cúpula do SICA na Guatemala sobre a Política de Segurança da América Central.
- 2012 Inauguração do Centro de Formação Profissional Brasil-Guatemala em Huehuetenango, em maio.
- 2013 Encontros entre o então Ministro Antonio Patriota e o Chanceler Fernando Carrera em janeiro, à margem de Cúpula da CELAC, e abril, em visita do último ao Brasil, e em agosto, à margem da reunião do Conselho de Segurança da ONU.

ATOS BILATERAIS

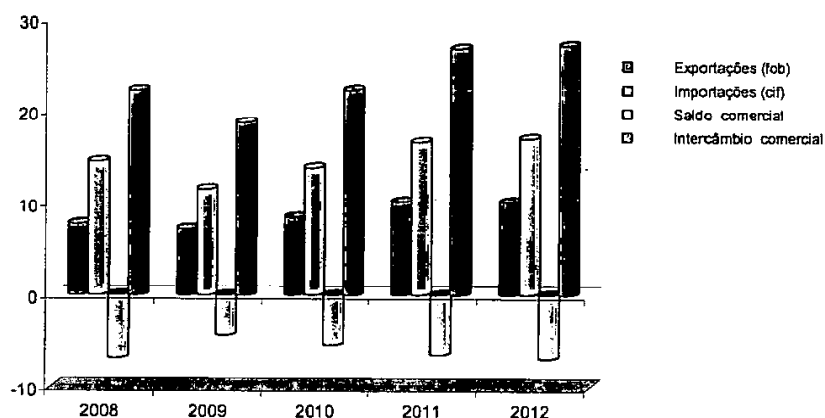
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Administrativo sobre Malas Diplomáticas	20/05/1939	20/05/1939
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Guatemaltecos	13/07/1971	13/07/1971
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio	13/07/1971	13/07/1971
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	16/06/1976	09/10/1978
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço/Oficiais	22/08/2002	9/12/2003
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	21/10/2002	04/01/2006
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	13/03/2006	21/06/2009
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes	20/08/2004	30/10/2008
Tratado de Extradicação	20/08/2004	Aprovado pelo Senado Federal em outubro/2010. Aguarda ratificação pela Guatemala.
Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e a Guatemala	04/04/2008	Aprovado pelo Senado Federal em junho/2011. Aguarda ratificação pela Guatemala.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

GUATEMALA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	7,7	7,2	8,5	10,2	10,1
Importações (cif)	14,5	11,5	13,8	16,6	17,0
Saldo comercial	-6,8	-4,3	-5,4	-6,4	-6,9
Intercâmbio comercial	22,3	18,7	22,3	26,8	27,1

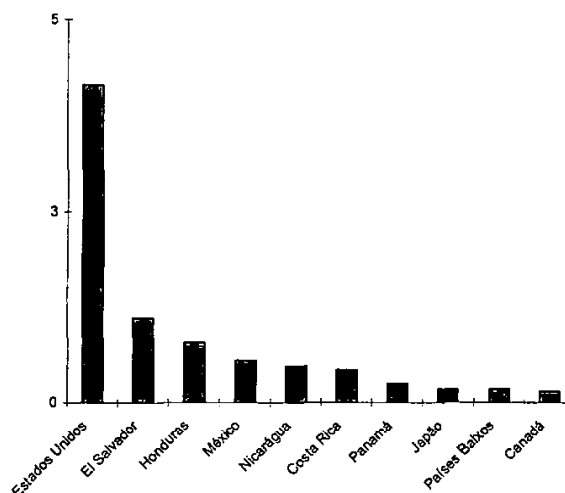
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, August 2013.



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior da Guatemala cresceu 21,8%, de US\$ 22,3 bilhões para US\$ 27,1 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Guatemala figurou como o 83º mercado mundial, sendo o 85º na exportação e o 83º na importação.

GUATEMALA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Estados Unidos	4,16	41,0%
El Salvador	1,11	11,0%
Honduras	0,80	7,9%
México	0,55	5,4%
Nicarágua	0,47	4,7%
Costa Rica	0,42	4,2%
Panamá	0,25	2,4%
Japão	0,18	1,8%
Países Baixos	0,17	1,7%
Canadá	0,15	1,5%
Brasil	0,01	0,1%
Subtotal	8,27	81,6%
Outros países	1,86	18,4%
Total	10,12	100,0%

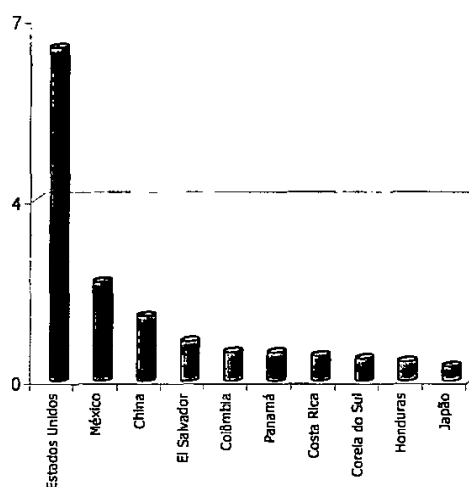


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, August 2013.

Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações da Guatemala em 2012, representando 41% do total. Os países vizinhos seguiram-se como principais destinos das vendas guatemaltecas: El Salvador (11%); Honduras (7,9%); e México (5,4%). O Brasil obteve a 47ª posição entre os principais destinos das exportações da Guatemala, com 0,1% de participação no total exportado.

GUATEMALA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Estados Unidos	6,46	38,0%
México	1,92	11,3%
China	1,26	7,4%
El Salvador	0,78	4,6%
Colômbia	0,55	3,2%
Panamá	0,54	3,2%
Costa Rica	0,48	2,8%
Coreia do Sul	0,43	2,5%
Honduras	0,37	2,2%
Japão	0,28	1,6%
...		
Brasil	0,25	1,5%
Subtotal	13,31	78,4%
Outros países	3,68	21,6%
Total	16,99	100,0%

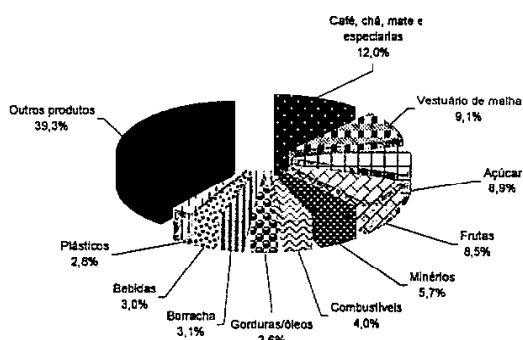


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, August 2013.

Os Estados Unidos foram a principal origem das importações da Guatemala em 2012, fornecendo 38% do total importado pelo país. Seguiram-se México (11,3%); China (7,4%); e El Salvador (4,6%). O Brasil obteve o 12º lugar, representando 1,5% do total das compras guatemaltecas em 2012.

GUATEMALA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2012 - US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Café, chá, mate e especiarias	1,21	12,0%
Vestuário de malha	0,92	9,1%
Açúcar	0,90	8,9%
Frutas	0,86	8,5%
Minérios	0,58	5,7%
Combustíveis	0,40	4,0%
Gorduras/óleos	0,36	3,6%
Borracha	0,32	3,1%
Bebidas	0,30	3,0%
Plásticos	0,28	2,8%
Subtotal	6,14	60,7%
Outros produtos	3,98	39,3%
Total	10,12	100,0%

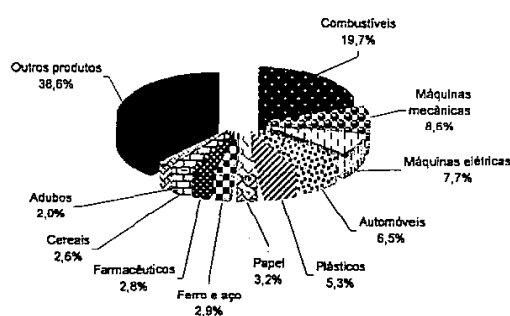


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, August 2013.

A pauta de exportações da Guatemala é diversificada. Em 2012, o grupo de produtos café, chá, mate e especiarias (café não torrado, noz-moscada, macis, amomos e cardamomos, dentre outros) representou 12% do total da pauta. Seguiram-se vestuários de malha (9,1%); açúcar (8,9%); e frutas (bananas e melões) com 8,5%.

**GUATEMALA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES ,
2012 - Em US\$ bilhões**

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Combustíveis	3,35	19,7%
Máquinas mecânicas	1,46	8,6%
Máquinas elétricas	1,30	7,7%
Automóveis	1,10	6,5%
Plásticos	0,90	5,3%
Papel	0,55	3,2%
Ferro e aço	0,49	2,9%
Farmacêuticos	0,48	2,8%
Cereais	0,45	2,6%
Adubos	0,35	2,0%
Subtotal	10,43	61,4%
Outros produtos	6,56	38,6%
Total	16,99	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPV/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, August 2013.

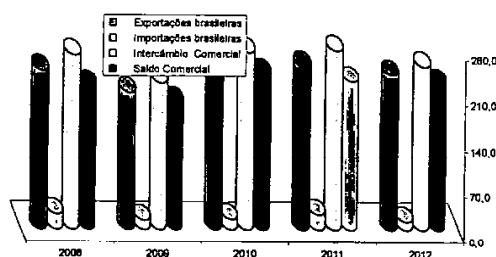
A pauta de importação da Guatemala é composta, em grande parte, por bens com alto valor agregado, com destaque para o grupo combustíveis, que representou 19,7% do total das compras do país em 2012. Óleo de petróleo refinado foi o principal produto importado, representando 17% do total. Seguiram-se máquinas mecânicas (8,6%), máquinas elétricas (7,7%), e automóveis (6,5%) e plástico (5,3)%.

BRASIL-GUATEMALA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jul)	2013 (jan-jul)	VAR. % 2008 2012
Exportações brasileiras	243,8	209,3	255,5	251,2	237,7	237,7	124,1	-2,5%
Varição em relação ao ano anterior	-4,8%	-14,1%	22,0%	-1,7%	-5,4%	-5,4%	-47,8%	
Importações brasileiras	23,9	14,6	16,4	23,8	13,1	7,76	11,45	-44,9%
Varição em relação ao ano anterior	98,8%	-38,8%	12,5%	44,8%	-44,7%	-49,6%	47,6%	
Intercâmbio Comercial	267,7	223,9	271,9	274,9	250,9	245,5	135,6	-6,3%
Varição em relação ao ano anterior	-0,2%	-16,3%	21,4%	1,1%	-8,8%	-7,9%	-44,8%	
Saldo Comercial	220,0	194,7	239,1	227,4	224,6	230,0	112,7	n.c.

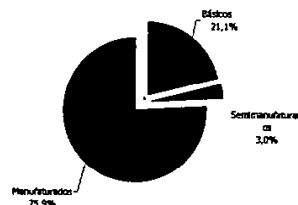
*Elaborado pelo MRE/DPD/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

No ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, a Guatemala figurou como o 87º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 6,3%, muito em função da diminuição de 45,2% das importações brasileiras de produtos guatemaltecos. As exportações nacionais para a Guatemala também reduziram-se em 2,5% no período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 267,7 milhões em 2008, para US\$ 250,9 milhões em 2012. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, registrou superávit de US\$ 224,6 milhões em 2012.



BRASIL-GUATEMALA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

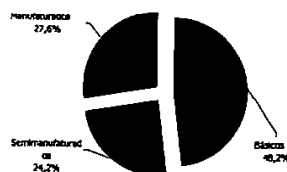
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	50,1	21,1%
Semimanufaturados	7,1	3,0%
Manufaturados	180,4	75,9%
Transações especiais	0,1	0,0%
Total	237,7	100,0%



As exportações brasileiras para a Guatemala são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 75,9% do total em 2012, com destaque para máquinas mecânicas. Seguiram-se os produtos básicos, com 21,1%, com destaque para cereais, e os semimanufaturados, com 3,0%.

Elaborado pelo MRE/DPD/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	6,3	48,2%
Semimanufaturados	3,18	24,2%
Manufaturados	3,6	27,6%
Transações especiais	—	—
Total	13,1	100,0%



Pelo lado das importações brasileiras da Guatemala, os produtos básicos representaram 48,2% da pauta em 2012, com destaque para borracha. Seguiram-se os produtos manufaturados, com 27,6%, e os semimanufaturados, com 24,2%.

Elaborado pelo MRE/DPD/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-GUATEMALA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Guatemala, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	54,1	54,3	61,7	26,0%	Máquinas mecânicas 61,7
Cereais	0,3	0,0	42,7	18,0%	Cereais 42,7
Máquinas elétricas	33,5	42,6	16,9	7,1%	Máquinas elétricas 16,9
Automóveis	60,8	24,6	12,4	5,2%	Automóveis 12,4
Papel	14,9	14,3	10,9	4,6%	Papel 10,9
Plásticos	10,3	14,2	10,5	4,4%	Plásticos 10,5
Químicos orgânicos	8,2	9,9	8,5	3,6%	Químicos orgânicos 8,5
Ferro e aço	8,8	15,7	8,3	3,5%	Ferro e aço 8,3
Perfumaria	5,0	5,8	6,2	2,6%	Perfumaria 6,2
Borracha	8,4	6,5	5,3	2,2%	Borracha 5,3
Subtotal	204,4	188,0	183,3	77,1%	
Outros produtos	51,0	63,2	54,4	22,9%	
Total	255,5	251,2	237,7	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de exportação brasileira para a Guatemala é concentrada em bens manufaturados. Máquinas mecânicas (caldeiras denominadas "de água superaquecida", turbinas a vapor, caixas de transmissão, redutores, entre outros) representaram 26% do total exportado. Seguiram-se cereais (milho em grão, exceto para semeadura) com 18%; máquinas elétricas, com 7,1%; e automóveis, com 5,2%.

BRASIL-GUATEMALA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações bras. originárias da Guatemala, 2012
			Valor	% no total	
Borracha	2,08	12,55	5,22	39,7%	Borracha 5,22
Chumbo	5,70	5,51	3,18	24,2%	Chumbo 3,18
Sementes/grãos	1,26	0,67	1,04	7,9%	Sementes/grãos 1,04
Vestuário, exceto de malha	0,00	0,01	1,03	7,8%	Vestuário, exceto de malha 1,03
Vestuário de malha	0,83	0,73	0,86	6,6%	Vestuário de malha 0,86
Obras de ferro/aço	0,36	0,70	0,47	3,5%	Obras de ferro/aço 0,47
Plásticos	0,16	0,29	0,45	3,4%	Plásticos 0,45
Subtotal	10,38	20,46	12,25	93,2%	
Outros produtos	6,04	3,31	0,89	6,8%	
Total	16,42	23,77	13,14	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da Guatemala concentrou-se em 2012, basicamente, em dois grupos de produtos: borracha (látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado) que representou 39,7% do total importado; e chumbo (outras formas brutas de chumbo refinado e chumbo com antimônio como segundo elemento predominante em forma bruta) com 24,2%. Seguiram-se sementes/grãos (7,9%); vestuários, exceto de malha (7,8%) e vestuário de malha (6,6%).

BRASIL-GUATEMALA : EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-jul)	% do total	2 0 1 3 (jan-jul)	% do total	Exportações bras. para a Guatemala em 2013(jan-jul)
Exportações					
Máquinas mecânicas	61,69	26,0%	35,35	28,5%	Máquina mecânica
Cereais	42,70	18,0%	21,57	17,4%	Cereal
Máquinas elétricas	16,88	7,1%	9,04	7,3%	Máquina elétrica
Automóveis	12,40	5,2%	8,44	6,8%	Automóvel
Plásticos	10,45	4,4%	6,83	5,5%	Plástico
Químicos orgânicos	8,52	3,6%	5,20	4,2%	Químico orgânico
Borracha	5,30	2,2%	2,83	2,3%	Borracha
Papel	10,93	4,6%	2,60	2,1%	Papel
Farmacêuticos	4,67	2,0%	2,47	2,0%	Farmacêutico
Instrumentos médicos	3,51	1,5%	2,37	1,9%	Instrumento médico
Subtotal	177,04	74,5%	96,68	77,9%	
Outros produtos	60,68	25,5%	27,43	22,1%	
Total	237,72	100,0%	124,11	100,0%	
Importações					Importações bras. originárias da Guatemala em 2013(jan-jul)
Borracha	2,40	31,0%	5,77	50,4%	Borracha
Chumbo	2,21	28,4%	3,43	30,0%	Chumbo
Vestuário exceto de malha	0,85	10,9%	0,73	6,4%	Vestário exceto de malha
Açúcar	0,10	1,3%	0,33	2,9%	Açúcar
Vestuário de malha	0,55	7,1%	0,33	2,9%	Vestário de malha
Obras de ferro/aço	0,28	3,6%	0,30	2,6%	Obras de ferro/aço
Plásticos	0,15	2,0%	0,21	1,8%	Plástico
Subtotal	6,54	84,3%	11,10	96,9%	
Outros produtos	1,22	15,7%	0,36	3,1%	
Total	7,76	100,0%	11,45	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

34

Aviso nº 826 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

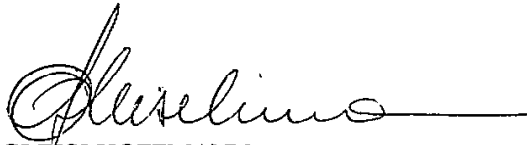
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/11/2013.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 17161/2013

2ª PARTE - DELIBERATIVA

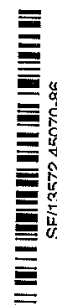
4



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 104, de 2013 (Mensagem nº 502, de 12 de novembro de 2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



SF/13572-45070-86

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República deseja fazer da senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da diplomata em questão, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que a senhora ELIANA ZUGAIB graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1973 e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1981, e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), no mesmo Instituto, em 1992. Em 1995, defendeu a tese,

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
nº 104, 2013, Fls. 30

Página: 1/3 21/11/2013 16:16:50

bc53cb90a645a7d4eedc41467bb0de430622989





2

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

aprovada com louvor, junto ao Curso de Altos Estudos da mesma instituição “A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil”.

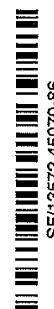
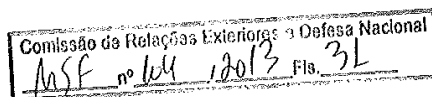
Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores (MRE), em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEN)(1983); a assessoria do Gabinete do Ministro de Estado (1986 e 2002); a assessoria do Departamento da Europa (1995); a assessoria do Departamento de Temas Especiais (1996); a subchefia da Assessoria de Comunicação Social (2001); a chefia da Coordenação de Divulgação (2006); a chefia da Divisão de Promoção Audiovisual (2006); o Departamento Cultural (2008); e a chefia de Gabinete da Subsecretaria-Geral (2011).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros na Embaixada em Paris (1988), Praga (1991 e 1993), Londres (1998) e Buenos Aires (2003).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, foi laureada com as seguintes comendas: Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1988); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Cavaleiro (1988); Ordem do Rio Branco, Brasil, grau de Grande Oficial (2008).

A senhora ELIANA ZUGAIB é convocada a chefiar a missão diplomática brasileira junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com sede em Paris, 195 Estados Membros (incluindo a Palestina), da qual o Brasil é membro fundador (1945).

A UNESCO é um órgão do sistema onusiano criado no pós-guerra como mecanismo de reconstrução dos sistemas educacionais, esgarçados após o conflito. Naturalmente, foi fundada com o propósito de promover a “cultura da paz”, de forma a abrandar, quiçá, eliminar, os fundamentos culturais da guerra. Durante a Guerra Fria, ficou, tal e qual os demais órgãos do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e organismos internacionais, marcada pelas clivagens ideológicas peculiares ao momento.



SF/13572.45070-86

Página: 2/3 21/11/2013 16:16:50

bc53cb90a645a7d4eeedc41467bb0de430622989





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Suas áreas de atuação são, conforme assinalado, a promoção da cultura da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural, por meio das áreas temáticas da educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação e cultura, atuando, para tanto, junto aos seus Estados Membros, por meio da geração de projetos de cooperação.

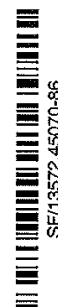
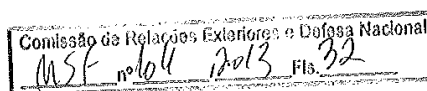
O Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2015, e configurou-se neste ano no 10º maior contribuinte para o orçamento da instituição. De acordo com o relatório encaminhado a esta Casa Parlamentar pela Chancelaria, o Brasil desempenha relevante papel no processo de reestruturação por que passa a UNESCO, em razão da atuação dos Centros de Categoria 2 em Frutal/Minas Gerais - Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX), para ensino, capacitação e pesquisa aplicada sobre recursos hídricos – e no Rio de Janeiro – Centro Lúcio Costa, para formação em gestão do patrimônio cultural. O Brasil tem, igualmente, participado ativamente das discussões sobre a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO para 2014-2021 e do Programa e Orçamento para 2014-2017.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/13572.45070-86

Página: 3/3 21/11/2013 16:16:50

bc53cb90a645a7d4eeedc41467bb0de430622989





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 104, DE 2013 (nº 502/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os méritos da Senhora Eliana Zugaib que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Joaquim Figueiredo.

EM Nº 00350/ DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

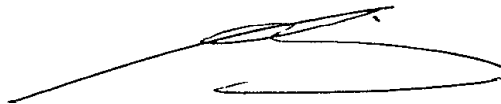
Brasília, 20 de setembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ELIANA ZUGAIB**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **ELIANA ZUGAIB** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUÍZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE ELIANA ZUGAIB**

CPF.: 896.907.618-20

ID.: 4946388 SSP/SP

1951 Filha de Bechara Zugaib e Vera Yazbek Zugaib, nasce em 10 de agosto, em Marília/SP

Dados Acadêmicos:

1973 Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/SP

1981 CPCD - IRBr

1992 CAD - IRBr

2005 Curso de Altos Estudos (CAE - IRBr), "A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil", aprovada com louvor

Cargos:

1982 Terceira-Secretária

1987 Segunda-Secretária

1995 Primeira-Secretária, por merecimento

2002 Conselheira, por merecimento

2006 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

2011 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1983 Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEN), assistente

1986 Gabinete do Ministro de Estado, assessora

1988 Embaixada em Paris, Segunda-Secretária

1991 Embaixada em Praga, Segunda-Secretária

1993 Embaixada em Praga, Encarregada de Negócios, a.i.

1995 Departamento da Europa, assessora

1996 Departamento de Temas Especiais, assessora

1998 Embaixada em Londres, Primeira-Secretária

2001 Assessoria de Comunicação Social, Subchefe

2002 Gabinete do Ministro de Estado, assessora

2003 Embaixada em Buenos Aires, Conselheira

2006 Coordenação de Divulgação, Chefe

2006 Divisão de Promoção do Audiovisual, Chefe

2008 Departamento Cultural, Diretora

2011 Secretaria-Geral, Chefe de Gabinete

Condecorações:

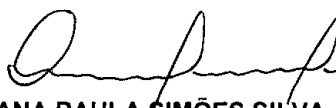
1988 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro

2008 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

Publicações:

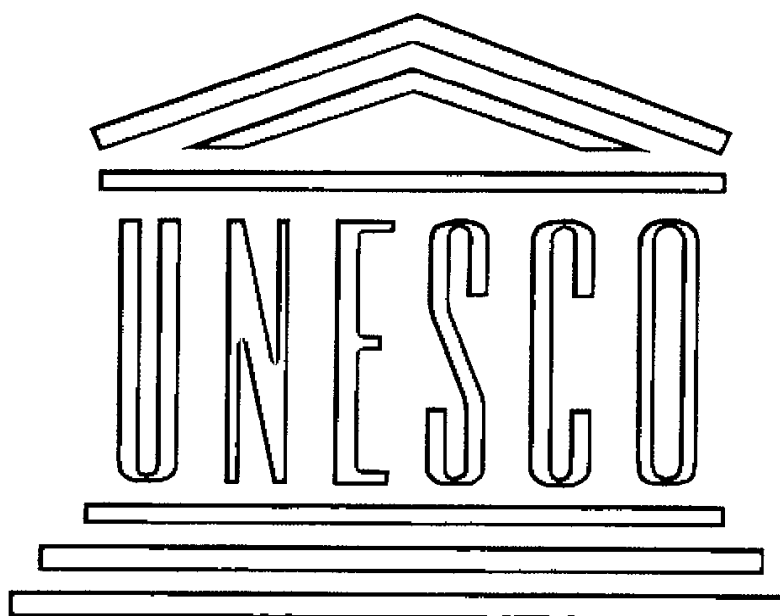
2007 A Hidrovia Paraguai-Paraná, FUNAG, Brasília/DF

**ANA PAULA SIMÕES SILVA**

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
(UNESCO)**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Setembro de 2013**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Ano de fundação	1945
Ano de adesão do Brasil	1945 (o Brasil é membro fundador)
Sede	Paris
Línguas de trabalho	Árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo
Número de Estados Membros	195 Estados membros: 192 (dos 193) membros da ONU (todos exceto o Liechtenstein), mais Niue, Ilhas Cook e Palestina.
Principais órgãos	Conferência-Geral, Conselho Executivo e Secretariado
Principais executivos da Organização	• Diretora-Geral (DG), Irina Bokova, ocupa o cargo desde 2009; • Integram o Secretariado, chefiado pela DG, os seguintes Diretores-Gerais Adjuntos (ADG): para Educação (ED), Qian Tang; para Ciências Naturais e Exatas (SC), Gretchen Kalonji; para Ciências Sociais e Humanas (SHS), Maria del Pilar Álvarez-Laso; para Cultura (CLT), Francesco Bandarin; e para Comunicação e Informação (CI), Janis Karklins.
Representante da UNESCO no Brasil	Lucien Muñoz, desde 2012

PERFIL BIOGRÁFICO

IRINA BOKOVA
Diretora-Geral da UNESCO

Nasceu em Sófia, Bulgária, em 12 de julho de 1952. Formada em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Moscou, participou de programas de estudo nas Universidades de Maryland e Harvard. Ingressou no Ministério de Negócios Estrangeiros da Bulgária em 1977, ocupando-se de temas relacionados a direitos humanos.

Irina Bokova participou da elaboração da Constituição da Bulgária, nos anos de 1990 e 1991, como membro da Assembleia Nacional Constituinte. Foi Ministra de Negócios Estrangeiros, entre 1996 e 1997, e Embaixadora da Bulgária para a França e Mônaco, em 2005. Foi designada, posteriormente, Delegada Permanente da Bulgária junto à UNESCO, posto que ocupou até ser eleita Diretora-Geral da Organização, em setembro de 2009.

Seu mandato tem sido marcado por crescente destaque da Organização no cenário internacional: como no processo de adesão da Palestina como Estado Membro da Organização; pela apresentação de propostas de reestruturação administrativa e temática da UNESCO, com maior destaque para atividades da Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar ("*Global Education First Initiative*"); e na defesa do patrimônio cultural ameaçado pelos conflitos no Mali e na Síria.

Primeira mulher a ocupar a Direção-Geral da UNESCO, Irina Bokova apresentou candidatura à reeleição para o cargo, que conta com o respaldo do Brasil. As eleições para o mandato 2013-2017 ocorrerão durante a 37ª Conferência Geral da Organização, em novembro próximo.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, os Ministros da Educação de alguns dos países aliados que combatiam o Eixo reuniram-se para debater a reconstrução de seus sistemas educacionais, após o final do conflito. Em novembro de 1945, logo após o término da guerra, 44 países reuniram-se em Londres sob a égide das Nações Unidas e decidiram criar uma organização voltada à promoção da “cultura para a paz” e que contribuísse para prevenir a eclosão de novos conflitos globais, com base no fomento à “solidariedade intelectual e moral da humanidade”.

Ao final da Conferência, 37 países fundaram a UNESCO. Sua Constituição, assinada em 16 de novembro de 1945, entrou em vigor em 4 de novembro de 1946, após ser ratificada por 20 países: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Reino Unido, República Dominicana, Tchecoslováquia e Turquia. A primeira sessão da Conferência Geral, órgão máximo da nova organização, ocorreu em Paris, de 19 de novembro a 10 de dezembro do mesmo ano, já com a participação de 30 países com direito a voto.

Por quase uma década, a UNESCO permaneceu marcada pelas divisões da Segunda Guerra: somente em 1951, o Japão e a então República Federal da Alemanha foram admitidos; a Espanha só ingressaria em 1953. A Guerra Fria, a dissolução da União Soviética e a descolonização também deixaram suas marcas: admitida em 1954, a União Soviética foi sucedida em 1992 pela Federação Russa, juntamente com 12 de suas antigas repúblicas. Dos Estados africanos, 19 tornaram-se membros nos anos 60. Como consequência de sua entrada nas Nações Unidas, a República Popular da China é, desde 1971, a única representação reconhecida do povo chinês. A antiga República Democrática Alemã foi membro de 1972 a 1990, ano da reunificação das duas Alemanhas.

Por motivos variados de ordem política, diversos países deixaram temporariamente a UNESCO, porém mais adiante voltaram a integrar a Organização. A África do Sul esteve ausente de 1957 a 1994; os EUA, de 1985 a 2003; o Reino Unido, de 1986 a 1997; e Cingapura, de 1986 a 2007.

A UNESCO conta hoje com 195 países-membros: são membros 192 dos 193 países-membros da ONU (todos os membros exceto o Principado de Liechtenstein), além de Niue, Ilhas Cook e Palestina.

ESTRUTURA

Conferência Geral

Órgão máximo da UNESCO, a Conferência Geral reúne-se a cada dois anos, com a participação de seus 195 Estados Membros, de representantes dos membros associados (que, não sendo países soberanos, participam apenas como observadores: Aruba, Curaçao, Ilhas Féroe, Ilhas Caimã, Ilhas Virgens Britânicas, Macau, Sint Maarten e Tokelau), de agências intergovernamentais e de organizações não-governamentais. Tem como mandato central definir a política e as linhas de ação da Organização, assim como aprovar seu orçamento.

À Conferência Geral, compete ainda eleger os membros do Conselho Executivo, cuja composição é parcialmente renovada a cada dois anos, e nomear, a cada quatro anos, o ocupante do cargo de Diretor-Geral da UNESCO.

Conselho Executivo

O Conselho Executivo é o órgão que exerce, em nome do conjunto dos Estados Membros, a administração cotidiana da UNESCO. O Conselho Executivo define e prepara a agenda da Conferência Geral e recomenda-lhe propostas para aprovação do Programa e Orçamento, além de supervisionar a implementação das atividades previamente aprovadas.

Seus 58 membros são eleitos pela Conferência Geral para mandatos de quatro anos, com base no princípio de representação geográfica equitativa. A reeleição é possível e não há limite estatutário para o número de vezes no qual um Estado pode ser reconduzido ao Conselho Executivo - na prática, os diferentes grupos eleitorais “administram” o rodízio entre seus membros segundo regras não escritas que variam de grupo a grupo.

Reúne-se duas vezes por ano, em sessões de duas semanas de duração, normalmente em março/abril e setembro/outubro. Nos anos em que a Conferência Geral se reúne, e, logo após seu encerramento, o Conselho Executivo é convocado para uma terceira sessão, normalmente com a duração de um dia.

O Brasil, tradicionalmente, tem exercido mandatos consecutivos no Conselho Executivo, com período de dois anos de intervalo: de 1946 a 1952; de 1954 a 1962; de 1964 a 1972; de 1974 a 1978; de 1980 a 1989; de 1991 a 1999; e de 2001 a 2009. Em 2011, o País foi eleito para novo mandato de quatro anos, até 2015.

Secretariado

O Secretariado da UNESCO é constituído pela Diretora-Geral e pelo quadro de pessoal por ela designado. Até a 36ª Conferência Geral (2011), o Secretariado contava com 1696 funcionários internacionais, restando, ademais, 299 postos vagos, dos quais 75% foram sobrestados em resultado da crise financeira causada pela suspensão da contribuição obrigatória dos Estados Unidos, a partir da mencionada CG.

Parte do Secretariado está lotada nas 65 unidades fora da sede ("*Field Offices*"); os demais preenchem cargos de Direção, Profissionais e de Serviços Gerais na sede, em Paris.

O quadro de pessoal da UNESCO provém de cerca de 150 Estados Membros. Todos os Grupos Regionais da UNESCO estão representados no Secretariado, mas a distribuição geográfica de postos continua aquém do desejável, embora se venham registrando avanços desde o início dos anos 2000.

"Centros de Categoria 2"

Os Centros de Categoria 2 são entidades mantidas pelos governos dos Estados Membros e que operam "sob os auspícios da UNESCO", embora sejam juridicamente independentes da Organização.

O vínculo institucional entre o Estado Membro interessado em sediar um centro dessa natureza e a UNESCO é formalizado por meio de acordo específico, que deve ser submetido à aprovação do Conselho Executivo e da Conferência Geral.

A UNESCO conta atualmente com 81 Centros de Categoria 2, dos quais 27 estão localizados na Ásia e Pacífico; 23 na Europa e América do Norte; 11 na América Latina e Caribe; e 20 na África e nos países árabes.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A missão da UNESCO consiste em contribuir para a construção de uma cultura da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, por meio de atuação nas seguintes áreas temáticas: educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação, e cultura. Para seu desempenho, a UNESCO exerce funções junto aos Estados Membros, como as de geração de projetos,

oferta de mecanismos de treinamento e desenvolvimento de capacitação institucional, acompanhamento de políticas públicas e plataforma de promoção de cooperação internacional.

Educação

Desde sua criação, a UNESCO tem mobilizado e liderado os governos na edição de documentos normativos, na realização de projetos inovadores e na criação de competências em educação.

Estima-se que haja 775 milhões de analfabetos no mundo. De cada cinco adultos, um é analfabeto. Dois terços dos analfabetos são mulheres. Há 61 milhões de crianças não escolarizadas.

Diante dos milhões de crianças e adultos que permanecem privados de oportunidades educacionais, frequentemente em sua situação de pobreza, a UNESCO vem-se empenhando na promoção e no desenvolvimento do direito de todo indivíduo à educação de qualidade, sem discriminação ou exclusão, sob o amparo de instrumentos jurídicos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

A UNESCO pode prestar aos governos assistência técnica na análise de políticas educacionais, formular planos de desenvolvimento do setor educacional, mobilizar doadores que apoiem prioridades educacionais nacionais, contribuir para a criação de capacidade de formulação de políticas, de análise setorial, de planejamento, administração, monitoramento e avaliação.

Lançado em 1990, o programa Educação Para Todos - EPT ("*Education for All*" - EFA) - é uma das mais importantes iniciativas do setor de Educação e tem como prioridades: promover cuidados e educação para a primeira infância, bem como o ensino primário gratuito obrigatório e de boa qualidade; assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizagem e treinamento continuado de jovens e adultos; alcançar, até 2015, melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, com acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos, especialmente no que se refere às mulheres; defender a eliminação das disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, equidade de gêneros na educação; e melhorar a qualidade da educação, com resultados mensuráveis de evolução da aprendizagem, especialmente em alfabetização e matemática, e na capacitação "essencial para a vida". Os países mais distantes das metas do EPT, com exceção do Haiti, encontram-se na África e na Ásia. Em 2000, na Conferência de seguimento em Dacar, foi instituído o Relatório de Monitoramento Global ("*Global Monitoring Report*"), sob

responsabilidade da UNESCO, com a finalidade de informar e orientar análises e contribuir para a adoção de políticas públicas para educação.

A UNESCO lançou, em 1991, um plano de ação em escala mundial, com vistas a estabelecer e reforçar a cooperação entre universidades e apoiar o ensino superior nos países em desenvolvimento, por meio da rede de "Cátedras UNESCO". O programa tem entre suas metas as seguintes: dar novo impulso e dimensão global a formas de associação entre instituições de ensino superior de países de diferentes níveis de desenvolvimento; reforçar as redes de cooperação existentes entre instituições de ensino superior e de pesquisa e criar novas redes; fomentar o compartilhamento da informação; criar centros de excelência destinados a estudos e pesquisa avançados; e evitar o êxodo de especialistas a mercados de trabalho que ofereçam maior remuneração.

Ciências Naturais

Única agência especializada das Nações Unidas com mandato específico para promover a ciência, a UNESCO atua junto aos Estados Membros pela via da cooperação, da capacitação e da assistência técnica.

Além de promover a ciência, a Organização funciona como plataforma de compartilhamento de idéias e estabelecimento de padrões, fomentando o diálogo entre cientistas e formuladores de políticas e difundindo iniciativas inovadoras – particularmente na África.

Seu setor de Ciências Naturais mobiliza conhecimentos em ciência fundamental e aplicada para apoiar os Estados Membros na implementação de programas internacionais relacionados à água potável, a ciências de terra e mar, à ecologia e a ciências básicas – programas norteados pela consideração das grandes questões do desenvolvimento sustentável, da mudança do clima, da igualdade de gênero e da erradicação da pobreza.

As prioridades e linhas de ação do setor de Ciências Naturais são executadas por meio dos seguintes Programas Científicos Internacionais: 1) Programa Hidrológico Internacional (PHI); 2) Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); 3) Programa "O Homem e a Biosfera" (MAB); 4) Programa Internacional de Geociências (PIGC); e 5) Programa Internacional de Ciências Básicas (PICB).

O PHI é o único programa intergovernamental do Sistema das Nações Unidas consagrado à educação, capacitação, pesquisa e manejo de recursos hídricos. Em sua fase atual, voltada para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à sustentabilidade, bem como para o suprimento de recursos hídricos, o saneamento, a segurança alimentar e a redução da

pobreza, o PHI atenta para os seguintes temas: adaptação aos impactos das mudanças globais em bacias hidrográficas e sistemas aquíferos; reforço da governança para a sustentabilidade; eco-hidrologia para a sustentabilidade; água e sistemas de sustentação da vida; e educação sobre a água para o desenvolvimento sustentável.

A COI promove cooperação internacional e coordena programas nas áreas de pesquisa marinha, serviços, sistemas de observação, mitigação de desastres e capacitação para compreensão e manejo efetivo dos recursos do oceano e das áreas costeiras. Tais ações visam ao aperfeiçoamento da governança e do processo decisório dos Estados Membros, no que concerne aos recursos marinhos e às variações do clima, assim como ao fomento ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente marinho, especialmente em países em desenvolvimento.

O Programa MAB visa ao estabelecimento de plataforma científica para o aperfeiçoamento das relações entre as populações e seu meio ambiente, bem como para a redução da perda de biodiversidade. Seus subprogramas são voltados para ecossistemas específicos: montanhas, terras áridas, florestas tropicais, sistemas urbanos, pântanos, ecossistemas marinhos, insulares e litorâneos. Sob seu pálio são reconhecidas as "Reservas da Biosfera", sítios de excelência estabelecidos para a promoção do desenvolvimento sustentável com base na ciência e em esforços das comunidades locais - no sentido de conciliar a conservação da diversidade biológica e cultural com o desenvolvimento econômico e social.

O PIGC, estabelecido em 1972, apoia financeiramente equipes internacionais de pesquisa dedicadas a cerca de 400 projetos relativos a problemas geológicos globais, com ênfase em capacitação e compartilhamento de conhecimento entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. O Programa colabora, ademais, com a Rede Global de Geoparques (GGN – "*Global Geoparks Network*"), responsável pelo estabelecimento de áreas nas quais o patrimônio geológico é adotado como via para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Estabelecido com vistas a fomentar a cooperação no campo da ciência, para fortalecer as competências nacionais em ciência básica e educação científica, o PICB atua de maneira multidisciplinar, por meio de uma rede de centros de excelência nacionais, regionais e internacionais, tendo como base de sua estratégia a promoção da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul.

Ciências Humanas e Sociais

Uma das missões da UNESCO é proporcionar, por meio de seu setor de Ciências Sociais e Humanas, a difusão de conhecimentos e cooperação

intelectual conducentes a transformações sociais que promovam a justiça, a liberdade e a dignidade humana como valores universais.

O mandato subjacente desse setor vincula-se à promoção e ao reforço das competências em ciências sociais na formulação da agenda e das políticas públicas de seus Estados Membros. Suas prioridades atuais são as seguintes: bioética; inclusão social; ênfase nas dimensões sociais da mudança ambiental global; e inovações sociais conduzidas pelos jovens.

Criado em 1993, o Programa de Bioética da UNESCO estrutura-se sobre o trabalho de comitês que proporcionam plataformas globais de reflexão e debates sobre o tema, de maneira interdisciplinar, multicultural e pluralista, dos quais já resultaram os seguintes instrumentos: Declaração Universal sobre Genoma Humano e Direitos Humanos (1997); Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos (2003); e Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005).

O tema da inclusão social tem como principal plataforma na UNESCO o Programa de Gerenciamento das Transformações Sociais ("MOST – *Management of Social Transformations*"). Criado em 1994, o MOST promove a pesquisa em ciências sociais e sua incidência no campo da formulação de políticas públicas, tendo como meta primordial transferir a agentes decisórios os dados e resultados de pesquisas em ciências sociais para melhor compreensão das transformações sociais e disseminação de boas práticas. Neste âmbito, são analisadas, por exemplo, questões de gênero, migração, urbanização, erradicação da pobreza e de empoderamento da juventude frente ao impacto produzido pelo processo de globalização sobre as dinâmicas da vida social.

No que se refere às dimensões sociais das mudanças ambientais globais, merece destaque, além do Programa MOST, a Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST), criada em 1998. O trabalho conjunto de tais instâncias da UNESCO tem dois objetivos prioritários: a) identificar os desafios éticos e sociais derivados das mudanças ambientais globais - incluindo mudança climática, perda de biodiversidade e escassez de água doce; e b) apoiar, do ponto de vista científico e ético, políticas nacionais de adaptação às mudanças ambientais globais.

Organizado desde 1999, o Fórum da Juventude da UNESCO - com sua oitava edição prevista para outubro próximo - é importante instância para tratamento do tema da "juventude". Tem-se norteado pelas seguintes linhas: i) revisão e formulação de políticas com a participação dos jovens; ii) desenvolvimento de capacidades para a transição à idade adulta; e iii) engajamento cívico, participação democrática e inovação social.

A UNESCO oferece, ademais, assistência a Governos na elaboração ou no aperfeiçoamento de seus sistemas de treinamento em educação física e no desenvolvimento de programas esportivos. Parte deste trabalho concentra-se na luta contra o doping, que põe em risco tanto a base moral e ética do esporte quanto a saúde dos que o praticam. Engajada na luta contra o doping e na implementação da Convenção Internacional Contra o Doping nos Esportes, a UNESCO vê na saúde e na conduta ética do jovem um requisito para o desenvolvimento.

Comunicação e Informação

Na execução de seu mandato no campo da comunicação e da informação, a UNESCO implementa estratégias encorajadoras da pesquisa voltada à formulação de políticas de acesso livre ao conhecimento e ao diálogo entre especialistas, estreitando parcerias e auxiliando os Estados Membros a formularem políticas públicas que levem em conta os últimos avanços no setor.

A UNESCO fomenta igualmente a liberdade, a independência e a pluralidade da mídia como pré-requisitos e fatores determinantes da democratização e da participação cidadã. Permanentemente atenta a casos de violação do direito à liberdade de expressão, pronuncia-se sobre abusos perpetrados contra órgãos ou profissionais de imprensa em todo o mundo. Oferece, ademais, assessoramento na área de legislação de imprensa a Governos, parlamentos e outras instâncias decisórias, para conscientizá-los de seu papel de garantir o caráter público das informações de que são detentores, resguardados os casos em que a privacidade e a segurança justifiquem sua retenção.

Seu Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC) visa a mobilizar a comunidade internacional para a discussão e a promoção do desenvolvimento dos meios de comunicação em países em desenvolvimento. Baseia-se no princípio de que a cooperação multilateral é a via mais apropriada para promover o desenvolvimento da mídia sem interferir em sua integridade e independência, enquanto habilita a sociedade ao acesso equitativo ao conhecimento e à utilização de meios de comunicação livres e múltiplos para exprimir suas ideias. O PIDC busca promover a liberdade de expressão e a diversidade da mídia, com vistas à maior participação do cidadão nos processos decisórios, além de estimular o desenvolvimento de meios de comunicação comunitários.

Criado para auxiliar os países a superarem a “brecha digital”, o Programa Informação para Todos (IFAP) da UNESCO visa a ajudar os Estados Membros a desenvolverem e implantarem políticas nacionais de

informação e estratégias de difusão do conhecimento, além de estimular o debate sobre os desafios políticos, éticos e sociais da nova “sociedade da informação”, com diretrizes e projetos que promovam e ampliem o acesso equitativo à informação. Para alcançar seus objetivos, o IFAP concentra seus esforços em cinco áreas prioritárias: informação para o desenvolvimento; “alfabetização digital”; preservação da informação por meio de sua sistematização e digitalização; ética da informação, com reflexão sobre os desafios éticos, legais e sociais da aplicação à sociedade das tecnologias de informação e comunicação; e acesso à informação, que abrange questões ligadas a custo, acesso e disponibilidade da informação. Nesse quadro, destaca-se o Programa Memória do Mundo (*“Memory of the World”*), que visa à preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal, bem como à tomada de consciência da existência e da relevância do patrimônio documental.

A UNESCO também prioriza o fomento às “Sociedades do Conhecimento”, com base no ideal de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento social e econômico, por meio da capacitação ao acesso e à compreensão da informação. Com essa orientação, a UNESCO participou da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), por iniciativa das Nações Unidas, na qual organizações internacionais, Governos, o setor privado e a sociedade civil discutiram oportunidades geradas pelo novo ambiente de informação e comunicação, bem como trataram de desafios como a desigualdade no acesso à informação e à comunicação.

Como organização participante do Foro de Governança da Internet, a UNESCO foi designada entidade responsável pela linha de ação “Dimensões éticas da sociedade da informação” da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Em sua atuação, a Organização tem propugnado por abordagem aberta, transparente e inclusiva da Internet, e defende que os mecanismos decisórios devem basear-se nos princípios da abertura, privacidade e diversidade, abrangendo o acesso universal, a liberdade de expressão e medidas que permitam resistir a tentativas de censura de seu conteúdo.

Cultura

A UNESCO está empenhada na inserção da cultura no centro das políticas de desenvolvimento como condição para o êxito dos processos globalizantes, levando em conta os princípios da diversidade cultural. Desde o lançamento da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, em 1988, a UNESCO tem criado número considerável de instrumentos de normatização e de ferramentas demonstrativas, como estatísticas culturais, inventários e mapeamentos de recursos culturais.

Entre as áreas de atuação do setor de Cultura, destaca-se a proteção de bens culturais, em caso de conflito armado, pautada pela Convenção da Haia de 1954 e por dois protocolos adicionais. Esses instrumentos normativos estabeleceram o princípio da preservação de bens culturais pelos beligerantes. Neste diapasão, o protocolo de 1999 estabeleceu medidas de seguimento e listas dos bens culturais identificados como mais relevantes em caso de conflito armado. Em suas intervenções em situações de pós-conflito ou pós-desastres naturais, a UNESCO procura fundamentar os processos de reconciliação e reconstrução em fatores culturais e no reconhecimento da importância do patrimônio cultural como vetor de diálogo, reconciliação e coesão social.

O combate ao tráfico ilícito de bens culturais, objeto de Convenção da UNESCO de 1970, é outro tema de especial importância para o setor de Cultura. Nesse âmbito, a UNESCO exorta os Estados à cooperação para a proteção de bens culturais em seu território e ao combate à importação, exportação ou transferência ilícita desses bens. O fortalecimento da Convenção de 1970 é prioritário para países da América Latina e Caribe, especialmente, aqueles países com grande herança pré-colombiana e alvos de escavações clandestinas, pilhagem e tráfico ilícito de seu patrimônio cultural móvel.

A Convenção do Patrimônio Natural e Cultural, de 1972, foi adotada graças à noção consensual de que o esforço de salvaguarda do patrimônio deve assumir caráter universal. De acordo com os termos da Convenção de 1972, a comunidade internacional se torna parte na proteção do patrimônio cultural e natural de "valor universal excepcional", mediante a prestação de assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, permita complementá-la eficazmente. São considerados "patrimônio cultural" monumentos, obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de natureza arqueológica, obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza; "patrimônio natural", por seu turno, são monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, formações geológicas, zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas. Há, ainda, bens considerados "patrimônio misto cultural e natural", que reúnem os elementos definidores das duas classificações anteriores. A Lista do Patrimônio Mundial, instituída pela Convenção de 1972, conta atualmente com 981 bens inscritos - 759 culturais, 193 naturais e 29 mistos. Há, ademais, a conceituação do "patrimônio cultural subaquático", objeto da Convenção de 2001 da UNESCO, que abrange todos os vestígios de existência humana de caráter cultural, histórico ou arqueológico que tenham permanecido submersos parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, por um mínimo de 100 anos.

O patrimônio cultural não se limita a um grupo de monumentos ou a coleções de objetos, mas abrange, também, o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimento e habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais a esses associados. Em 2003, após sucessão de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e representantes dos governos, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como complemento à Convenção de 1972 (Patrimônio Mundial). Ficou, dessa maneira, contemplado o conjunto da herança cultural da humanidade. O patrimônio mundial imaterial manifesta-se, por exemplo, na tradição oral, incluindo o idioma como veículo do próprio patrimônio; artes cênicas; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimento e práticas relativos à natureza; e técnicas artesanais tradicionais. Por meio dessa Convenção, os países são instados a criar sistemas permanentes de identificação de artistas, artesãos e outros que representem as habilidades e técnicas necessárias à manifestação da vida cultural e à manutenção do patrimônio cultural de seu povo.

A governança e a gestão da cultura obtiveram novo marco com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005. Ao reconhecer a natureza particular dos bens, serviços e atividades culturais como veículos de identidade, valores e significados, a Convenção propugna pela criação, produção, disseminação, acesso e usufruto de amplo espectro de bens, serviços e atividades culturais, sem deixar de reconhecer a importância dos direitos de propriedade intelectual para a remuneração dos agentes culturais.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNESCO

Membro fundador da UNESCO, o Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2015. No presente quadro de severas restrições financeiras, decorrentes da suspensão do pagamento das contribuições obrigatórias do Estado Membro com maior quota no financiamento da Organização, a UNESCO tem, no Brasil, indispensável aliado, já que o País foi alçado à condição de 10º maior contribuinte para o orçamento de 2013, além de importante parceiro em diversas iniciativas.

Ademais de acolher escritório da UNESCO, em Brasília, o País desempenha relevante papel no processo de reestruturação por que passa a Organização, haja vista a atuação dos Centros de Categoria 2 em Frutal/MG – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (HIDROEX), para ensino, capacitação e pesquisa

aplicada sobre recursos hídricos – e no Rio de Janeiro – Centro Lúcio Costa, para formação em gestão do patrimônio cultural. O Brasil tem, outrossim, participado ativamente das discussões sobre a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO para 2014-2021 e do Programa e Orçamento para 2014-2017.

Educação

No Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2012, a UNESCO destacou o Brasil como exemplo exitoso de políticas educacionais, por meio da expansão da rede pública de cuidados na primeira infância e de avanços nos índices de êxito na escola secundária. O Brasil também se sobressai por ser um dos poucos países onde a população estudantil é majoritariamente feminina, o que representa expressivo avanço na redução da disparidade de gênero na educação.

Na esteira do "Programa Educação para Todos", o Brasil integra a iniciativa "E-9", que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), para intercâmbio de informações e boas práticas. Espera-se do País crescente contribuição na cooperação educacional Sul-Sul, notadamente com vizinhos latino-americanos e caribenhos, bem como com países de língua portuguesa, ademais de atuação conjunta com os membros do E-9.

A Rede de Cátedras-UNESCO é um dos mecanismos educacionais da Organização de maior extensão no Brasil, tendo sido estabelecidas cerca de três dezenas de cátedras, em importantes áreas do conhecimento e da pesquisa, como a criada, em 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para Tecnologias da Informação e Conhecimento (TICs) na Educação, e a Cátedra de Bioética na UnB, de 2005.

Sob os auspícios da UNESCO, Brasil e Estados Unidos lançaram, em janeiro de 2012, o projeto "Ensinando o Respeito a Todos" (*Teaching Respect for All* - TRA), com vistas à introdução nos respectivos sistemas escolares de currículos e materiais didáticos contra o racismo, a serem desenvolvidos pela Organização, com a expectativa de que possam futuramente ser adaptados a sistemas escolares de outros países.

Cabe ressaltar, ainda, a indicação do Brasil como um dos oito "países campeões" da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar, lançada pelo Secretário-Geral da ONU e liderada pela UNESCO. Caso de sucesso no mundo em desenvolvimento em matéria de melhoria dos índices de educação, o Brasil é tido como parceiro indispensável às iniciativas voltadas para a superação dos desafios da educação no plano internacional.

Ciências Naturais

No setor de Ciências Naturais, cabe destacar que o Brasil conta com seis "Reservas da Biosfera" reconhecidas pela UNESCO: Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço. Além disso, o Brasil foi o primeiro país latino-americano com área filiada à "Rede Global de Geoparques", representada pelo Geoparque Araripe, no Ceará.

Relacionado ao Programa Hidrológico Internacional da UNESCO, está sediado no Brasil, em Frutal/MG, um dos mais ativos Centros de Categoria 2 em matéria de água, o HIDROEX. Entre suas várias atividades, o HIDROEX desenvolve capacitação de técnicos para a gestão sustentável de recursos hídricos, possibilitando importante plataforma de intercâmbio e cooperação com países da América Latina e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Outro ponto de especial significado na parceria Brasil-UNESCO será a realização da 6ª edição do Fórum Mundial de Ciências, em novembro, no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o evento ocorrerá fora de Budapeste, sede do Fórum. O encontro terá como tema "Ciência para o Desenvolvimento Global". São esperados milhares de cientistas, pesquisadores e formuladores de políticas em ciência, tecnologia e inovação para debates em torno dos temas mais relevantes e atuais para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento, como nanociência para a sustentabilidade, energias renováveis e bioenergia.

Ciências Sociais e Humanas

No momento em que a UNESCO analisa a criação, em sua estrutura de novo Centro de Transformações Sociais e Diálogo Intercultural, o Brasil vê reforçada sua imagem de país originário de avançadas políticas sociais e com particular vocação para a cooperação Sul-Sul, notadamente para a África e a América Latina. Para isso, muito contribui a colaboração do Escritório da UNESCO, em Brasília, com diversos órgãos da Administração Pública, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Juventude, entre outros.

No campo da bioética, merece destaque a participação brasileira nos Comitês Internacional e Intergovernamental de Bioética. Cabe mencionar, igualmente, a Cátedra UNESCO de Bioética estabelecida na Universidade de Brasília.

A luta contra o doping no esporte, promovida pela UNESCO, também constitui área de particular interesse para o Brasil, que sediará megaeventos esportivos nos próximos anos. As discussões sobre a base moral e ética do

esporte e os cuidados com a saúde dos que o praticam têm importante paradigma na Convenção da UNESCO Contra o Doping nos Esportes. Adotada durante a 33ª Conferência Geral da UNESCO, em 2005, a Convenção conta com 174 Estados Partes, tendo sido ratificada pelo Brasil em 2007.

Comunicação e Informação

No setor de Comunicação e Informação, o Brasil tem presença ativa nas discussões advindas da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. No âmbito dos modelos de governança multissetorial da Internet, o modelo brasileiro é tido como um dos mais avançados, podendo oferecer relevantes insumos para considerações no setor. O País prioriza a necessidade de enfrentar a "brecha digital" não apenas em termos de acesso, mas, também, de conteúdo, enquanto sublinha a importância da promoção da diversidade cultural e propugna pelo multilinguismo no ambiente digital.

O Programa Memória do Mundo também tem despertado crescente interesse no Brasil. Trata-se de iniciativa da UNESCO para a preservação e divulgação de acervos documentais de valor universal. O Brasil já conta com três acervos inscritos: "Arquivos da Companhia neerlandesa das Índias Ocidentais"; "Coleção do Imperador Pedro II: a fotografia brasileira e estrangeira no século XIX"; e "Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)". Recentemente, o especialista brasileiro Vitor Manoel Marques da Fonseca, do Arquivo Nacional, foi designado pela Diretora-Geral da UNESCO para integrar, por quatro anos, o Comitê Internacional Assessor do Programa Memória do Mundo.

Cabe ressaltar a participação do Brasil na elaboração do "Plano de Trabalho da UNESCO sobre a Segurança de Jornalistas e o Combate à Impunidade". Atento ao mandato específico da UNESCO, o País contribuiu para a promoção da segurança de jornalistas e do combate à impunidade.

Cultura

O Brasil tem reconhecido protagonismo nos temas da UNESCO afetos a cultura, a exemplo da proposta brasileira de elaboração de novo instrumento normativo sobre museus e coleções, que se encontra em avançado estágio de análise pelo setor de Cultura da Organização. Como resultado, deverá ser apresentado à 37ª Conferência Geral texto de "Recomendação sobre a Proteção e Promoção de Museus e Coleções".

Em cumprimento a disposições comuns às convenções multilaterais sobre combate ao tráfico ilícito de bens culturais, o Brasil tem conferido crescente ênfase ao tema em sua pauta de cooperação cultural, havendo

firmado acordos para recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilicitamente com a Bolívia, o Peru e, recentemente, com o Equador.

A Convenção do Patrimônio Mundial é outro campo de importante atuação do Brasil, que passou a ter 19 bens na Lista do Patrimônio Mundial - 12 culturais e 7 naturais - com a inscrição do “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”, em junho de 2012. Para o Brasil, a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial representa um elemento propulsor do desenvolvimento local e regional, além de mecanismo de reforço às medidas de preservação dos bens culturais inscritos. Na capital fluminense, está sediado o Centro de Categoria 2 Lúcio Costa, resultado de parceria entre o Brasil e a UNESCO, que possibilita iniciativas de capacitação e cooperação para a América do Sul e para os países de língua portuguesa na África em matéria de gestão do patrimônio cultural.

Com a recente inclusão do “Frevo: Expressão Artística do Carnaval do Recife”, em dezembro de 2012, o Brasil passa a contar com três elementos reconhecidos pela UNESCO como patrimônio cultural imaterial, inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial. Os outros dois elementos são as “Expressões orais e gráficas dos Wajãpis”, situadas no Amapá, e o “Samba de roda do Recôncavo Baiano”, ambos inscritos em 2008.

Ao participar por seis anos do Comitê Intergovernamental para a Diversidade Cultural, de 2007 a 2013, o Brasil contribuiu para importantes conquistas dos Estados Partes durante os anos iniciais de implementação da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. O Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC), criado pela Convenção, tem contado com relevantes aportes do Brasil, que já foi, em 2011, beneficiado com recursos dele advindos para o projeto “Vídeo nas Aldeias”, voltado à capacitação de cineastas indígenas e à distribuição de suas produções.

ANEXOS

Evolução do Número de Estados Membros e Associados

Ano	Número de Membros integrados à UNESCO	Novos integrantes
1946	28	África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito,

		Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Haiti, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Tchecoslováquia, Turquia e Venezuela.
1947	8	Colômbia, Cuba, Equador, Honduras, Libéria, Luxemburgo, Países Baixos e Uruguai.
1948	8	Afeganistão, Argentina, Áustria, El Salvador, Hungria, Itália, Irã e Iraque.
1949	7	Israel, Mônaco, Mianmar, Paquistão, Sri Lanka, Suíça e Tailândia.
1950	7	Coreia do Sul, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Jordânia, Panamá e Suécia.
1951	5	Alemanha, Camboja, Japão, Laos e Vietnã.
1952	1	Nicarágua.
1953	4	Chile, Espanha, Líbia e Nepal.
1954	3	Belarus, Rússia e Ucrânia.
1955	2	Etiópia e Paraguai.
1956	6	Bulgária, Finlândia, Marrocos, Romênia, Sudão e Tunísia.
1958	3	Albânia, Gana e Malásia.
1960	18	Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné, Kuwait, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Senegal, Somália e Togo.
1961	2	Chipre e Irlanda.
1962	11	Argélia, Burundi, Iêmen, Jamaica, Maurítânia, Mongólia, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Trinidad e Tobago, e Uganda.
1964	4	Islândia, Maláui, Quênia e Zâmbia.
1965	1	Malta.
1967	2	Guiana e Lesoto.
1968	2	Barbados e Ilhas Maurício.
1972	5	Bangladesh, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos e Omã.
1973	1	Gâmbia.
1974	4	Coreia do Norte, Guiné-Bissau, Portugal e San Marino.
1975	1	Granada.
1976	4	Moçambique, Papua Nova Guiné, Seicheles e

		Suriname.
1977	2	Angola e Comores.
1978	3	Cabo Verde, Namíbia e Suazilândia.
1979	2	Dominica e Guiné Equatorial.
1980	6	Botswana, Maldivas, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Tonga e Zimbábue.
1981	2	Bahamas e Samoa
1982	3	Belize, Butão, Antígua e Barbuda.
1983	3	Fiji; São Cristóvão e Névis; São Vicente e Granadinas.
1989	3	Djibuti, Ilhas Cook e Kiribati.
1991	4	Estônia, Letônia, Lituânia e Tuvalu.
1992	8	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova e República Quirguiz.
1993	11	Andorra, Bósnia e Herzegovina, Eritreia, Eslováquia, Ilhas Salomão, Macedônia, Niue, República Tcheca, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.
1994	2	Vanuatu e África do Sul (retorno).
1995	1	Ilhas Marshall.
1996	1	Nauru.
1997	1	Reino Unido (retorno).
1999	2	Micronésia e Palau.
2000	1	Sérvia.
2003	2	Timor-Leste e Estados Unidos (retorno).
2005	1	Brunei.
2007	2	Cingapura e Montenegro.
2011	2	Palestina e Sudão do Sul.

CRONOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNESCO

1945	Brasil assina a Carta de Constituição da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Londres, Reino Unido).
1946	Entra em vigor a Carta da UNESCO e realiza-se a I Conferência Geral, com a participação do Brasil.
1951-1952	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de Paulo Berrêdo de Carneiro.

1962	Brasil ocupa a Presidência da 12ª Conferência Geral.
1964	Criação do Escritório da UNESCO no Brasil (Rio de Janeiro).
1972	Instalação do Escritório da UNESCO em Brasília.
1980	Cidade histórica de Ouro Preto é o primeiro bem brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial.
1987-1989	Brasil ocupa a Presidência do Conselho Executivo, com a indicação de José Israel Vargas.
1988	12ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
1997	Brasil ocupa a Presidência da 29ª Conferência Geral.
2010	34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial é realizada em Brasília.
Nov/2011	Brasil é eleito para novo mandato (2011-15) no Conselho Executivo da UNESCO.
Nov/2011	Presidenta Dilma Rousseff visita a sede da UNESCO, em Paris.

ATOS INTERNACIONAIS	
Título	Data de Publicação (D.O.U.)
Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.	14/12/1977
Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural.	26/08/1982
Protocolo de Cooperação, Visando à Implantação e Funcionamento do Conjunto Cultural Federal da Capital da República, em Brasília.	04/08/1988
Acordo entre o Brasil e a UNESCO, para a Elaboração do "Guia Geral das Fontes de História da República: Arquivos, Bibliotecas e Museus Brasileiros".	10/10/1989
Acordo sobre suas Obrigações, Direitos e Privilégios em Território Brasileiro.	11/12/1991
Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIP-UNESCO).	24/01/1992
Acordo sobre a Reunião do III Fórum Internacional sobre Ciência e Cultura.	18/03/1992
Acordo Relativo à IX reunião do Comitê Regional encarregado da aplicação da Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas do Ensino Superior na América Latina e Caribe.	16/09/1994
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência, no Âmbito do Acordo de Assistência Técnica entre o Brasil e a ONU, suas Agências Especializadas e a AIEA, em Matéria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável.	09/06/1995
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica de 19 de dezembro de 1964, da ONU, em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros.	23/09/1996
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Escritório Regional da COI para o Programa Goos, no Rio de Janeiro (Brasil) - COI/UNESCO.	08/10/2002

Memorando de Entendimento para Apoio ao Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.	27/11/2003
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.	13/04/2006
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.	02/08/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países em Desenvolvimento.	15/10/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a 34ª sessão da Mesa do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho de 2010) e da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (25 de julho - 3 de agosto de 2010, Brasília).	25/07/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Criação e Operação do Centro Regional de Treinamento em Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2).	26/07/2010
Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, relativo ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica para Implementação do Programa de Parceria UNESCO/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.	01/07/2011

Aviso nº 827 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

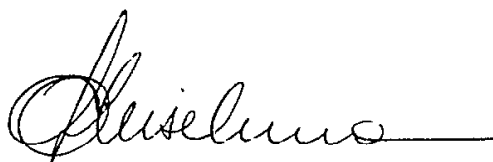
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/11/2013.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 105, de 2013 (Mensagem nº 503, de 12 de novembro de 2013, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.*

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em União da Vitória, Paraná, filho de Mário Manoel Schlemm Ramos e Lygia Emília Frantz Ramos, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília em



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

1980. No ano seguinte, concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e, em 2007, o Curso de Altos Estudos.

Nomeado Terceiro Secretário em 1982, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1987; a Primeiro Secretário em 1995; e a Conselheiro em 2000.

Entre os cargos exercidos, cumpre destacar os seguintes: Assistente e Chefe, substituto, da Divisão de Passaportes, Assessor do Departamento Consular e da Divisão da Europa I e Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Entre outros postos no exterior, serviu no Consulado-Geral em Milão, na Embaixada em Estocolmo e na Embaixada em Bamako, como Embaixador.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico (Oficial); Medalha Mérito Tamandaré; Ordem da Estrela Polar; Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz).

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Albânia. Há perfis biográficos das principais autoridades do país, dados sobre política interna e externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A República da Albânia tem um território com área de 28.748 km² e sua população alcança pouco mais de 3 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto – PIB – nominal foi de cerca de US\$ 12,69 bilhões em 2012. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – de 2013, seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – foi de 0,749 naquele ano, ocupando a 69ª posição entre 185 países. A comunidade brasileira estimada no país é pouco expressiva: 60 pessoas.

Na política externa as relações da Albânia se



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

desenvolvem em torno de alguns eixos principais, como a integração à União Europeia; a aliança com os Estados Unidos da América; a parceria com o Kosovo e as relações com a Itália e a Grécia. Com efeito, a aspiração de tornar-se membro da União Europeia pauta grande parte das decisões do Governo albanês, tanto no plano interno quanto no externo.

Entretanto, o Parlamento da Albânia deixou de adotar muitas das reformas necessárias para o ingresso do país na União Europeia, cuja aprovação exige maioria qualificada. Em consequência, o Conselho Europeu não deverá considerar o país apto a tornar-se formalmente candidato à adesão, permanecendo na categoria de “candidato potencial”.

No campo econômico, pode-se dizer que a transição da Albânia de uma economia dirigida para uma economia de mercado tomou mais tempo do que em outros países do Leste europeu. Concluída a etapa do regime socialista, em 1992, o país enfrentou grave crise em 1997, provocada por esquema de “pirâmides financeiras”, o que retardou a consolidação dos arcabouços institucionais do país.

As relações diplomáticas entre Brasil e Albânia se estabeleceram em 1961, no espírito da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. A Albânia isolou-se sobremaneira ao longo da década de 70, embora tenha, em 1971, proposto a abertura de missões permanentes em Brasília e Tirana, projeto rejeitado pelo governo militar. Finalmente, em julho de 1985, foi solicitado *agrément* para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil. Em retribuição, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Albânia são limitadas. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou US\$ 41,2 milhões, dos quais



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

US\$ 39,5 milhões correspondem às exportações brasileiras. O Brasil exporta para a Albânia principalmente produtos básicos, destacando-se carnes e açúcar. E importa daquele país o alumínio e peças de vestuário, bem como especiarias e plantas medicinais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 105, DE 2013 (nº 503/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Os méritos do Jorge José Frantz Ramos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, identificada como a do Presidente do Senado Federal.

EM Nº 00339/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de setembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



— LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS**

CPF.: 224.886.261-04

ID.: 8118 MRE

1955 Filho de Mário Manoel Schlemm Ramos e Lygia Emília Frantz Ramos, nasce em 10 de outubro, em União da Vitória/PR

Dados Acadêmicos:

1980 Direito pela Universidade de Brasília/DF

1981 CPCD - IRBr

1991 CAD - IRBr

2007 CAE - IRBr, A Constituição de 1988 e a geração de apátridas de origem brasileira a partir da Emenda Constitucional de Revisão nº 3 de 1994

Cargos:

1982 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1995 Primeiro-Secretário

2000 Conselheiro

2008 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1983-1985 Divisão de Passaportes, assistente e Chefe, substituto

1985 Departamento Consular, assessor

1985-1989 Embaixada em Bogotá, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1989-1992 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário

1992-1995 Divisão da Europa I, assessor

1995-2001 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

2001-2005 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Geral Adjunto

2005-2008 Embaixada em Estocolmo, Conselheiro

2008- Embaixada em Bamako, Embaixador

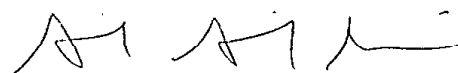
Condecorações:

1996 Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial

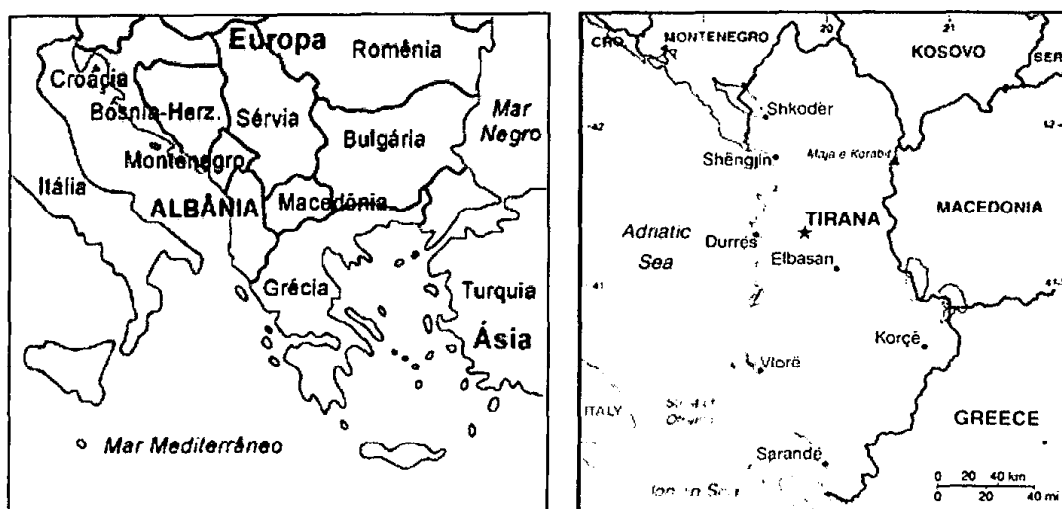
1998 Medalha Mérito Tamandaré

2008 Ordem da Estrela Polar, Suécia, Comendador

2010 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

**ADRIANO SILVA PUCCI**

Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ALBÂNIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Setembro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Albânia
CAPITAL	Tirana
ÁREA	28.748 km²
POPULAÇÃO	3.011.405
IDIOMA OFICIAL	Albanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (70%), cristãos ortodoxos (20%), católicos (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (<i>Kuvendi</i> , ou Câmara dos Deputados)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bujar Nishani (desde 24 de julho de 2012)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Edi Rama (designado, tomará posse em 7 de setembro de 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ministro Ditmir Bushati
PIB NOMINAL (2012)	US\$ 12,69 bilhões
PIB PPP (2012)	US\$ 26,54 bilhões
PIB PER CAPITA (2012)	US\$ 3.912,00
PIB PPP PER CAPITA (2012)	US\$ 8.052,00
IDH (2013-PNUD)	0,749 (69ª posição entre 185 países)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,9%
EXPECTATIVA DE VIDA	77,1 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Lek
EMBAIXADORA NO BRASIL	Tatiana Gjonaj
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	60 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → ALBÂNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-jul)
Intercâmbio	8,1	20,8	30,7	27,7	45,1	51,1	49,2	37,3	66,8	41,2	30,2
Exportações	7,8	20,1	31,5	25,8	44,8	50,8	48,2	33,6	64,2	39,5	28,9
Importações	0,3	0,6	1,5	1,8	0,3	0,3	1,0	3,7	2,5	1,6	1,2
Saldo	7,4	19,4	30,7	23,9	44,5	50,5	47,1	29,9	61,6	37,8	27,7

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bujar Nishani
Presidente da República da Albânia

O Presidente Bujar Nishani nasceu em 29 de setembro de 1966, em Durrës (segunda maior cidade albanesa). Realizou estudos secundários na Academia Militar de Scanderbeg, Tirana. Graduou-se em Administração de Recursos de Defesa na Califórnia, em 1996, e estudou Direito na Universidade de Tirana, em 2004. É Mestre em Estudos Europeus pela Universidade de Tirana (2005).

Sua carreira profissional iniciou-se em 1988, como pedagogo na Academia Militar de Scanderbeg. Em 1993, foi Diretor de Negócios Estrangeiros do Ministério da Defesa. Em 1994, trabalhou no Departamento de Relações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Albânia. Em 1996, retornou ao Gabinete do Ministro de Defesa.

O Presidente Nishani filiou-se ao Partido Democrático em 1991. Dez anos depois foi eleito o Secretário do partido em Tirana. Em 2003, foi eleito membro do Conselho Municipal de Tirana e, a seguir, membro do Conselho Nacional do Partido Democrático, tornando-se líder do Partido, em 2005. Neste mesmo ano, tornou-se parlamentar. Nos períodos 2007-2009 e 2011-2012, Nishani serviu como Ministro do Interior e, por curto período, foi indicado para liderar o Ministério da Justiça. Em junho de 2012, foi indicado pelo Parlamento albanês como Chefe de Estado.

Edi Rama
Primeiro-Ministro da República da Albânia

Edi Kristaq Rama nasceu em 4 de julho de 1964. Graduou-se em Belas Artes e iniciou sua carreira profissional como professor universitário da cadeira de pintura, na Academia de Artes da Albânia. Paralelamente ao magistério, manteve intensa atividade artística.

A carreira política de Edi Rama começou no movimento estudantil, durante o processo que levou à derrubada do regime comunista. Embora, à época, não tenha se candidatado a nenhum cargo público, Rama notabilizou-se como um grande crítico do que qualificou como "autoritarismo extremado" do primeiro governo democraticamente eleito no país. Datam desse período suas primeiras divergências com o Ex-Primeiro-Ministro Sali Berisha.

Em 1998, Rama assumiu o Ministério da Cultura, Juventude e Esportes - cargo este que o habilitou a concorrer à prefeitura de Tirana, em 2000, como candidato independente, apoiado pelo Partido Socialista. Edi Rama venceu o escrutínio por vasta maioria. Rama foi reeleito duas vezes consecutivas, tendo permanecido como Prefeito de Tirana até 2011. O trabalho na prefeitura de Tirana rendeu a Edi Rama, em 2002, prêmio da ONU em reconhecimento a seus esforços pela erradicação da pobreza (2002). Em 2003, foi convidado para ser professor visitante da Universidade de Harvard, na cadeira de urbanismo. Em 2004, foi escolhido como "Melhor Prefeito do Mundo" em uma votação pela Internet, que durou o ano inteiro, organizada pela organização inglesa CITYMAYORS.

No plano da política nacional, Rama é o líder do Partido Socialista desde outubro de 2005. Sob sua batuta, a agremiação foi a mais votada nas eleições de 2009, mas devido à legislação eleitoral da Albânia, o apoio popular não se traduziu em maioria parlamentar, uma vez que seu partido logrou eleger seus candidatos para apenas 65 das 140 cadeiras do Legislativo. Em julho de 2013, a aliança de centro-esquerda liderada por Rama venceu as eleições legislativas na Albânia.

Ditmir Bushati
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ditmir Bushati nasceu em Shkodra, no norte do país, em 24 de março de 1977. Antes do regime comunista, sua família era proprietária de vastos empreendimentos agrários, que foram confiscados pelo Governo de Enver Hoxha.

Graduou-se em 1999, com louvor, em Direito, pela Universidade de Tirana. Em 2000, especializou-se em Direito Público Europeu na Universidade de Atenas. Em 2001, concluiu mestrado em Direito Público Internacional na Universidade de Leiden, nos Países Baixos. Tem cursos de pós-graduação em Direito nas Universidades de Dallas e Harvard.

O Chanceler é deputado pelo Partido Socialista na atual legislatura, em que participa do Comitê Parlamentar para a Associação da Albânia à União Europeia e preside o Comitê Parlamentar para a Integração Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Albânia estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961, no espírito da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. Dois meses depois, em junho de 1961, assinaram Acordo de Comércio e Pagamentos, nos moldes dos acordos então em voga de comércio compensado com países do bloco oriental.

Em janeiro de 1971, já na vigência do regime militar, no Brasil, a Albânia de Enver Hoxha — já distanciada da União Soviética, cujo “revisionismo” denunciava — propôs a abertura de missões permanentes em Brasília e Tirana. O Governo brasileiro não acolheu a iniciativa. Em meados da década, a Albânia assumiu postura de crescente isolamento, no concerto das nações, que durou até meados dos anos 80.

Em maio de 1985, o Governo brasileiro concordou com a troca de Embaixadores, a título cumulativo. Em julho de 1985, foi solicitado *agrément* para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil, residente em Buenos Aires. Por sua vez, em outubro de 1985, por decreto do Presidente da República, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.

Os contatos entre os dois países foram esporádicos até a abertura de Embaixadas residentes e consistiram em visitas periódicas recíprocas dos representantes em caráter cumulativo.

Em 22 de março de 2000, o então Embaixador do Brasil (residente em Roma), Paulo Tarso Flecha de Lima, apresentou ao Presidente Rexhep Meidani cartas credenciais.

O então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, realizou visita oficial ao Brasil, em maio de 2000, acompanhado de delegação oficial, de comitiva de empresários albaneses e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia. O Ministro Milo foi recebido em audiência pelo Senhor Vice-Presidente da República.

Em abril de 2003, o Governo albanês propôs a assinatura de acordo bilateral de cooperação na área de turismo, apresentado em 1998. Além deste acordo, o Governo albanês manifestou interesse, no passado, em celebrar instrumentos bilaterais com o Brasil sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço (finalmente assinado em 2004), sobre cooperação econômica e comercial e sobre cooperação educacional e cultural.

Em fevereiro de 2007, o Embaixador do Brasil (residente em Roma), Adhemar Bahadian, apresentou cartas credenciais ao então Presidente da Albânia, Alfred Moisiu.

Em agosto de 2008, à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, o Presidente Lula manteve encontro com o Premiê Sali Berisha, oportunidade em que foi comunicada oficialmente a intenção da Albânia de abrir uma Embaixada residente em Brasília. Em setembro do mesmo ano, o Ex-Ministro Celso Amorim e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Lulzim Basha reuniram-se em Nova York, à margem da LXIII Assembleia Geral das Nações Unidas.

Naquele mesmo mês, o Conselho de Ministros albanês aprovou a abertura da Embaixada, por considerar, nas palavras do Primeiro-Ministro Berisha, que “o Brasil é uma grande democracia, com marcado crescimento econômico, o que o torna um país importante não apenas no continente americano, mas no mundo”. Em 30 de junho de 2009, a Albânia comunicou a designação do Embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada em Brasília, cuja instalação se deu em julho de 2009. Atualmente, a Embaixadora da Albânia no Brasil é a Senhora Tatiana Gjonaj, que apresentou suas credenciais em 2010.

Em retribuição à abertura da Embaixada permanente da Albânia em Brasília, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.

Entre os dias 26 e 29 de outubro de 2011, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia, Edmond Haxhinasto, realizou visita ao Brasil, quando se reuniu com o Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, e com o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Fernando Collor de Mello. O Chanceler

albanês manteve, ainda, reunião com o Senhor Ministro de Estado, ocasião na qual foram assinados três memorandos de entendimento (sobre consultas políticas, cooperação econômica e intercâmbio acadêmico-diplomático) e um acordo sobre isenção de vistos.

Representantes do Governo albanês afirmam que o país votou, em segundo escrutínio, no Prof. José Graziano da Silva para a Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em detrimento da candidatura espanhola. A Albânia também apoiou a candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio.

As relações econômico-comerciais entre Brasil e Albânia são limitadas. Em 2012, a corrente de comércio Brasil-Albânia alcançou US\$ 41,2 milhões, dos quais US\$ 39,5 milhões correspondem às exportações brasileiras. O Brasil ocupa o 21º posto entre as origens das importações albanesas.

Em 2012, as exportações albanesas para o Brasil atingiram US\$ 1,6 milhão. Embora o valor, em termos globais, seja reduzido, cabe observar que cerca de 80% das exportações albanesas se concentram em apenas cinco países (Itália, Espanha, Sérvia, Turquia e Grécia).

A pauta das exportações brasileiras é dominada, por produtos básicos, destacando-se carnes (61,2% do total exportado em 2012) e açúcar (27,1%).

O principal produto que o Brasil importou da Albânia, em 2012, foi o alumínio (73,2% do total), seguido de peças de vestuário (10,1%). Outros produtos regularmente exportados ao Brasil são especiarias e plantas para medicina e perfumaria.

Não há investimentos brasileiros dignos de nota na Albânia. Assinala-se, contudo, que essa situação poderia ser alterada considerando-se que (a) o mercado potencial excede o território propriamente albanês, em razão dos acordos de livre comércio vigentes (Acordo de Livre Comércio Centro-Europeu, firmado, em 2006, com a Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Moldova, Montenegro e Sérvia; Acordo de Livre Comércio com a Turquia, vigente desde 2008; e Acordo de Estabilização e Associação com a União Europeia) e do possível ingresso da Albânia na União Europeia, no longo prazo; e que (b) a legislação albanesa facilita a instalação de empresas estrangeiras.

Assuntos consulares

Segundo a Embaixada do Brasil em Tirana, há cerca de 60 brasileiros residentes na Albânia. Não há consulados honorários no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais a tomador soberano da Albânia.

POLÍTICA INTERNA

A República da Albânia é uma república parlamentarista. O Chefe de Estado é o Presidente da República (Bujar Nishani, desde julho de 2012) e o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro (Edi Rama, desde setembro de 2013). Este governa com um Conselho de Ministros, proposto por ele, nomeado pelo Presidente da República e aprovado pelo Parlamento. O Presidente da República é eleito indiretamente, por três quintos da Assembleia, para um período de cinco anos (com direito à reeleição) e o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, conforme proposta do partido ou coalizão de partidos que detém a maioria dos assentos no Parlamento. O Poder Legislativo é formado por uma Assembleia unicameral (Kuvendi) de 140 deputados, eleitos para um período de quatro anos (a última eleição ocorreu em junho de 2013). São eleitos 100 deputados diretamente em diferentes zonas eleitorais e 40 deputados são escolhidos por sistema de listas partidárias ou de coalizões.

Independente do Império Otomano desde 1912, a história da Albânia foi profundamente marcada por quase meio século de regime comunista, que teve início ao final da Segunda Guerra, com a retirada dos alemães e a vitória da resistência albanesa. Os *partisans* comunistas prevaleceram sobre os opositores nacionalistas e monarquistas. Em janeiro de 1946, foi proclamada a República Popular, sob o governo de Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até a sua morte, em 1985. O governo de Hoxha caracterizou-se por uma política de isolamento, assumindo e rompendo, em fases sucessivas, com o titoísmo, com o estalinismo e com o maoísmo.

Hoxha foi sucedido, em 1985, por um político mais moderado, Ramiz Alia (segundo e último líder do período comunista), que buscou realizar tímidas reformas e dar início a um processo de normalização das relações com os vizinhos. Em 1990, todavia, a crescente mobilização popular impôs a legalização de partidos políticos independentes. Nessa conjuntura, surgiram as duas lideranças que dominariam o quadro político albanês nos anos seguintes: Sali Berisha, líder do Partido Democrático (PD), de centro-direita, e Fatos Nano, da ala moderada do então Partido Trabalhista Albanês (PTA), o antigo partido único da era comunista.

Em março de 1991, nas primeiras eleições livres realizadas após a Segunda Guerra, o PTA obteve cerca de 60% dos votos, refletindo o conservadorismo dos extratos rurais (dois terços da população do país). Ramiz Alia foi eleito Presidente e foi formada uma coalizão reunindo o PTA, o PD e o Partido Socialista (PS). Contudo, o apoio popular à coalizão acabou por esvaír-se e novas eleições, realizadas em março de 1992, foram vencidas pelo PD. A Assembleia Popular elegeu, então, Sali Berisha para a Presidência.

Em 1996, o PD obteve novamente a vitória, e Berisha foi reconduzido à Presidência. Em 1997, formou-se, então, um governo de coalizão interino. Nas eleições parlamentares de junho de 1997, venceu uma coalizão encabeçada pelo PS, que governou o país até 2005.

Em novembro do mesmo ano, foi realizado referendo nacional — boicotado pelo PD — que aprovou, por expressiva maioria (93,5% do eleitorado), uma nova Constituição, que entrou em vigor em 28 de novembro de 1998.

Nas eleições parlamentares de 2005, assistiu-se ao retorno do PD de Sali Berisha ao poder. Em 2009, o PD tornou a vencer as eleições para o Parlamento.

Ao contrário de 2009, quando o resultado das eleições legislativas foi contestado pelo então prefeito de Tirana, Edi Rana, as eleições de junho de 2013 foram relativamente pacíficas. Os resultados asseguraram 65 cadeiras para o Partido Socialista, 48 para o Partido Democrata, 17 para o Movimento Socialista pela Integração, 4 para o Partido Republicano e 4 para o Partido pela Justiça, Integração e Unidade. Edi Rana, líder do Partido Socialista, foi apontado como Primeiro-Ministro.

POLÍTICA EXTERNA

As relações externas da Albânia se desenvolvem em torno de quatro eixos principais: (1) a integração à União Europeia, (2) a aliança com os EUA, (3) a parceria com o Kosovo, e (4) as relações com a Itália e a Grécia.

A aspiração a tornar-se membro da União Europeia pauta grande parte, senão a maior parte, das decisões importantes do Governo albanês, tanto no plano interno como no plano externo.

A Albânia comprometeu-se, pelo Acordo de Estabilização e Associação, assinado com o Conselho da União Europeia, a cumprir metas que são pré-requisito para aceder à condição de candidato a membro do bloco.

Em 12 de outubro de 2012, a Comissão Europeia adotou Relatório de Progresso sobre a Albânia, cujas conclusões foram desfavoráveis, em diversos pontos, às pretensões do país de ingressar no bloco. O relatório aponta com dificuldade principal justamente o estancamento do diálogo político, em decorrência da postura obstrucionista da oposição, e assinala que, por isso, o Parlamento não adotou muitas das reformas necessárias para o ingresso na União Europeia, cuja aprovação exige maioria qualificada. Em consequência, o Conselho Europeu, em dezembro, não deverá considerar o país apto a tornar-se formalmente candidato à adesão, permanecendo na categoria de “candidato potencial”.

A identificação com os Estados Unidos da América é, em alguns aspectos, mais forte do que com a Europa. É voz corrente entre os albaneses (e entre os norte-americanos) que a Albânia é “o país mais pró-americano do mundo”. A origem dessa relação deferente é histórica: o Presidente Woodrow Wilson foi o advogado de uma Albânia independente quando, em 1919, as potências europeias relutavam em reconhecer a existência de uma nação albanesa merecedora de ter Estado próprio. Em 1999, o Presidente Clinton teve papel fundamental no processo que levou a

OTAN a desencadear a campanha militar contra a Sérvia, em defesa da população de etnia albanesa do Kossovo. Finalmente, em 2008, o Governo Bush reconheceu a independência do Kossovo tão logo a declaração unilateral foi emitida.

A proximidade com os EUA traduz-se em atos que respondem a alguns dos principais interesses norte-americanos: participação albanesa nas forças da OTAN (da qual a Albânia se tornou membro em 2009) no Afeganistão; assinatura do acordo-padrão, proposto pelos EUA aos países sob sua influência, de imunidade à jurisdição do Tribunal Penal Internacional da Haia; e concessão de asilo a prisioneiros de Guantánamo.

O alinhamento com os aliados euro-atlânticos envolve, por vezes, exercício de habilidade diplomática. Um exemplo é o receio de que o posicionamento ao lado do Ocidente conduza à impressão de que a Albânia procura afastar-se dos países islâmicos. Pressionada pela necessidade de atrair investimentos, a Albânia recém-democratizada aderiu, em 1992, à Organização da Conferência Islâmica.

O apoio à independência do Kossovo é central para a ação diplomática albanesa. A declaração unilateral de 2008 trouxe momentaneamente à tona um tema adormecido, o da "Grande Albânia". Tirana esforçou-se por esvaziar o tema, concentrando-se em contínuo *lobby* pelo reconhecimento do Kossovo independente, dentro das atuais linhas de fronteira, e separado da Albânia.

Como é comum nos Bálcãs, nem todos os albaneses étnicos estão abrigados no interior das fronteiras da Albânia. Há comunidades ou minorias albanesas em Montenegro, na Sérvia, na Macedônia e na Grécia. A proteção a essas comunidades tem sido fonte de atritos com os governos vizinhos e, historicamente, um fator de instabilidade na região.

Itália e Grécia são, possivelmente, os países europeus com maior ascendência sobre a Albânia. A Itália foi potência ocupante durante a Segunda Guerra Mundial e exerce a mais forte influência estrangeira em termos culturais. A Grécia é o país que abriga a maior comunidade de emigrantes albaneses, legais e ilegais. A presença de número significativo de imigrantes de nacionalidade albanesa na Grécia representa fonte de tensão entre os dois países. Muitos trabalham por salários abaixo do piso pago aos nacionais gregos, gerando ressentimentos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Na Albânia, a transição de uma economia dirigida para uma economia de mercado tomou mais tempo que em outros países do Leste europeu. À instabilidade oriunda do fim do regime socialista, em 1992, somou-se situação de quase colapso em 1997, provocada por esquema de "pirâmides financeiras" que ganhou proporções nacionais e retardou a consolidação dos arcabouços institucionais do país.

A Albânia pós-comunista partia, ademais, de patamar muito baixo: a renda *per capita* havia caído, em 1992, para US\$ 242. O obsoleto parque industrial estava

destruído, e os campos, abandonados. O tecido social estava comprometido e o país sobrevivia graças à ajuda internacional.

A Albânia é um país em grande medida agrário. O setor agrícola responde por 20,8% do PIB e emprega aproximadamente a metade da força de trabalho. A população urbana mal ultrapassa a população rural. A produção agrícola, que se destina basicamente ao mercado interno, tem como principais produtos o trigo, a batata, o milho, as hortaliças, a cevada, as frutas e o centeio. As dificuldades para o escoamento da produção retiram competitividade ao setor, que enfrenta a concorrência dos vizinhos, especialmente a Grécia e a Itália, favorecidos pelos subsídios vigentes na União Europeia.

A base industrial é pequena e corresponde a 19,7% do PIB. A indústria extrativa mineral, um de seus componentes importantes, está voltada para a produção de cromo, de cobre e de ferro-níquel. O país possui reservas importantes de cromita, minério do qual já foi o terceiro maior exportador mundial. O sucateamento da indústria, ao final do regime comunista, desorganizou a produção. O setor recuperou-se entre 2002 e 2007, com a adoção de legislação moderna, que atraiu capitais italianos, turcos, austríacos, chineses, australianos e canadenses.

A Albânia possui o maior campo de petróleo *on-shore* (em terra e próximo à costa) da Europa, em produção desde 1930, hoje operado por empresa canadense. Grandes depósitos de areias betuminosas vêm sendo recentemente explorados. A produção de petróleo, de 5 mil barris/dia, atende a cerca de 1/6 do consumo.

A indústria de transformação dedica-se principalmente a alimentos processados, têxteis e vestuário, calçados, material de construção (sobretudo cimento), madeira, metais básicos e produtos químicos.

Os calçados têm aumentado, nos últimos anos, a sua participação na pauta de exportação. Muitos fabricantes exportam para países europeus, principalmente para a Itália, que tem, na Albânia, o segundo mercado fornecedor daquele produto.

A indústria têxtil e de vestuário é a maior fonte de empregos no setor manufatureiro. Adquiriu reputação no pós- guerra e, nos últimos anos, expandiu-se amparada no regime de reexportação ("maquila").

Os mais importantes parceiros comerciais da Albânia são: Itália, tanto para exportações como para importações; a Sérvia, o terceiro mercado comprador; e Grécia, o segundo país de origem das importações. Destacam-se também a Espanha, Turquia e China.

O comércio exterior da Albânia beneficia-se de três acordos que a incluem em zonas de livre comércio. O Acordo de Associação e Estabilização abriu o mercado europeu para a Albânia, como parte do processo preparatório da candidatura albanesa à Comunidade. O Acordo de Livre Comércio Centro-Europeu (CECTA) é também parte do processo de integração dos países balcânicos à União Europeia. Por meio desse acordo, a Albânia, a Macedônia, Montenegro, a Moldova, a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, a Sérvia e a província separatista do Kosovo converteram-se num mercado unificado. Finalmente, o Acordo de Livre Comércio Albânia-Turquia entrou em vigor em 2008, com período de desgravação de cinco anos.

Depois de uma década crescimento de 6%, em média, antes da crise financeira, o crescimento caiu para 3,3% em 2009. Apesar da diminuição dos investimentos e das exportações, a economia albanesa cresceu 3,5%, em 2010, e 3%, em 2011, apoiada pelos setores de serviços e indústria. Segundo o Banco Mundial, o crescimento albanês, em 2012, diminuiu devido à contínua deterioração do cenário externo (2,3%), apesar do bom desempenho da agricultura e dos serviços. Os setores de construção civil e industrial foram os mais afetados.

Os desequilíbrios externos permanecem altos. O déficit em conta corrente alcançou 15% do PIB em 2012 e o déficit de comércio exterior, 9% do PIB. Em 2012, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) aumentaram 21% em comparação com o ano anterior, concentrado nos setores de intermediação financeira, serviços e indústria. A inflação manteve-se controlada em torno de 3%.

A prosperidade albanesa no período pré-crise teve impacto positivo nas taxas de desemprego (de 17% para 12,8%) e de redução da pobreza (de 25,4% para 12,4%), principalmente nas áreas rurais. Contudo, a crise fez com que os estes indicadores apresentassem piora. Atualmente, a taxa de desemprego está em 15%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1912	A Albânia declara a sua independência do Império Otomano.
1939	Pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, a Itália invade a Albânia. O Rei Zog foge para a Grécia
1940	Exército italiano ataca a Grécia através da Albânia
1941	Enver Hoxha torna-se líder do novo Partido Comunista da Albânia
1943	Forças alemãs invadem e ocupam a Albânia.
1944	A resistência albanesa libera a Albânia, que nos anos seguintes alinha-se com a União Soviética, até 1960 e, daí por diante, com a China, até 1978.
1946	Proclamada a república popular, assumindo o poder Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até a sua morte, em 1985.
1948	Albânia rompe laços com a Iugoslávia. União Soviética inicia programa de apoio econômico à Albânia
1955	Albânia torna-se um dos membros fundadores do Pacto de Varsóvia
1961	Albânia alia-se à China, após o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética.
1967	Forte restrição governamental às atividades religiosas. A Albânia é declarada o primeiro estado ateu do mundo
1968	Albânia retira-se do Pacto de Varsóvia devido à invasão soviética à Tchecoslováquia.
1978	China suspende ajuda econômica e militar à Albânia, após o restabelecimento de relações entre Pequim e Washington.
1985	Com a morte de Hoxha, assume o poder Ramiz Alia, mais moderado, que dá início à normalização das relações com os países vizinhos.
1990	Crescente mobilização popular impõe a legalização de partidos políticos independentes.
1990	Concedido, aos albaneses, o direito de viajar para o exterior. Milhares tentam fugir através de embaixadas ocidentais
1991	Primeiras eleições livres após a Segunda Guerra Mundial. O Partido Trabalhista Albanês (de orientação comunista, liderado pelo moderado Fatos Nano), com 60% dos votos, assume o governo em coalizão com o Partido Democrático e o Partido Socialista. Ramiz Alia é eleito Presidente da República.
1992	Queda da coalizão. Novas eleições vencidas pelo Partido Democrático. Sali Berisha é eleito Presidente da República.
1996	O Partido Democrático obtém novamente a vitória, e Berisha é reconduzido à Presidência.
1997	Escândalo bancário conhecido por “esquema de pirâmides”. Revolta popular. Renúncia de Sali Berisha e formação de um governo de coalizão interino, assistido por força internacional liderada pela Itália.
1997	Nas eleições parlamentares, vence a coalizão encabeçada pelo Partido

	Socialista. Fatos Nano é indicado Primeiro-Ministro. A Assembléia Popular elege Rexhep Meidani como Presidente.
1998	Após tentativa de golpe tramada por membros do Partido Democrático, em Tirana, Fatos Nano renuncia. Forma-se nova coalizão, liderada pelo Partido Socialista, e Pandeli Majko assume o cargo de Primeiro-Ministro.
1998	Referendo nacional, boicotado pelo Partido Democrático, aprova, com expressiva maioria (93,5%), uma nova Constituição para a Albânia.
1999	Como resultado de disputas internas no seio do Partido Socialista, Pandeli Majko renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro, sendo substituído pelo Vice-Primeiro-Ministro, Ilir Meta.
2002-2005	A Albânia é governada por uma coalizão liderada pelo Partido Socialista.
2002	A Família Real retorna do exílio. Fatos Nano torna-se Primeiro-Ministro.
2003	Albânia e União Européia iniciam conversações com vistas a futura adesão da Albânia à União Européia.
2005	Vitória do Partido Democrático (PD), Sali Berisha, líder do PD, é indicado como Primeiro-Ministro.
2006	Assinado Acordo de Estabilização e Associação a União Europeia.
2007	Presidente George W. Bush torna-se o primeiro Presidente dos EUA a visitar a Albânia, e o país busca apresentar-se, cada vez mais, como aliado próximo de Washington.
2007	Bamir Topi (PD) é eleito Presidente da República.
2009	A Albânia é admitida na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).
2009	Eleições parlamentares demonstram a polarização política e a consolidação da rivalidade entre o Partido Democrático (PD) e o Partido Socialista (PS) na política interna albanesa.
2012	Bujar Nishani (PD) é eleito Presidente da República
2013	O PS vence as eleições parlamentares. Edi Rama, líder do Partido Socialista, assume como novo Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1961	Brasil e Albânia estabelecem relações diplomáticas por meio de Troca de Notas entre as Embaixadas dos dois países em Roma.
1961	Assinado, em Paris, por representantes dos dois países, o Acordo de Comércio e Pagamentos, que entrou em vigor em abril de 1963.
1971	Iniciativa da Albânia, não correspondida pelo Brasil, para a abertura de missões permanentes em Brasília e em Tirana.
1985	Solicitado o <i>agrément</i> para o primeiro Embaixador albanês no Brasil, residente em Buenos Aires.
1985	Criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.
2000	Visita oficial, ao Brasil, do então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, acompanhado de delegação oficial, de comitiva de empresários albaneses e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia.
2004	Visita da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa, Rudina Mullahi, a Brasília.
2007	Albânia suprime unilateralmente vistos para cidadãos brasileiros.
2008	Encontro entre o Presidente Lula e o Premiê Sali Berisha à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim.
2008	Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o MNE Lulzim Basha em Nova York, à margem da LXIII Assembleia Geral das Nações Unidas.
2009	Designação do Embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada albanesa em Brasília.
2009	Instalação da Embaixada albanesa em Brasília.
2010	apresentação de credenciais pela atual Embaixadora da Albânia no Brasil, Tatiana Gjonaj.
2010	Criada a Embaixada do Brasil em Tirana. Designado como Embaixador, Rudá Seferin.
2011	Visita ao Brasil do Chanceler albanês, Edmond Haxhinasto.
2012	Visita à Albânia do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

ATOS BILATERAIS

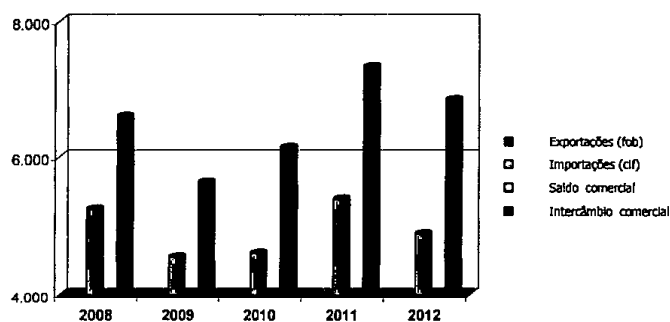
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo de Comércio e Pagamentos	10/06/1961	29/04/1963
Acordo sobre Abolição Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	23/03/2004	05/07/2004
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas	11/01/2011	20/07/2012
Acordo entre o Conselho de Ministros da República da Albânia e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Isenção de Vistos	27/10/2011	Ainda não está em vigor. Já aprovado pelo Parlamento albanês. Encontra-se em tramitação interna, na Casa Civil, antes de seu encaminhamento para apreciação pelo Congresso Nacional.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

ALBÂNIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	1.355	1.088	1.550	1.948	1.968
Importações (cif)	5.250	4.548	4.603	5.396	4.880
Saldo comercial	-3.896	-3.460	-3.053	-3.448	-2.912
Intercâmbio comercial	6.605	5.636	6.153	7.344	6.848

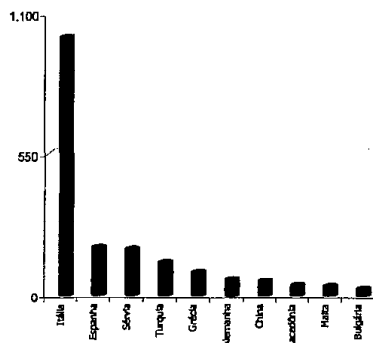
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/TradeMap, Agosto 2013



Entre 2008 e 2012, o comércio exterior da Albânia cresceu 3,7%, de US\$ 6,6 bilhões para US\$ 6,84 bilhões. De 2008 a 2012 as exportações aumentaram 45% enquanto as importações caíram 7,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em todo o período analisado, chegando a US\$ 2,9 bilhões em 2012.

ALBÂNIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Itália	1.040	53,4%	1.006	51,1%
Espanha	69	3,6%	182	9,2%
Sérvia	181	9,3%	176	8,9%
Turquia	144	7,4%	124	6,3%
Grécia	99	5,1%	87	4,4%
Alemanha	56	2,9%	61	3,1%
China	49	2,5%	53	2,7%
Macedônia	41	2,1%	38	1,9%
Malta	46	2,4%	35	1,8%
Bulgária	24	1,2%	26	1,3%
...				
Brasil	2	0,1%	2	0,1%
Subtotal	1.751	89,9%	1.790	91,0%
Outros países	197	10,1%	178	9,0%
Total	1.948	100,0%	1.968	100,0%

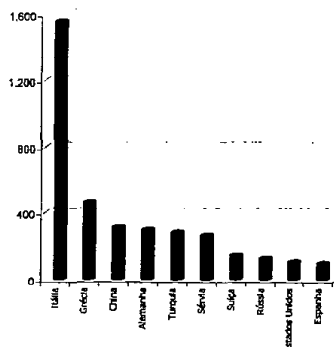


Elaborado pelo INE/DIC/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Agosto 2013.

As exportações da Albânia são destinadas, em grande parte, aos vizinhos europeus, que absorveram 88,5% do total em 2012. Individualmente, a Itália foi o principal parceiro em 2012, respondendo por 51,1% do total das exportações albanesas. Seguiram-se: Espanha (9,2%); Sérvia (8,9%); Turquia (6,3%); Grécia (4,4%) e Alemanha (3,1%). O Brasil obteve o 30º lugar entre os principais destinos de produtos albaneses em 2012.

ALBÂNIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012	% no total
Itália	1.647	30,5%	1.556	31,9%
Grécia	573	10,6%	463	9,5%
China	345	6,4%	310	6,4%
Alemanha	309	5,7%	295	6,0%
Turquia	300	5,6%	281	5,8%
Sérvia	239	4,4%	263	5,4%
Suíça	141	2,6%	142	2,9%
Rússia	106	2,0%	124	2,6%
Estados Unidos	78	1,4%	104	2,1%
Espanha	113	2,1%	96	2,0%
...				
Brasil	44	0,8%	45	0,9%
Subtotal	3.894	72,2%	3.679	75,4%
Outros países	1.502	27,8%	1.201	24,6%
Total	5.396	100,0%	4.880	100,0%

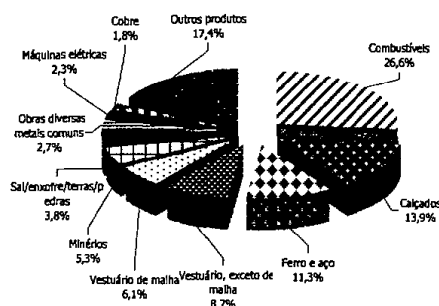


Elaborado pelo INE/DIC/DIC - Divisão de Interação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, Agosto 2013.

Os países europeus também foram a principal origem das importações albanesas e responderam por 78% do total em 2012. Individualmente, a Itália foi o principal exportador para o mercado albanês em 2012, com 31,9%, seguida da Grécia (9,5%); China (6,4%); e Alemanha (6%). O Brasil obteve o 21º lugar, com 0,9% do total.

ALBÂNIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2012 - US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	524	26,6%
Calçados	274	13,9%
Ferro e aço	222	11,3%
Vestuário, exceto de malha	171	8,7%
Vestuário de malha	120	6,1%
Minérios	104	5,3%
Sal/enxofre/terras/pedras	75	3,8%
Obras diversas metais comuns	53	2,7%
Máquinas elétricas	46	2,3%
Cobre	36	1,8%
Subtotal	1.625	82,6%
Outros produtos	343	17,4%
Total	1.968	100,0%

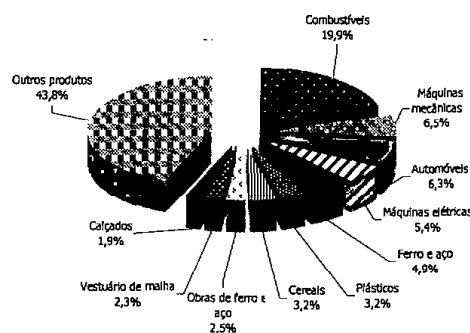


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

A pauta exportadora albanesa é concentrada em combustíveis, calçados, ferro e aço e artigos de vestuário. Em 2012, esses grupos de produtos somados representaram 66,6% do total das vendas da Albânia. Seguiram-se: minérios (5,3%) e sal/enxofre/terras/pedras (3,8%).

ALBÂNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2012 - US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2012	% no total
Combustíveis	972	19,9%
Máquinas mecânicas	318	6,5%
Automóveis	307	6,3%
Máquinas elétricas	264	5,4%
Ferro e aço	238	4,9%
Plásticos	157	3,2%
Cereais	156	3,2%
Obras de ferro e aço	122	2,5%
Vestuário de malha	115	2,3%
Calçados	95	1,9%
Subtotal	2.743	56,2%
Outros produtos	2.137	43,8%
Total	4.880	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap

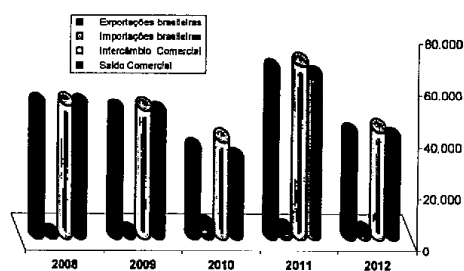
Os combustíveis, as máquinas e os automóveis foram os destaques da pauta importadora albanesa. Em 2012, esses grupos de produtos, somados, representaram 38% do total. Seguiram-se: ferro e aço (4,9%); plásticos (3,2%); e cereais (3,2%).

BRASIL-ALBÂNIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-jul)	2013 (jan-jul)
Exportações brasileiras	50.835	48.237	33.663	64.255	39.526	21.151	28.972
Varição em relação ao ano anterior	13,3%	-5,1%	-30,2%	90,9%	-38,5%	-31,6%	37,0%
Importações brasileiras	308	1.062	3.722	2.582	1.686	912	1.239
Varição em relação ao ano anterior	3,7%	244,8%	250,5%	-30,6%	-34,7%	-38,8%	35,9%
Intercâmbio Comercial	51.143	49.299	37.385	66.837	41.212	22.063	30.211
Varição em relação ao ano anterior	13,3%	-3,6%	-24,2%	78,8%	-38,3%	-29,8%	36,9%
Saldo Comercial	50.527	47.175	29.941	61.673	37.840	20.239	27.733

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Aliceweb

A Albânia foi o 127º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 19,4%, de US\$ 51,14 milhões para US\$ 41,21 milhões. As exportações reduziram-se em 22% e as importações aumentaram 447%. No período analisado, o saldo da balança comercial foi superavitário para o Brasil, totalizando US\$ 37,84 milhões em 2012.



BRASIL-ALBÂNIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

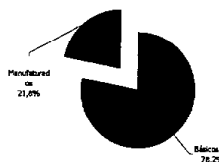
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	28.193	71,3%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	11.332	28,7%
Transações especiais	2	0,0%
Total	39.526	100,0%



As exportações brasileiras para a Albânia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 71,3% do total em 2012, com destaque para carnes. Seguiram-se os manufaturados, com 28,7%.

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	1.318	78,2%
Semimanufaturados	0	0,0%
Manufaturados	368	21,8%
Total	1.686	100,0%



Pelo lado das importações, os produtos básicos (principalmente desperdícios de alumínio) predominaram na pauta, representando 78,2% do total em 2012, seguido dos manufaturados, com 21,8%.

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC

BRASIL-ALBÂNIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Albânia, 2012
			Valor	% no total	
Carnes	27.803	44.539	24.196	61,2%	
Açúcar	1.604	11.947	10.698	27,1%	
Outros prods origem animal	1.491	6.314	2.254	5,7%	
Café	1.148	780	1.742	4,4%	
Preparações de carnes	176	291	462	1,2%	
Subtotal	32.222	63.871	39.352	99,6%	
Outros produtos	1.441	984	174	0,4%	
Total	33.663	64.255	39.526	100,0%	

Elaborado pelo MME/DMR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIOS/CEX/AN/Exch.

Carnes (frango, bovino e suína) e açúcar refinado/gomas de mascar/bombons foram os principais produtos brasileiros exportados para a Albânia em 2012, que, somados, representaram 88,3% da pauta. Seguiram-se: outros produtos de origem animal com 5,7%, café com 4,4% e preparações de carnes (1,2%).

BRASIL-ALBÂNIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Albânia, 2012
			Valor	% no total	
Alumínio	1.709	2.027	1.234	73,2%	
Vestuário de malha	43	140	170	10,1%	
Sementes	26	66	84	5,0%	
Móveis	0	0	42	2,5%	
Vestuário exot. de malha	15	45	40	2,4%	
Instrumentos de precisão	0	3	36	2,1%	
Automóveis	5	0	19	1,1%	
Subtotal	1.801	2.281	1.625	96,4%	
Outros produtos	1.921	301	61	3,6%	
Total	3.722	2.582	1.686	100,0%	

Elaborado pelo MME/DMR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIOS/CEX/AN/Exch.

As importações das mercadorias da Albânia apresentaram alto grau de concentração. Os produtos de alumínio somaram 73,2% do total em 2012. Destacam-se também vestuário de malha (10,1%), sementes (5,0%) e móveis (2,5%).

BRASIL-ALBÂNIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2012(jan-jul)		2013(jan-jul)		Exportações bras. para a Albânia em 2013 (jan-jul)
	Valor	% no total	Valor	% no total	
Exportações					
Carnes	13.754	65,0%	17.542	60,5%	
Açúcares	4.173	19,7%	9.801	33,8%	
Café	884	4,2%	1.171	4,0%	
Subtotal	18.811	88,9%	28.514	98,4%	
Outros produtos	2.340	11,1%	458	1,6%	
Total	21.151	100,0%	28.972	100,0%	
Importações					
Alumínio	759	83,2%	1.172	94,6%	
Sementes	68	7,5%	41	3,3%	
Subtotal	827	90,7%	1.213	97,9%	
Outros produtos	85	9,3%	26	2,1%	
Total	912	100,0%	1.239	100,0%	

Elaborado pelo MME/DMR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIOS/CEX/AN/Exch.

Aviso nº 828 - C. Civil.

Em 12 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/11/2013.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 17164/2013